

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS – CEPPAC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS  
AMÉRICAS**

SÍLVIA ALVAREZ CARDOSO

**Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a  
recomposição hegemônica neoliberal**

Brasília  
2016

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS – CEPPAC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS  
AMÉRICAS**

Sílvia Alvarez Cardoso

**Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a  
recomposição hegemônica neoliberal**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados sobre as Américas.

Orientador: Prof. Dr. Martin León Jacques Ibanez de Novion

Brasília  
2016

SÍLVIA ALVAREZ CARDOSO

Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição  
hegemônica neoliberal

Brasília, 13 de abril de 2016.

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Martin Leon Jacques Ibanez de Novion – CEPPAC/UnB  
(Orientador)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja – CEPPAC/UnB  
(Membro Interno)

---

Prof. Dr. Raphael Seabra – UniCEUB  
(Membro Externo)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Simone Rodrigues Pinto - CEPPAC/UnB  
(Suplente)

## AGRADECIMENTOS

Aos amigos/as que me acolheram em Honduras e foram fontes de interlocução na difícil missão de desvendar este país tão distante: Rovertto Barra, Camille Colins, Oscar Estrada, Tamara Wattnem, Fabricio Estrada, Betty Matamoros, Fernando Reyes e Rudo Pastor.

Aos companheiros/as do COPINH, em especial à Berta Cáceres (*in memoriam*), pela inspiração e solidariedade.

Aos hondurenhos/as que me concederam entrevistas para o jornal Brasil de Fato, agora analisadas nesta pesquisa.

Ao Giorgio Trucchi, amigo e companheiro de ofício, fonte prestativa de informações e análises atualizadas de Honduras.

Ao jornal Brasil de Fato e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), onde tudo começou.

Aos colegas da turma de mestrado/doutorado 2014 do Ceppac, em especial à Hima, Bel e Nathi, que tornaram essa jornada mais divertida e menos solitária.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, recurso essencial para a realização desta pesquisa.

Ao professor Jacques de Novion pela orientação e atenção. E aos professores Rebecca Igreja e Raphael Seabra pela disposição em participar da banca e pela correção minuciosa da dissertação.

À família escolhida, Maria, Gija, Ju, Aninha, Rodriguinho, Diego, Bárbara e Leo, por todo o apoio e paciência. Às amigas queridas, Marina, Sandra, Heloisa e Joana, por toda a torcida. Aos já mestres, Thalles e Anna Flávia, pela amizade e inspiração.

Ao Felipe Canova, companheiro de aventuras hondurenhas, da vida e do amor, que acompanhou todos os passos desta pesquisa, sempre carinhoso e solidário.

## RESUMO

A pesquisa elaborou um estudo de caso do golpe de Estado contra o presidente Manuel Zelaya em Honduras (2009), analisando de que modo o evento expressa um reordenamento das influências hegemônicas neoliberais na região, reconfigurando as correlações de força e influenciando o jogo geopolítico. Como referencial teórico, apresentamos nossa leitura sobre a teoria imperialista, tentando caracterizar a atual configuração política e econômica mundial na qual se insere o nosso objeto de estudo. Em seguida, se pretendeu elaborar um histórico da formação social-econômica e política de Honduras, marcando os momentos que possam ter relação histórica com o golpe de Estado de 2009. Para além da realidade estritamente hondurenha, buscamos entender qual é o papel que a região do *Gran Caribe* cumpriu e cumpre no tabuleiro geopolítico atual. No terceiro capítulo, analisamos o governo do presidente Manuel Zelaya e mergulhamos nos acontecimentos da crise institucional que culminou na quebra da ordem democrática no país. Finalmente, avaliamos as consequências imediatas do golpe para a sociedade hondurenha, no período que abrange o governo interino de Roberto Micheletti e os primeiros anos do governo de Porfirio Lobo Sosa, a partir de parâmetros de análise que compreendem aspectos da movimentação do capital estrangeiro (financeiro e industrial), violação de direitos humanos, mobilização popular em resistência ao golpe e âmbito internacional da crise.

**Palavras-chave:** Golpe de Estado. Imperialismo. Hegemonia. Honduras. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The research produced a case study of the coup against President Manuel Zelaya in Honduras (2009), analyzing how the event expresses a reordering of neoliberal hegemonic influences in the region, reconfiguring the power correlations and influencing the geopolitical game. As a theoretical framework, we present our reading of the imperialist theory, trying to characterize the current political and economic world setting in which to insert the object of our study. Then, it was intended to develop a history of social-economic and policy formation of Honduras, marking the moments that may have historical relationship with the coup in 2009. Besides strictly Honduran reality, we seek to understand what is the role that the region *Gran Caribe* fulfilled and fulfills the current geopolitical chessboard. In the third chapter, we analyze the government of President Manuel Zelaya and dive into the events of the institutional crisis that culminated in the breakdown of the democratic order in the country. Finally, we assess the immediate consequences of the blow to the Honduran society, the period covered by the interim government of Roberto Micheletti and the first years of the government of Porfirio Lobo Sosa, from analysis of parameters that include aspects of foreign capital movement (financial and industrial), violation of human rights, popular mobilization in resistance to the coup and international influence.

**Keywords:** Coup d'etat. Imperialism. Hegemony. Honduras. Neoliberalism

## LISTA DE SIGLAS

AFL - American Federation of Labor

AID - Agencia Internacional para el Desarrollo

ALBA - Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América

ALCA - Área de Libre Comercio de las Américas

BID - Banco Interamericano de Desarrollo

CAFTA-RD - Tratado de Libre Comercio de Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana

CCIC - Cámara de Comercio e Industria de Cortés

CELAC – Comunidad de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CIA - Central Intelligence Agency

CNA - Consejo Nacional Anticorrupción

CNE - Consejo Nacional de Economía

CODEH - Comité para la Defensa de los Derechos Humanos en Honduras

COFADEH - Comité de Familiares de Detenidos Desaparecidos em Honduras

CVR - Comisión de la Verdad y la Reconciliación

CdV - Comisión de Verdad

COPINH - Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras

CREAM - Centro Regional de Entrenamiento Militar

ERP - Estrategia de Reducción de la Pobreza

EUA - Estados Unidos da América

FIHS - Fondo de Inversión Social de Honduras

FMLH - Frente Morazanista para la Liberación de Honduras

FMLN - Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional

FNRP - Frente Nacional de Resistencia Popular

FOIA -. Freedom of Information Act

FONAC - Foro Nacional de Convergencia  
FONAC - Foro Nacional de Convergência  
FOSDEH - Foro Social da Dívida Externa de Honduras  
IFC - Corporação Financeira Internacional  
INE - Instituto Nacional de Estatísticas  
LIBRE - Partido Refundación y Libertad  
MCCA - Mercado Comum Centro-Americano  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OFRANEH - Organización Fraternal Negra Hondureña  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PIB - Produto Interno Bruto  
PLH - Partido Liberal de Honduras  
PNH - Partido Nacional de Honduras  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPP - Plan Puebla Panamá  
STIBYS - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas e Similares  
TSE - Tribunal Supremo Eleitoral  
UCD - Unión Cívica Democrática  
UD - Partido Unificación Democrática  
UFCO - United Fruit Company  
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas  
USAID - United States Agency for International Development  
ZEDE - Zonas Especiais de Desarrollo

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	10
<b>1. Caracterização da atual fase de acumulação capitalista</b>	15
1.1. Ainda há imperialismo?	19
1.1.1. Hegemonia sistêmica x Hegemonia Estadunidense	20
1.2. O imperialismo hoje: “acumulação via espoliação”	22
1.2.1. Nova etapa: “mundialização do capital”	24
1.3. A escalada hegemônica dos EUA e o interesse pela região do <i>Gran Caribe</i>	26
<b>2. Honduras em perspectiva histórica</b>	32
2.1. Localizando Honduras: diferenças e semelhanças com o restante da América Latina	33
2.2. Período de Independência: Doutrina Monroe x Bolivarianismo	37
2.3. Pós-independência e hegemonia inglesa	40
2.4. Imperialismo financeiro e ascensão dos EUA	42
2.4.1. Interesses internos: a tese da “oligarquia ausente” e o peso da burguesia <i>sanpedrana</i>	44
2.5. Da 2ª Guerra Mundial à Guerra Fria	48
2.5.1. Golpe militar de 1956	51
2.6. Consolidação da Guerra Fria e a doutrina do anticomunismo	53
2.7. Crise dos anos 1970 e as revoluções centro-americanas (70-80)	55
2.8. Redemocratização e hegemonia do neoliberalismo	58
<b>3. Um presidente “inesperado” sofre um golpe de Estado no século XXI</b>	63
3.1. O mandato de Manuel Zelaya Rosales: direita, esquerda ou centro?	65
3.2. A proposta da “Quarta Urna”	72
3.3. O golpe em andamento: relação dos fatos e bastidores	74
3.4. Aspectos ideológicos e políticos da crise	79
3.5. Análise jurídica dos fatos a partir do relatório da <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR) e da <i>Comisión de Verdad</i> (CdV)	82
3.6. Destituição do presidente Zelaya: golpe de Estado ou sucessão presidencial?	86
<b>4. Pós-golpe e a reorganização do Estado neoliberal</b>	92
4.1. Honduras (mais) aberta aos negócios	93
4.2. Setores da resistência popular contra o golpe de Estado de 2009	101
4.3. Padrões de violações de Direitos Humanos durante o golpe de Estado	107
4.4. Âmbito internacional da crise: o “espectro do bolivarianismo” ronda a América Latina	111
<b>Conclusão</b>	119
<b>Referências</b>	125

*Cuando sonó la trompeta, estuvo  
todo preparado en la tierra,  
y Jehova repartió el mundo  
a Coca-Cola Inc., Anaconda,  
Ford Motors, y otras entidades:  
la Compañía Frutera Inc.  
se reservó lo más jugoso,  
la costa central de mi tierra,  
la dulce cintura de América.  
Bautizó de nuevo sus tierras  
como "Repúblicas Bananas,"  
y sobre los muertos dormidos,  
sobre los héroes inquietos  
que conquistaron la grandeza,  
la libertad y las banderas,  
estableció la ópera bufa:  
enajenó los albedríos  
regaló coronas de César,  
desenvainó la envidia, atrajo  
la dictadora de las moscas,  
moscas Trujillos, moscas Tachos,  
moscas Carías, moscas Martínez,  
moscas Ubico, moscas húmedas  
de sangre humilde y mermelada,  
moscas borrachas que zumban  
sobre las tumbas populares,  
moscas de circo, sabias moscas  
entendidas en tiranía.  
Entre las moscas sanguinarias  
la Frutera desembarca,  
arrasando el café y las frutas,  
en sus barcos que deslizaron  
como bandejas el tesoro  
de nuestras tierras sumergidas.  
Mientras tanto, por los abismos  
azucarados de los puertos,  
caían indios sepultados  
en el vapor de la mañana:  
un cuerpo rueda, una cosa  
sin nombre, un número caído,  
un racimo de fruta muerta  
derramada en el pudridero.*

*Pablo Neruda, "La United Fruit  
Co." em Canto General*

## INTRODUÇÃO

Manuel Zelaya Rosales, então presidente de Honduras eleito pelo voto popular, surpreendeu-se com barulhos de tiros durante a madrugada à porta de sua casa. Foi sequestrado e levado, ainda de pijama, à Costa Rica. A população foi imediatamente às ruas protestar sendo duramente reprimida. Expulso do país, o presidente deposto só retornaria após dois anos de exílio forçado.

A sucessão de eventos descritos encaixa-se perfeitamente em histórias de golpes de Estado civis-militares do século XX na América Latina. Aconteceram, porém, em 28 de junho de 2009 e foram antecipadas por uma crise institucional entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e por uma forte polarização ocasionada por contínuos conflitos entre setores econômicos e sociais. Para além dos elementos internos que compõem o quadro da crise hondurenha, o episódio suscita questões relacionadas à etapa atual do capitalismo em sua forma imperialista e neoliberal e aos limites da democracia há pouco conquistada na região latino-americana.

Essa pesquisa pretende mergulhar nessas questões levantadas pelos “novos golpes” ou tentativas de desestabilização de governos progressistas<sup>1</sup> na América Latina, em particular na região do *Gran Caribe*<sup>2</sup>, ocorridas em uma etapa diferente do capitalismo e utilizando uma metodologia distinta, em comparação com os golpes do século passado. Para isso, pretendemos fazer um estudo de caso do golpe de Estado em Honduras, à luz da teoria imperialista, considerando que o evento está inserido em um contexto mundial marcado pela hegemonia do capital rentista, dos monopólios industriais e dos Estados neoliberais.

A escolha do objeto a ser analisado decorre da minha experiência pessoal como correspondente internacional do Jornal Brasil de Fato em Honduras, onde residi durante o ano de 2011. Desembarquei no início do mês de fevereiro daquele ano e, ainda na fila da imigração, fui surpreendida por mulheres bonitas e sorridentes, vestindo trajes folclóricos e oferecendo cerveja grátis como se estivessem a me dizer “*aquí no passa nada*”.

---

<sup>1</sup> Por governos progressistas entendemos os que – com diferentes graus de radicalidade - pendem a balança democrática para a esquerda. Por exemplo, os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela; o dos Kirchner, na Argentina; o de Evo Morales, na Bolívia; os do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil; o de Rafael Correa, no Equador; de Daniel Ortega, na Nicarágua; e os da FMLN, em El Salvador.

<sup>2</sup> Por *Gran Caribe* se entende, “el conjunto de territorios bañados por las aguas del Mar Caribe. Incluye las islas del Caribe y los países costeros: Venezuela, Colombia, Panamá, Costa Rica, Nicaragua, Honduras, Guatemala, Belice y México” (CECEÑA, 2010, p. 10).

Minha missão era justamente desvendar Honduras, para além dessa imagem “festiva-cervejeira-caribenha” vendida aos turistas e aos jornalistas internacionais. Encontrei, ao contrário, um país golpeado, mas com muita luta. No dia seguinte à minha chegada, presenciei uma assembleia histórica da resistência ao golpe que reuniu milhares de militantes, urbanos, camponeses, indígenas e garífunas, unidos pela pauta da refundação do país e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte - reivindicação que havia levado à destituição de Zelaya.

Nos onze meses que se seguiram, relatei tudo que vi e ouvi em reportagens semanais do Jornal Brasil de Fato. Aos poucos fui descobrindo uma Honduras marcada pela ingerência externa, com papel definido na divisão internacional do trabalho, peça-chave do projeto imperialista. Também descobri um povo bastante organizado e aguerrido, ao contrário do que passa a imagem de país centro-americano de cultura “pacífica”, em comparação com os vizinhos “revolucionários”.

Durante essa jornada, recolhi bibliografia local sobre a história do país e do golpe e entrevistei os principais atores sociais no processo de resistência, inclusive o próprio presidente deposto, Manuel Zelaya. Este material será analisado nesta pesquisa, agora à luz das ciências sociais.

Antes de entrar na história de Honduras e na análise dos eventos que levaram ao golpe de Estado de 2009, se faz necessária uma apresentação da discussão acerca do imperialismo e da caracterização desta nova configuração política e econômica mundial na qual se insere o nosso objeto de estudo. O fizemos no primeiro capítulo desta pesquisa, a partir da revisão bibliográfica de autores – clássicos e contemporâneos; do centro e da periferia – que nos ajudam a formar um quadro explicativo diverso e atualizado sobre o tema e a buscar conexões históricas que esclareçam se existe, ou não, uma continuidade do interesse hegemônico na região e da consequente resistência popular à dominação.

Nos apoiaremos em autores como David Harvey, Istvan Mészáros e Atílio Boron que mostram que o imperialismo, longe de estar superado, ainda persiste. Suas principais características - como a concentração de monopólio e a exportações de capitais excedentes para os países “atrasados” que disponham de condições mais benéficas para a obtenção de taxas de lucro- se acentuaram, mas o imperialismo sofreu algumas alterações ao longo da história, principalmente após a 2ª Guerra Mundial. Por exemplo, a guerra inter-imperialista pela partilha do mundo foi sendo substituída por uma coalizão dos monopólios das potências

hegemônicas numa ofensiva contra os povos dos países da periferia do sistema. Outra alteração, como veremos, foi a paulatina diminuição do poder militar frente ao poder do capital financeiro e seus organismos.

Partimos do pressuposto de que, diante do acirramento da crise capitalista de sobreacumulação iniciada na década de 1970, o projeto neoliberal vai se apresentar como a forma mais eficaz e necessária para a reprodução ampliada de capital, principalmente ao promover a espoliação, e tentará recompor-se a qualquer sinal de declínio.

Para a realização da segunda etapa deste trabalho, a de sistematização da história de Honduras, tomamos como prioridade obras de pesquisadores hondurenhos, como Victor Meza, Ramon Romero, Darío Euraque e Guillermo Chocano que – desde uma visão de dentro – podem contribuir para melhor entendermos a história de Honduras e os fatores conjunturais e estruturais que levaram à crise de 2009.

A expressão “República das bananas” tão utilizada pejorativamente para referir-se à países latino-americanos foi criada pelo escritor estadunidense Willian Sydney Porter para se referir justamente a Honduras. Como veremos no capítulo 2, a economia hondurenha se estruturou no final do século XIX e início do XX em torno da exportação da banana e exploração de minas de prata por empresas transnacionais. A principal consequência foi que os vínculos subordinados com o mercado mundial não proporcionaram ao Estado hondurenho recursos com os quais desenvolver-se, o que acarreta em consequências terríveis até hoje.

Percorremos a formação econômico-social e política de Honduras, marcada pela colonização ibérica, ingerência dos EUA e instabilidade política – aliada a uma economia bananeira nas mãos de empresas estrangeiras – revelando que ela foi também composta de grandes movimentos de resistência ao capital e aos desmandos das elites internas e externas. As greves dos trabalhadores rurais em Tela no ano de 1952, assim como a luta política clandestina dos anos 80, influenciada pelos movimentos de libertação nacional centro-americanos, por exemplo, podem ser considerados momentos constitutivos da resistência popular ao golpe de Estado de 2009, que deu origem à Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP).

Também utilizaremos pesquisadores latino-americanos que, desde uma perspectiva macrorregional – fazem um histórico da relação de dominação/subordinação entre o *Gran Caribe* e os Estados Unidos da América (EUA). São eles, Demetrio Boersner, Alberto Pietro

Rozos, Ana Esther Ceceña, entre outros. Assim, juntaremos fatores internos e externos que contribuíram para a formação política, social e econômica da sociedade hondurenha – da independência ao golpe de 2009 – separando, neste período de tempo, o que é conjuntural do que é estrutural no nosso objeto de estudo.

Na terceira etapa da pesquisa, duas fontes importantes constituíram o fio condutor de nossa narrativa sobre a crise que se instalou em Honduras a partir de junho de 2009: o relatório final da *Comisión de la Verdad y la Reconciliación* (CVR) e o informe final da *Comisión de Verdad* (CdV). Seguindo a metodologia de análise documental, imprescindível para a reconstituição dos fatos de um passado relativamente distante, vamos localizar os documentos no contexto em que surgiram, e apontar o lugar de fala e os interesses de seus autores (CELLARD, 2012, p.295-296).

Observaremos no terceiro capítulo que a primeira fonte, considerada uma versão “oficial” dos fatos, não contou com a colaboração de Manuel Zelaya, principal ator envolvido e tampouco dos movimentos sociais. Mas dispõe de riqueza de detalhes, informações e documentos. Já a segunda, a “comissão alternativa”, impulsionada por entidades da sociedade civil, adota tom mais analítico e inquisidor. Optou-se em nossa pesquisa, portanto, pela junção dos dois documentos na busca de uma versão mais completa e equilibrada dos fatos. As lacunas foram preenchidas com bibliografia complementar. Ao fim, o que se pretende é trabalhar com os documentos não como um material definitivo e mudo, se não que manuseá-los a fim de estabelecer diálogos com as questões que pretendemos trabalhar nessa pesquisa. Como explica André Cellard,

Definitivamente, (...) o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder ao seu questionamento. Para chegar a isso, ele deve empenhar-se em descobrir as ligações entre os fatos acumulados, entre os elementos de informação que parecem, imediatamente, estranhos uns aos outros como assinala Deslauriers (2012, p.304).

No quarto capítulo, examinaremos as consequências imediatas do golpe para a sociedade hondurenha, no período que abrange o governo interino de Roberto Micheletti e os primeiros anos do governo de Porfirio Lobo Sosa. A partir de parâmetros de análise que compreendem aspectos da movimentação do capital estrangeiro (financeiro e industrial), violação de direitos humanos, mobilização popular em resistência ao golpe e âmbito internacional da crise, pretendemos apontar alguns interesses que estiveram relacionados com

a derrocada do presidente Manuel Zelaya. Nesta etapa, entrevistas realizadas em campo e reportagens de jornais hondurenhos recolhidos durante o ano de 2011 foram imprescindíveis para a relação e análise dos fatos.

A crise ocorrida em Honduras em 2009, a despeito do impacto político causado no continente e da atuação contundente da diplomacia brasileira, é ainda pouco analisada pelas pesquisas acadêmicas. Certamente, precisamos de textos teórico-metodológicos que transcendam a análise conjuntural e expliquem de maneira estrutural a formação social, política e econômica de Honduras desde uma visão regional engendrada no sistema-mundo.

A justificativa desta pesquisa também se insere no esforço de buscar respostas a muitas questões oriundas da crise hondurenha ainda sem estudos ou investigações. Essas crises podem ser chamadas de “golpes de Estado”? Se sim, existem novos mecanismos ou metodologias de golpes de Estado no século XXI na América Latina? A que momento de reorganização do capitalismo eles atendem? O governo do presidente deposto Manuel Zelaya pode ser considerado contra-hegemônico? O que ele fez para que as elites recorressem à ruptura constitucional, mecanismo com um custo político tão alto? De que maneira as estruturas golpistas permanecem imbricadas na sociedade hondurenha, passada a crise? Os Estados Unidos da América tiveram um papel específico nessa conjuntura?

Somado ao golpe na Venezuela em 2002; ao “rito sumário” que destituiu Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012; e as tentativas recentes de desestabilização dos governos progressistas da Bolívia, do Equador e, por último, do Brasil, o episódio hondurenho é de extrema importância, sobretudo porque nos ajuda a apontar quais serão os desafios que a América Latina terá de enfrentar para assegurar a continuidade e avanços das mudanças democráticas dos últimos tempos.

## **CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ATUAL FASE DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

Dos golpes civis-militares da década de 1960 e 1970 até a atualidade, passamos, na América Latina, pela expansão e consolidação do neoliberalismo e, posteriormente, na primeira década do século XXI, pela emergência de governos progressistas que apontaram para um horizonte diferente em terras latino-americanas, marcando um momento de reordenamento geopolítico no continente.

Mesmo considerando que os processos de redemocratização se deram de maneira diferente nos países – as diferenças se acentuam entre as regiões sul e central, como veremos no capítulo 2 - os limites e contradições de um “capitalismo democrático” na América Latina constituem uma problemática comum em todos eles. Apesar da conquista democrática da eleição de governos civis por meio do voto popular, a cartilha do neoliberalismo imposta a essas novas administrações promoveu o aprofundamento da dependência e da desigualdade.

Na América Latina, o padrão neoliberal desenvolveu-se em diferentes etapas e intensidades, de acordo com a análise de Carlos Eduardo Martins (2011). Ele se expandiu a partir dos anos 1970, com o golpe de Estado no Chile; ganhou impulso nos anos 1980 e atingiu o auge em 1990 para logo iniciar um leve recuo. A primeira fase foi caracterizada pela crise mundial iniciada em 1970, cuja estratégia do país epicentro da crise, os EUA, foi absorver os excedentes da economia mundial. A segunda fase ocorre quando a nação hegemônica se organiza para um novo ciclo expansivo e estabelece um novo projeto de inserção internacional para a América Latina. A principal referência ideológica dessa ofensiva neoliberal estadunidense na região foi um conjunto de políticas públicas chamado Consenso de Washington, cujos principais pontos eram:

disciplina fiscal; priorização do gasto em saúde e educação; realização de uma reforma tributária; estabelecimento de taxas de juros positivas; apreciação e fixação do câmbio para torná-lo competitivo; desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias para estabelecer políticas comerciais liberais; abertura à inversão estrangeira; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; e proteção à propriedade privada. (MARTINS, 2011, p.315)

A partir do século XXI, o projeto neoliberal sofre um recuo com a emergência de novas formas de nacionalismo que variam entre a forte mobilização popular e o capitalismo de Estado (MARTINS, 2011, p. 314). Esta terceira fase, na qual se insere o governo de Manuel Zelaya em Honduras, é determinada pela ascensão chinesa na economia mundial e de um forte consenso antineoliberal na região, impulsionado por governos que buscavam uma política externa mais independente e um novo paradigma de políticas públicas.

Após a eleição popular destes governos minimamente preocupados com a desigualdade social e que adotaram políticas de distribuição de renda, a situação econômica e social apresentou melhoras<sup>3</sup>, mas persistiram no continente a pobreza, a violência e o subdesenvolvimento - acompanhados de uma crescente insatisfação e descrença geral em relação à política e as instituições públicas.

Não esgotaremos nesta pesquisa a explicação das causas dessa persistente desigualdade, em suas múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas, que têm origem, a nosso ver, no impacto do processo civilizatório nos países latino-americanos e nas determinações fundamentais do desenvolvimento do capitalismo na região. A saber, situação dependente e periférica no mercado internacional, uma burguesia nacional débil, entre outras. Pretendemos, no entanto, caracterizar a atual etapa do capitalismo e os atuais interesses hegemônicos que se configuraram a partir da redemocratização, para contextualizar o evento analisado nesta pesquisa.

Para o sociólogo argentino Atílio Boron, o processo de construção dos regimes democráticos no continente, converteu-se em pura forma política, deixando a população vítima das contradições do modo de produção capitalista em uma situação de “salve-se quem puder”. Na definição dele, nossa região se converteu em um laboratório de “cruéis experimentos de reestruturação capitalista” (2003, p.230) que depois se espalhariam em outras partes do mundo.

Para o autor, a “ingenuidade de nossos dirigentes” nos levou a pensar que bastava a redemocratização para que certos problemas estruturais do capitalismo se dissolvessem no ar. Na América Latina, ao contrário, a redemocratização veio acompanhada de uma pauperização das camadas populares da sociedade civil. E qualquer “reivindicação exacerbada do povo”

---

<sup>3</sup> De acordo com o Panorama Social da América Latina 2014, entre 2005 e 2012, a incidência da pobreza multidimensional (que abarca moradia, educação, emprego e proteção social) diminuiu como média para 17 países da região latino-americana, de 39% a 28% da população, cifras similares as da pobreza por renda. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37626> (acessado em 06/02/2016).

conduziu à adoção de medidas restritivas no campo político, visando à continuidade do modelo neoliberal.

A economista e especialista em geopolítica, Ana Esther Ceceña, também enxerga os limites da democracia no capitalismo ao perceber a incompatibilidade entre a propriedade privada, um dos pilares fundamentais do sistema capitalista, e democracia universal.

Es decir, las relaciones sociales en el capitalismo o bien tienden hacia la construcción de una democracia que a la larga elimine la propiedad privada y que por tanto niegue el propio capitalismo, o bien son controladas mediante mecanismos variados que inhiben o reprimen lo *excesos de libertad* (CECEÑA, 2006, p. 15, grifo da autora).

Na América Latina, o capitalismo continuou se desenvolvendo e reorganizando-se a despeito de setores progressistas que adotaram uma nova gramática democrática (CORONADO, 2014) no século XXI, dirigida à ampliação da participação popular, preservação dos bens naturais, inter-culturalidade, etc. Ao não romperem com o modo de produção capitalista, contribuíram para a instauração de um novo mito na região, na análise de Ana Elizabete Mota, Ângela Santana do Amaral e Juliane Feix Peruzzo (2012): o do crescimento econômico com desenvolvimento social e ambiental como um projeto de superação das históricas desigualdades sociais.

As autoras argumentam que o modelo nacional-desenvolvimentista adotado pela maioria dos governos progressistas no século XXI, embora esteja além do neoliberalismo à moda do consenso de Washington, não o supera, nem tampouco supera o capitalismo, ainda que possua expressões de resistência ao imperialismo norte-americano, sob o argumento da autonomia dos povos.

No tempo presente, o que se apresenta na conjuntura é o fato de que o discurso dos estados nacionais autônomos sucumbe às investidas das empresas transacionais que executam projetos de desenvolvimento nas regiões do continente, ampliando a dilapidação do meio ambiente, mercantilizando recursos naturais e minerais, expulsando os povos originários das suas propriedades (MOTTA, AMARAL E PERUZZO, 2012, p.161).

O pesquisador mexicano, Jaime Preciado Coronado (2014), agrega elementos geopolíticos à essa análise, ao trazer a influência da proeminente atuação dos EUA nas

relações interamericanas. Na análise do autor, o país hegemônico coloca fortes obstáculos no sentido de travar ou dificultar propostas de integrações alternativas (como a Alba, Celac e Unasul) levantadas por governos que ele considera pós-neoliberais (SADER, 2010). A agenda imposta por esse país é caracterizada por tratados de livre-comércio que relançam a velha ideia de integração continental americana (neo-panamericanismo) comandada pela potência do norte; e as reformas estruturais de mercado, que aprofundam a re-primarização da economia e o modelo neo-extrativista.

Em qualquer um dos modelos de integração, porém, a crise global do capitalismo é determinante e as saídas à crise apontadas e adotadas pelos capitais internacionais leva a uma ofensiva junto aos países periféricos, no sentido de estes contribuírem, de modo mais direto, na transferência de excedentes do valor, conduzindo a um modelo neo-extrativista que afeta, principalmente os povos originários, muitas vezes expulsos de suas terras e de seus modos de vida

Tanto en los países donde predomina la ortodoxia neoliberal, como en aquellos donde se buscan alternativas, los problemas relativos a ese neo-desarrollismo, provocan conflictos sociales, ambientales y políticos que incrementan la desigualdad social, disminuyen los márgenes de soberanía en el manejo de los recursos primarios y tensionan la relación entre gobernantes y gobernados, por la imposibilidad de atender las demandas de la población, principalmente originaria y afrodescendiente (CORONADO, 2014, p.60)

Além disso, o autor observa que há um retorno de governos alinhados com o neoliberalismo na América Latina nos últimos anos e cita Paraguai e Honduras como países onde se aplicaram golpes de Estado que “pretendem abertamente instaurar privilégios para a economia de mercado” (2014, p.59).

Na esteira da crise que se instalou em Honduras, não encontramos somente fatores políticos traduzidos em brigas internas por quotas de poder, mas também interesses do grande capital e disputas por modelos de sociedade e culturas políticas. Tentaremos mostrar ao longo dos capítulos, por exemplo, como se comportou o setor econômico nacional e estrangeiro em relação à aproximação inesperada de Zelaya com Hugo Chávez e também no que se refere à proposta do governo hondurenho de ampliar a participação democrática da população e de elaborar uma nova Constituição.

Com isso, tentaremos desvendar quais foram as medidas tomadas por um governo com perspectivas de mudança – como foi o caso da gestão de Manuel Zelaya - que confrontaram a elite econômica e estiveram diretamente ligadas ao desencadeamento do golpe de Estado. Portanto, antes de entrar nas configurações internas de classe da sociedade hondurenha, tentaremos caracterizar essa nova fase da modalidade de acumulação capitalista da segunda metade do século XX pra atualidade.

### **1.1 Ainda há imperialismo?**

Em sua obra clássica “Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1987), Vladimir Lênin aponta como sendo a característica fundamental dessa etapa a constituição dos monopólios, que competem e ao mesmo tempo cooperam entre si. O pensador resgata o estudo de Karl Marx sobre a livre concorrência, afirmando que esta desencadeia a concentração da produção, que é o germe inicial da criação do monopólio. É importante frisar as diferenças entre os dois momentos: no velho capitalismo, com a plenitude da livre concorrência, a exportação de mercadorias era o elemento central. Já o que caracteriza o capitalismo baseado no monopólio e no capital financeiro, para Lênin, é a exportação de capital.

Na análise sobre a exportação de capital, Lênin afirma o papel dos “países atrasados” no imperialismo: receptores de capital excedente dos países centrais, cujos Estados, em vez de investir no aumento da qualidade de vida da população, exportam tal capital a regiões que disponham da maior quantidade de benefícios à acumulação do capital (mão-de-obra, terras baratas, baixos impostos, etc). Lênin resume as principais características dessa fase no seguinte parágrafo:

O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo território do globo, entre as maiores potências capitalistas (1987, p.88).

Quando partimos do pressuposto de que o golpe de Estado de Honduras em 2009 insere-se e atende a uma nova etapa do capitalismo não queremos dizer, de forma alguma, que

o imperialismo esteja superado. Concordamos com a análise de autores, como Atílio Boron (2009), que considera que o imperialismo não perdeu sua essência, somente acentuou suas principais características durante as mudanças ocorridas no mundo a partir do século XX.

Ao criticar intelectuais como Antonio Negri e Michael Hardt<sup>4</sup>, Boron chama atenção para a necessidade de uma atualização da teoria clássica do imperialismo, a partir dessas mudanças oriundas da aceleração da globalização do capital, mas sem descartá-la ou esvaziá-la de sentido.

(...) lejos de diluir al imperialismo en una especie de benévolo imperio, un imperio inocuo e inofensivo, la globalización ha producido, por el contrario, una radical acentuación de los rasgos tradicionales del imperialismo, potenciando extraordinariamente su naturaleza genocida (BORON, 2009, p.140).

Boron acredita que tais características se acentuaram. A concentração de capital monopólico, por exemplo, chega a “níveis sem precedentes”, afirma o pesquisador. No entanto, ele aponta alguns limites e questões polêmicas da teoria clássica defendendo que o imperialismo transformou-se depois da 2ª Guerra Mundial. De acordo com o autor, as guerras inter-imperialistas pela partilha do mundo foram, no pós-guerra, substituídas por uma coalizão dos monopólios das grandes potências, quando passaram a destinar sua ferocidade aos povos dos países do terceiro mundo. Além disso, o poder militar foi paulatinamente sendo diminuído frente ao poder das instituições financeiras.

Si en el pasado para imponer las políticas del imperialismo se requería de golpes de estado y dictaduras militares, en la América Latina de hoy esa tarea la hacen gobiernos “democráticos” surgidos del voto popular y que hicieron un culto de la traición y la mendacidad (BORON, 2009, p.147).

No entanto, é importante frisar que o poder militar ainda exerce importante papel na manutenção da hegemonia capitalista e estadunidense e se mostra extremamente necessário em casos pontuais de ocupação de territórios, como no caso da invasão do Iraque.

### **1.1.1 Hegemonia sistêmica x Hegemonia Estadunidense**

---

<sup>4</sup> Ver HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

Uma dos pontos polêmicos da teoria imperialista reside no debate sobre hegemonia. Enquanto autores, como David Harvey (2004), acreditam na existência de um “imperialismo coletivo”, formado pela tríade Estados Unidos, União Europeia e Japão, autores como Atilio Boron (2009) e István Mészáros (2009), defendem que os EUA é o país imperialista mais poderoso e que não está em declínio enquanto potência hegemônica. Isso porque o país norte-americano, pontuam, detém não só a maior concentração de poder militar, como também dita as políticas levadas a cabo pelas instituições financeiras como FMI, OMC e Banco Mundial.

Com efeito, não há como antes nenhum indício sério do ansiosamente antecipado “declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica”, não obstante o aparecimento de numerosos sintomas de crise no sistema global. As contradições que pudemos identificar dizem respeito ao *conjunto* interdependente do sistema do capital global no qual o capital norte-americano ocupa, mantém e, na verdade, continua a fortalecer sua posição dominante de todos os modos, paradoxalmente até mesmo por meio de suas práticas de imperialismo de cartão de crédito – à primeira vista bastante vulneráveis, embora, até o presente momento, implantadas com sucesso e sem muita oposição. (MÉSZÁROS, 2009, p.1088)

Ana Esther Ceceña (2005) explica que há uma diferença entre hegemonia capitalista (sistêmica), e hegemonia estadunidense (modalidade interna de domínio) – imprescindível para se pensar em estratégias corretas de superação desta hegemonia. Quando se fala de transição do domínio do capitalismo inglês para o dos EUA, exemplifica a autora, se fala de modalidades internas de domínio, o que não quer dizer que houve uma mudança sistêmica ou civilizatória. É possível, ainda de acordo com Ceceña, que haja um fortalecimento da hegemonia estadunidense ao mesmo tempo em que há uma decaída simultânea da legitimidade capitalista, pois

trata-se, no meu ponto de vista, de um movimento ambivalente que, se em um horizonte civilizatório ou sistêmico permite identificar uma tendência à deterioração da relação entre o discurso de verdade do progresso capitalista e sua capacidade real de solução dos problemas gerais da humanidade, em um horizonte mais próximo anuncia um reforço da capacidade de domínio, da concentração de riqueza e da reconstrução do imaginário coletivo sobre a base do pensamento único e da ilusão global (2005, p. 39)

Outra discussão está relacionada à tese de que os EUA iniciam uma lenta decadência e que o centro do imperialismo estaria sendo deslocado para o sudeste asiático. Boron não concorda com essa análise e destaca que esta tese pressupõe que o imperialismo é invencível,

que estaria sempre deslocando seu centro de gravidade em qualquer sinal de declínio, o que pode ter graves consequências desmobilizadoras.

## **1.2 O imperialismo hoje: “acumulação via espoliação”**

David Harvey (2004), na obra “O novo imperialismo” também questiona um ponto importante da teoria clássica do imperialismo trazido por Rosa Luxemburgo, em “A acumulação do capital” (1913), segundo a qual, o comércio com formações sociais não-capitalistas é a única forma de estabilizar o sistema, abalado pelo subconsumo.

Para Harvey, o acesso a insumos mais baratos (terra, matéria-prima, força de trabalho) é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas para o capital excedente. É possível acumular em tempos de crise se os custos dos insumos sofrerem um declínio. Assim, territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio, como a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando a força de trabalho e matérias-primas mais baratas.

No entanto, Harvey aproveita desse argumento de Luxemburgo a ideia de que o capitalismo precisa dispor de algo “fora de si” para estabilizar-se e contornar pressões de sobreacumulação<sup>5</sup>. Contudo, o autor pontua que o capitalismo pode tanto usar um exterior preexistente como produzi-lo de alguma maneira: principalmente por meio da espoliação.

A partir dessa ideia, baseando-se nos argumentos de Karl Marx e concordando com Hannah Arendt, Harvey elabora sua tese a respeito da acumulação via espoliação, afirmando que “o novo imperialismo” nada mais é do que a reedição da acumulação primitiva. Para Arendt, a acumulação original constitui “uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo” (Apud Harvey, 2004, p.119).

Assim, ao contrário de Marx - que relega a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original”, ou, como no caso de Luxemburgo, tida como uma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado – Harvey (2004) afirma que as características da acumulação primitiva permanecem até hoje e

---

<sup>5</sup> As crises de sobreacumulação são definidas por David Harvey (2004) como excedentes de produção somados a excedentes de força de trabalho, sem que haja uma maneira de conjugá-los em alguma atividade lucrativa e socialmente útil. Exemplo principal foi a crise de 1930.

apenas substitui os termos “primitivo” ou original” pelo conceito de acumulação por espoliação. Esta modalidade de acumulação teria como características: a mercantilização e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos dos camponeses às terras comuns; processos coloniais e neocoloniais de apropriação de ativos, etc.

No entanto, o autor ressalta que alguns dos mecanismos de acumulação primitiva que Marx menciona foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte. O sistema de crédito e o capital financeiro, por exemplo, se tornaram grandes mecanismos de expropriação e roubo. Foram criados também mecanismos novos: direitos de propriedade intelectual, a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual; privatização de bens até agora públicos (universidades, por exemplo).

Importante para o desenvolvimento dessa pesquisa é o entendimento de que o poder do Estado é, com frequência, utilizado para impor esses processos, mesmo contrariando a vontade popular. Ainda segundo Harvey, uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações de insumos para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Aprovar mecanismos legais que protejam a acumulação e impulsionem a privatização são outras funções igualmente importantes dos Estados nessa nova etapa de acumulação capitalista.

É importante destacar que um grupo de autores latino-americanos, apoiados na obra de Lênin e no legado da teoria do imperialismo, estudaram as condições históricas específicas de exploração capitalista na América Latina que, evidentemente, sempre estiveram atreladas à dinâmica do capital internacional. Esses estudos ficaram conhecidos a partir dos anos 1960 como “teoria da dependência” e têm no brasileiro Ruy Mauro Marini sua principal referência da vertente marxista.

A teoria da dependência se dedica a esmiuçar o papel dos países periféricos nessa etapa do capitalismo e cria categorias originais e essenciais para entender esta realidade, como a da “superexploração” do trabalho - forma e conteúdo de classe do capitalismo periférico de exploração do trabalho. Marini afirma que “a superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo” (2005, p.33).

De acordo com essa análise, o capitalista periférico – já em constante revés na dinâmica do capital internacional – precisa buscar formas de compensar as perdas decorrentes do intercâmbio desigual, quais sejam: a mais-valia absoluta – roubo do tempo do trabalho com longas jornadas e achatamento dos salários – e a mais-valia extraordinária, que seriam os subsídios do Estado, que incidem no capital constante e na queda dos custos de produção.

Por essa característica da produção excedente se dar principalmente pela superexploração do trabalho, e pela necessidade que os capitalistas periféricos tem de alcançar a mais-valia extraordinária, na busca por uma compensação de sua desvantagem histórica no mercado internacional, é que a necessidade da intervenção do Estado na região será ainda mais fundamental - para promover ações voltadas a apaziguar possíveis descontentamentos de classe, garantindo o acesso ao consumo e garantindo também os subsídios necessários para a queda do custo de produção (energia mais barata e isenção de impostos, por exemplo).

Em consonância com esse legado da teoria da dependência, as autoras Ana Elizabete Mota, Ângela Snatana do Amaral e Juliane Feix Peruzzo (2012) chegam à seguinte síntese sobre a acumulação capitalista na região atualmente: “O crescimento alcançado pela América Latina se apoia, por um lado, na crescente exploração de commodities e, fundamentalmente, na superexploração do trabalho como estratégia de geração de excedente na periferia do capitalismo a ser apropriado no centro deste” (p.170).

### **1.2.1 Nova etapa: “mundialização do capital”**

Como afirmamos anteriormente, esta pesquisa parte do pressuposto de que o imperialismo não está superado, pelo contrário, ao longo do tempo e das mudanças, acentuou-se suas principais características descritas desde o século XX por autores clássicos, como Lênin (1987). A saber, poder do monopólio e das oligarquias financeiras; a primazia pela exportação de capitais toda vez que se esgotam as possibilidades de aplicação do capital excedente no mercado interno, em detrimento da exportação de mercadorias; e a formação de associações de instituições financeiras.

De acordo com a análise de François Chesnais (2009), na nova configuração do capitalismo, de 1980 até a atualidade, predominam as formas mais concentradas de capital – seja por meio do capital industrial, através das empresas transnacionais, ou pelo investimento

financeiro “puro”, feito por bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, investidores institucionais, etc.

Esse atual estágio do capitalismo não é algo natural, como uma evolução normal que culminaria no fantástico mundo das finanças, onde “dinheiro produz dinheiro”, livremente no invisível “mercado”. Tal estágio só foi possível com a intervenção política dos EUA e outros países do G7<sup>6</sup> nos Estados-nações, onde impuseram pacotes econômicos e políticas neoliberais, em troca de negociações da dívida pública.

O ponto de partida, segundo Chesnais, foi a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, mas tratados importantes foram necessários, como o Consenso de Washington, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), posteriormente derrotada, e a instituição da Organização Mundial do Comércio (OMC). Outro elemento importante e constitutivo desse momento atual foi o fracasso das experiências do socialismo real, tornando mais fácil o discurso da liberalização, privatização, desregulação e Estado mínimo.

Los sucesos de 1989-1991 acentuaron, evidentemente, cambios en las relaciones económicas y políticas entre el capital y el trabajo. La “victoria del mercado” apareció tanto más definitiva, e irreversible”, cuanto fue contemporánea de la tomada de consciencia de la clase obrera y de la juventud de la amplitud del desastre en el cual la gestión burocrática de la economía, el terror estalinista y la represión generalizada del largo periodo breznevita condujeron a los países del Este y, en particular, todos los pueblos de la Ex Union Sovietica.(CHESNAIS, 2009, p.68-69)

Chesnais prefere a expressão “mundialização do capital” para definir esta nova configuração do capitalismo, em vez de expressões como “globalização” ou “mundialização da economia” que, na opinião do autor, escamoteiam as reais relações de dependências e subordinação entre os países, passando uma falsa ideia de integração mundial. Para ele, a mundialização do capital está organizada “de modo a permitir la apropiación en escala “mundial”, en condiciones tan regulares y seguras cuanto posible, de las ganancias industriales, pero también y, sobretudo, de los ingresos financieros, de los intereses y de los dividendos.” (2009, p.71).

Nesse contexto, o papel dos países em desenvolvimento é importante, uma vez que o capital financeiro busca os mercados emergentes e fontes de matéria-prima e mão-de-obra

---

<sup>6</sup> O Grupo dos 7 é formado por Estados Unidos da América, Alemanha, Canadá, França, Japão, Itália e Reino Unido.

baratas. O autor conclui que estamos em um estágio de capitalismo dominado por instituições que vivem de rendimentos num grau muito maior que no final do século XIX.

Outra característica dessa época é o contexto de acirramento da crise capitalista de sobreacumulação iniciada na década de 1970. Diante dessa crise, o projeto neoliberal apresenta-se como a forma de Estado mais eficaz - e necessária - para a reprodução ampliada de capital, principalmente através da espoliação, como vimos anteriormente.

### **1.3 A escalada hegemônica dos EUA e o interesse pela região do *Gran Caribe***

É evidente que a América Latina nunca aceitou o papel a ela designada pelos centros hegemônicos passivamente. Desde a luta contra a colonização, a região está repleta de histórias de resistência à exploração e dominação. Ana Esther Ceceña explica que, na atualidade, para se manter hegemônico, o projeto neoliberal propõe uma guerra de espectro completo contra a totalidade do mundo - o que também ocasiona uma insubordinação em vias de generalização que, por sua vez, leva a uma estratégia universal de contra insurgência.

O momento e o plano sobressalente que se abre com o neoliberalismo é a universalização da guerra sob todas as suas formas: econômica, com a extensão da economia de mercado e a financeirização do campo de definição de normas e políticas; cultural com a ampliação conceitual - e criminalização - do não civilizado, do ingovernável, dos velhos e novos bárbaros; disciplinária, com a flexibilização do trabalho e o controle do entretenimento; e, claro, militar. (CECEÑA, 2006, p.15)

A pesquisadora se apoia no conceito gramsciano de hegemonia - concebido como a capacidade para generalizar uma visão de mundo, nutrindo-se não só das manifestações de força e condições objetivas, mas também da pertinência argumentativa do discurso. Sem desmerecer a importância das ações bélicas e econômicas, Ceceña reconhece a dimensão cultural como lugar decisivo para, de um lado, construir novas visões de mundo e, por outro, prevenir-dissuadir qualquer intenção de transformação social: “é no cultural onde radicam a memória histórica, as cosmovisões, as epistêmes e utopias” (2006, p.36).

Ao analisar esta situação de dominação hegemônica capitalista, atualmente liderada pelos EUA, Ana Esther Ceceña, identifica e sistematiza os objetivos, estratégias e mecanismos desta dominação. Os objetivos, segundo a autora, são praticamente dois: explorar a maior quantidade de recursos naturais possíveis e disciplinar a sociedade para que

não se rebelde contra o sistema capitalista. Já as estratégias, estão orientadas para a criação de vantagens de posicionamento a fim de assegurar o acesso garantido às fontes de recursos estratégicos, mobilidade do capital, uso e abuso da mão de obra e de disputar modelos de sociedade, combatendo qualquer nova ideia de organização diferente da capitalista.

De acordo com a pesquisadora, as instâncias de planejamento estratégico dos EUA empenharam-se em construir uma estratégia de espectro completo (*full spectrum*) que abrange três dimensões físicas: subterrânea (desmontar esconderijos, túneis, *bunkers*), a superficial (subdividida em terrestre e marinha) e a espacial (que abrange comunicações) a fim de que o inimigo não tenha nenhuma brecha, nenhum espaço de organização alternativa de sociedade ou pensamento crítico (Ceceña, 2005).

A pretensão é encontrar o modo em que o inimigo não tenha nenhuma brecha: que não possa se esconder num túnel e que não deixe de ser vigiado para que não possa realizar acordos ou planejar insurreições, mas, sobretudo, para que se canse, para que se esgote, para que seu desgaste seja completo. (CECEÑA, 2005, p. 45-46).

Dentre os mecanismos disponíveis destacam-se três, ainda de acordo com a pesquisa de Ceceña: a superioridade tecnológica, o reordenamento territorial (instalação de bases militares, detectores de riqueza no subsolo, etc.) e a universalização de normatividades (através de organismos como a ONU e a OTAN) reprodutoras das relações de poder.

Além disso, guerra preventiva é, de acordo com a pesquisadora mexicana, a palavra de ordem. Mas, a prevenção não é a novidade: os europeus já utilizaram esse mecanismo quando chegaram no continente, matando a população nativa antes de que pudessem se opor à sua chegada. Prevenção agora, esclarece Ceceña, é dispor das melhores posições de batalha com antecedência, estar sempre preparado para um conflito e evitar que novas formas de organização da sociedade sequer se conformem. Como explica Ceceña, “en esta nueva concepción lo que se busca es directamente evitar que el sujeto nazca, que se conforme. No es una guerra contra un enemigo específico, es contra todo signo, real o imaginário, de vida independente” (2006, p.17).

A partir dessas estratégias e destes mecanismos o mundo é dividido geopoliticamente em três regiões no “novo mapa do Pentágono”<sup>7</sup>. São elas, o “centro”, que engloba todos os países desenvolvidos; o “elo”, com os países “mediadores” do disciplinamento para os que se

---

<sup>7</sup> O novo mapa do pentágono foi criado pelo militar estadunidense Thomas Barnett em 2003.

encontrar na terceira região - a “perigosa” brecha (the gap), potencialmente insubmissa às regras gerais de como deve funcionar uma sociedade promovidas pelos Estados Unidos. Quase em sua totalidade, as áreas intensivas em biodiversidade, as jazidas de água, petróleo e gás, estão compreendidas na “brecha”. Contudo, os EUA justificam sua atuação de intervenção e ingerência nessas áreas pela suposta “ingovernabilidade” de seus mandatários. Os países do *Gran Caribe* estão compreendidos nessa “brecha”.

Ceceña dedicou, em parceria com outros autores, um estudo sobre esse pedaço do mundo, intitulado *El Gran Caribe, umbral de la geopolítica mundial* (2010). Dito trabalho nos mostra que as ilhas do Caribe foram, e territorialmente seguem sendo, a porta de entrada privilegiada a um continente rodeado por mares e atravessado por abundantes rios que permitem a navegação costeira ou terra adentro. Soma-se a isso o caráter indômito das sociedades que aí foram se conformando. Nesse quadro encontramos alguns dos motivos pelos quais a política externa dos EUA toma essa região como prioridade de sua política externa desde o início de sua escalada hegemônica.

La cortina que forman las islas del Caribe cubriendo el Golfo de México y el propio Mar Caribe, le otorgó, en el momento de despegue de la expansión de Estados Unidos, nuevamente un lugar central. Era potencialmente el escudo protector que podía preservar la América para los americanos, como promulgara Monroe en 1823. El siglo XIX, si bien fue lo de las descolonizaciones con respecto a Europa, fue el también lo de las neocolonizaciones, con modalidades diferentes, pero, sobretudo, con un protagonista que entraba en escena con una enorme vitalidad: Estados Unidos”. (CECEÑA, 2010, p. 24).

Veremos no capítulo 2 desta pesquisa como a presença estadunidense na América Central e Caribe na época de expansão imperialista está diretamente ligada com a formação dos monopólios na produção agrícola, que tem como ícone a *United Fruit Company* (UFCO), e no setor de transporte ferroviário e marítimo. Além disso, a agenda dos EUA para a região impactou profundamente as lutas políticas que ocasionaram levantes camponeses e guerras civis durante as décadas de 1970 e 1980.

No entanto, no começo do século XXI, dá-se início a uma mudança de correlação de forças geopolíticas no *Gran Caribe*: projetos de integração desvantajosos, como a Alca, são derrotados e as forças democráticas avançam pela defesa de seus territórios e processos políticos. Hugo Chavez é eleito na Venezuela, em 1999, promovendo uma mudança profunda

interna e externa<sup>8</sup>. A Nicarágua sandinista recupera, em 2006, a presidência perdida para a direita e para o projeto neoliberal ao longo dos anos 1990. Em El Salvador, em 2009, a FMLN põe fim a 20 anos de hegemonia conservadora ao vencer as eleições presidenciais. Em Honduras, a gestão até então liberal, Manuel Zelaya, se aproxima destes governos, especialmente o de Hugo Chávez.

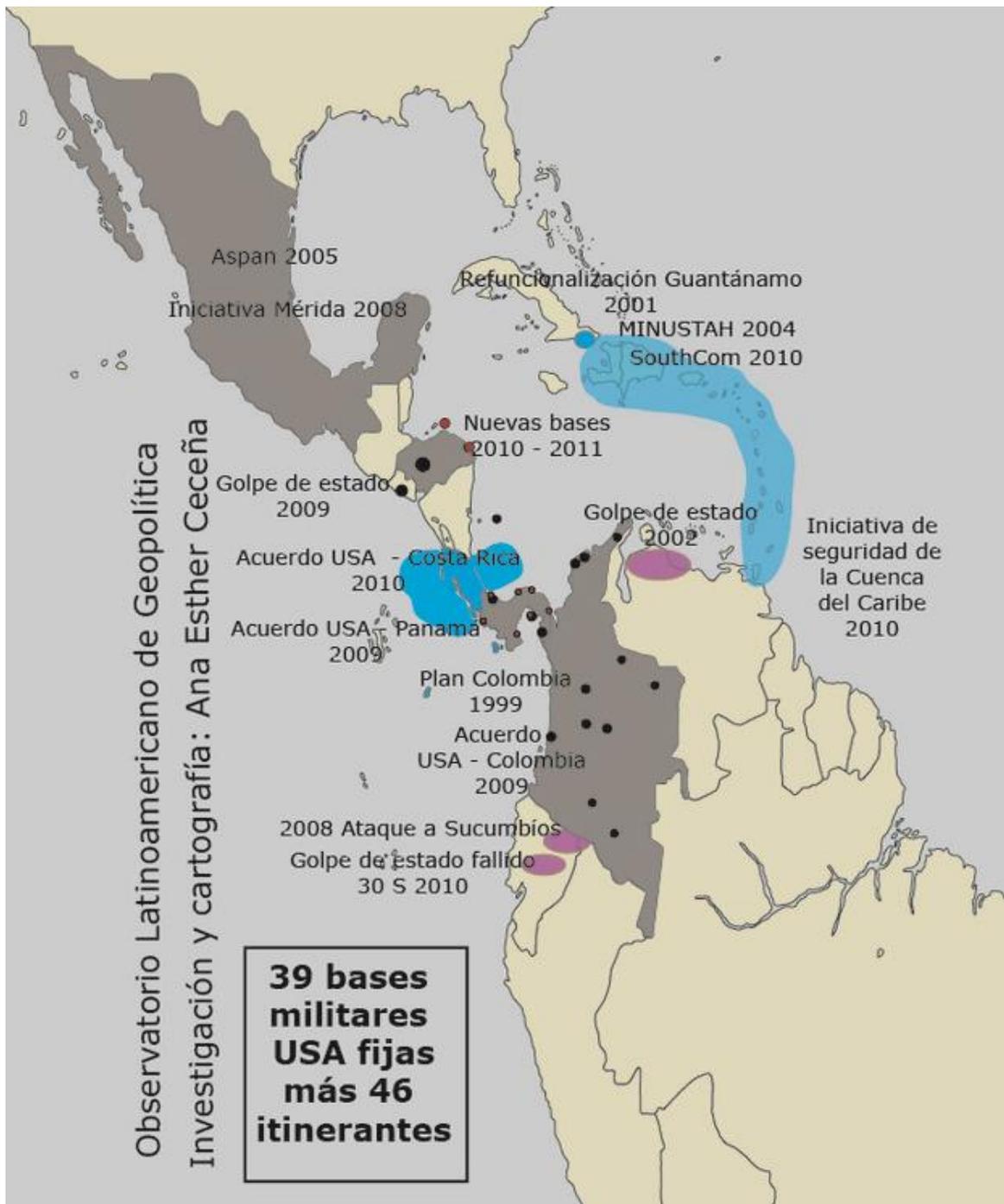
Somados à ascensão de governos progressistas na América do Sul, como o da Bolívia, que antes mesmo da eleição de Evo Morales, em 2005, luta pela autodeterminação, plurinacionalidade e democracia comunitária; e a eleição de Rafael Correa, no Equador, que estabelece, pela primeira vez, os direitos da natureza garantidos na Constituição - todos esses acontecimentos, que resultariam na ascensão de um novo projeto de sociedade, o chamado *Buen Vivir*, vão de encontro aos interesses e às estratégias de disciplinamento dos EUA.

Os objetivos e estratégias dos Estados Unidos na região começam a correr riscos, o que determinou uma nova ofensiva: a *Iniciativa de Seguridad para la Cuenca del Caribe*, lançada em junho de 2010. No entanto, se observarmos todas as ações de política externa do país hegemônico para a região desde o início deste século, o que fica claro é a variedade de mecanismos utilizados para a concretização de uma pauta de intervenção para barrar o avanço das forças populares. Como um quebra-cabeça, Ana Esther Ceceña desvenda pouco a pouco a estratégia em seu conjunto que começa no ano 2000, com o *Plan Colombia* e termina com a *Iniciativa de Seguridad para la Cuenca del Caribe* - passando por golpes de estados na Venezuela e Honduras, instalação de novas bases militares e imposição de Tratados de Livre Comércio (ver mapa).

Com isso, Ceceña conclui que “geograficamente, com todas essas operações, volta-se a fechar o círculo que marca as linhas do escudo do *Gran Caribe*, ainda que se mantenham fortes resistências no seu interior, começando com a perene insubmissão de Cuba” (2010, p.54).

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre as transformações na sociedade venezuelana ler SEABRA, Raphael. **A via venezuelana ao socialismo**. Curitiba: Editora CRV, 2014.



Mapa disponível em: <http://www.geopolitica.ws/document/mapa-dominacion-espectro-completo/> (acessado em: 26/03/2016).

A cientista política e professora de estudos latino-americanos da UNAM, Silvina Romano (2013), defende a tese de que a luta contra o crime organizado na América Central, sob a liderança do Comando Sur, não se resume à aplicação de políticas de militarização, mas se trata de um correlato de medidas econômicas com vistas a aprofundar o padrão primário-exportador e dependente de Honduras. Além disso, a luta conjunta contra o narcotráfico serve

como plataforma para influenciar a tomada de decisão de qualquer outro âmbito, tarefa levada a cabo pelos membros da embaixada estadunidense em Honduras, como mostraremos ao longo deste trabalho.

Segundo a autora, os interesses de fundo do discurso da insegurança não diferem das premissas da divisão internacional do trabalho de princípios do século XX, pois buscam consolidar a posição de Honduras no mercado internacional como primário-exportadora. Uma das consequências mais prejudiciais foi a substituição da agricultura de subsistência e diversificada pelo monocultivo. Isso data desde a revolução verde dos anos 60, impulsionada pela Usaid e departamento de agricultura dos EUA.

Em suma, as condições históricas de exploração da América Latina sempre estiveram atreladas à dinâmica do capital internacional. Na medida em que o capitalismo se desenvolveu em sucessivas etapas, o continente latino-americano foi ocupando um lugar específico na chamada divisão internacional do trabalho, sempre vista como fonte de matéria-prima e mão de obra barata para a exploração e a espoliação. A ascensão de governos progressistas na região não rompeu com este esquema de dependência e exploração e nem ameaçou a força hegemônica dos EUA, ainda que se tenha buscado alternativas e alianças inter-regionais, sem a participação hegemônica, fazendo “balançar” a correlação de forças no continente. Diante disso, fica a questão: como entender a forte reação da elite política e econômica às reformas levadas a cabo por governos progressistas?

Politicamente, o golpe civil-militar de Honduras se insere neste contexto macrorregional de mudança na correlação de forças no continente. Nos próximos capítulos, investigaremos de que forma o evento se associa a um esforço maior por recuperar a gestão de um Estado que estava nas mãos de um projeto que “atrapalhava” o desenvolvimento do país e as relações regionais nos moldes neoliberais.

## CAPÍTULO 2 – HONDURAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

O objetivo desse capítulo não é só contar a história de Honduras como uma sucessão de acontecimentos, uma mera descrição linear dos fatos até chegar ao momento a ser analisado, o golpe de Estado de 2009. Em consonância com o historiador Demetrio Boersner, segundo o qual o método histórico “contribui para explicar a situação do presente e abre perspectivas para o futuro” (1996, p.15), pretendemos, nesta parte da dissertação, buscar no passado elementos que estabeleçam conexão com o presente, que nos ajudem a entender o momento atual e a separar o que é continuidade do que é conjuntural, e o que é estrutural do que é circunstancial no nosso objeto de estudo.

Recorrendo à interdisciplinaridade, o historiador venezuelano afirma que é necessário que se faça uma “história sociológica”, que não se limite aos fatos protagonizados pela política, as relações diplomáticas e seus dirigentes, mas que explore também as “forças profundas” (Renouvin)<sup>9</sup> – estas coletivas, de índole econômica e social.

Sendo a sociedade hondurenha integrada ao sistema-mundo colonial/moderno e dependente economicamente de sociedades externas, optamos por sistematizar a história de Honduras a partir de sua relação - baseada na maior parte do tempo na dicotomia dominação-submissão - com os demais países da região latino-americana e, principalmente, com as potências hegemônicas de cada época, especialmente os Estados Unidos da América. No entanto, consideramos igualmente importante estabelecer as devidas conexões com os fatores internos, e com os atores-chaves locais que ora corroboravam com dita relação, ora levavam à resistência. A política será sim destaque da análise em cada período histórico, mas também será a economia e a mobilização social.

Metodologicamente, organizaremos a história do país centro-americano – da independência ao início do século XXI- dentro do binômio integração econômica – doutrina de segurança, que, de acordo com o historiador Jacques de Novion (2013), se tornou a grande marca da relação entre Estados Unidos e o restante do continente americano, depois da

---

<sup>9</sup>Pierre Renouvin foi precursor da escola francesa de História das Relações Internacionais. Propôs o conceito de “forças profundas” (1967) para designar um conjunto de fatores sociais, econômicos e geográficos, ou seja, coletivos e impessoais, que determinam a causalidade geral dos acontecimentos e que transcendem a análise das relações diplomáticas entre dirigentes políticos. (CANESIN, Carlos Henrique. Revista Brasileira de Política Internacional, vol 51, 2008)

Segunda Guerra Mundial, resultado de uma relação construída ao longo do século XIX e começo do XX.

As características e as consequências do sistema imperialista também serão destacadas em cada época, já que a América Central e o Caribe foram – e ainda são, pretendemos mostrar – territórios de dominação do capital rentista e dos monopólios industriais, apoiados pelos seus respectivos Estados.

## **2.1 Localizando Honduras: diferenças e semelhanças com o restante da América Latina**

Com 111.890 km<sup>2</sup> de extensão territorial e uma população de aproximadamente 8 milhões de habitantes Honduras está localizada no centro da “*dulce cintura de América*”, como o poeta chileno Pablo Neruda outrora se referiu à América Central - o istmo formado ainda pelos países Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Panamá e Belize.

Os cientistas políticos Juliana Vitorino e Aleksander Aguilar (2013) mostram que a América Central situa-se num lugar periférico tanto geopoliticamente, como do ponto de vista do interesse das Ciências Sociais, pois está entre o Norte hegemônico e o Sul tomado por novas iniciativas e propostas de organizações de sociedade de caráter contra-hegemônico.

Após analisar artigos em revistas científicas especializadas em América Latina, entre 1996 e 2013, os autores constataram que, no passado, a região era foco de atenção de pesquisadores acadêmicos e de governos, interessados em investigar, financiar ou minar os processos revolucionários ocorridos durante as décadas de 1970 e 1980. Hoje, as pesquisas dão ênfase a temas persistentes, ainda ligados ao período das guerras civis e acabam recorrendo à generalizações, deixando escapar temas atuais, resultados da configuração sociopolítica da região iniciada há alguns anos, cujo foco não está mais situado num contexto bipolar de Guerra Fria.

Situar a América Central dentro de um contexto contemporâneo-periférico não passa, no entanto, por negar a conjuntura gerada pelo pós-guerra na região. Mas é necessário ir além, no sentido de entender o emaranhado de situações decorrentes deste evento. Neste exercício de caracterização, nossa tentativa foca em avançar na compreensão e reflexão sobre a América Central contemporânea, e para isso identificamos quatro grandes traços característicos do atual contexto centro-americano, quais sejam: a condição de Estados pós-guerra e as migrações internacionais, a debilidade institucional e o fortalecimento das maras/pandillas e do crime organizado, a

renovação do discurso integracionista e as relações internacionais sul-sul (2013, p.24)

Em sua formação socioeconômica, a América Central apresenta traços comuns aos demais países latino-americanos, como o papel de economia agroexportadora na divisão internacional do trabalho, a dependência econômica e tecnológica em relação aos países desenvolvidos e uma persistente desigualdade social. No entanto, Gilles Bataillon (2008), no livro *Génesis de las guerras intestinas en América Central (1960-1983)*, identifica uma tradição na literatura sobre a América Central, onde ocorre a análise de processos ocorridos no istmo à semelhança ou comparação com os países do sul do continente, a despeito de suas enormes diferenças.

Ao contrário dessa tendência, Bataillon mostra-se preocupado em vincular os acontecimentos às especificidades das sociedades que os produziram, porém, tomando o cuidado de não perder a conexão com o macro. Além disso, para o autor, é preciso “romper com ideias herdadas”, principalmente oriundas da mídia hegemônica, que apresentam a América Central como um mundo arcaico e estático. Ele argumenta que, apesar do continuísmo histórico percebido na região, existem rupturas que nos recordam da possibilidade de transformação do que supostamente é “natural”.

Ao estudar o pensamento de políticos, intelectuais e jornalistas brasileiros sobre a América Latina no século XX, a historiadora Maria Helena Capelato (2000) dá um exemplo a respeito dessa preocupação apontada por Bataillon. A autora afirma que o centro do continente era retratado como naturalmente violento, anárquico e desordeiro, em contraposição com um Brasil estável e ordeiro, modelo de paz. Ela exemplifica essa visão negativa sobre a América Central, com um trecho de uma reportagem da revista *Manchete*, datada de 22 de janeiro de 1954.

Na estreita, populosa e infeliz faixa de terra que vai da extremidade noroeste da América do Sul à costa sudoeste da América do Norte, atentados, rebeliões e invasões constituem a normalidade. A coisa é tão intrincada – e tão simples – que quem não está conspirando é porque está sendo alvo de uma conspiração. (2000, p. 305)

Para contrapor pesquisas que abordam a América Latina como um conjunto coeso de países, Gilles Bataillon destaca em seu trabalho diferenças entre as regiões sul e central,

principalmente no que se refere à cultura política. Para ele, houve uma “revisão das concepções políticas” (2008, p.24) na América do Sul, logo após a derrocada dos governos militares, no sentido do fortalecimento da democracia que foi enaltecida a partir da sociedade civil. Na América Central, por outro lado, depois das guerras,

“la política se sigue considerando asunto de una pequeña minoría; el sufragio es, el mejor de los casos, una manera de ratificar acuerdos en la cumbre, o un recurso entre tantos otros – económicos, sociales, militares – que habrá de tenerse en cuenta a la hora de negociar” (2008, p.24)

Para o autor, a política centro-americana é marcada pelas características do caudilhismo e patriarcalismo que implicam gesto de reciprocidade e obrigação dos dominantes para com os dominados. Outra característica forte é o clientelismo, praticado para garantir apoio de amplos setores da sociedade. Apesar dos grupos revolucionários da América Central se expressarem na linguagem da formação do “homem novo”, muitas de suas atitudes e seus discursos se encaixam, segundo Bataillon, na “cultura política” centro-americana descrita.

No caso de Honduras, o sociólogo Guillermo Chocano explica que, aliado a esses fatores, a redemocratização se deu dentro de um contexto complicado de conflitos nos países vizinhos e de intervenção dos Estados Unidos, principalmente na questão militar,

(...) lo que les permitió (los militares) mantener una fuerte cuota de poder y de prebendas, en lo que se ha llamado rasgos distintivos de una “democracia tutelada”, reforzada por la ayuda militar norteamericana, la base de Palmerola y los campamentos de entrenamiento de tropas de Honduras y de los países vecinos involucrados en el conflicto. (2012, p. 37-38)

Outra diferença grande entre o sul e o centro, e que será levado em consideração na análise do presente trabalho, é o peso do estrangeiro nas lutas dos grupos políticos, tanto os de dominação como os da resistência, dos países da América Central. Todas essas características da “cultura política” centro-americana serão essenciais para entendermos o desenrolar da crise que se instalou no país em 2009, com a derrocada do presidente Manuel Zelaya.

Bataillon faz ainda uma ponderação a respeito dos conceitos que utiliza em seu estudo sobre a região central do continente e que consideramos ser pertinentes também para a nossa pesquisa. Para ele, noções como “caudilhismo”, “dependência”, “regimes oligárquicos” e

“repúblicas das bananas” podem ser considerados estereótipos, porém são termos que, segundo o autor, tem o mérito de desconstruir certas interpretações culturalistas que consideravam o fardo do legado ibérico como determinante para a perpetuação de uma cultura política, de maneira que se tornava inútil qualquer tentativa de mudá-la. Por outro lado, contribuem para certa cegueira ante a complexidade de fenômenos centro-americanos quando subordinam o social e o político ao econômico.

Se a região central é diferente da sul, é importante destacar que dentro do istmo também existem diferenças marcantes e Honduras desponta como o país que mais se distingue de seus vizinhos – e, não à toa, é ainda mais ausente das produções acadêmicas, principalmente no Brasil.

Mesmo quando a América Central recebeu destaque nas narrativas acadêmicas e informativas no período das guerras civis, nos anos 1970/1980, Honduras não recebia o mesmo espaço que países como Nicarágua, El Salvador e Guatemala, ainda que tenha ocupado papel central na estratégia contra-insurgente dos Estados Unidos. Quando do golpe de 2009, o país atingiu seu auge de aparições, mas teve sua história deturpada pelos meios de comunicação internacionais ou instrumentalizada por grupos políticos.

A proximidade geográfica entre os países centro-americanos, e destes com os Estados Unidos, estabeleceu a partir de sua independência processos históricos semelhantes em países como Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Honduras. Contudo, podemos apontar duas características singulares de Honduras em relação a seus vizinhos: sua posição geográfica, por um lado, oferece proteção contra terremotos e vulcões, riqueza e diversidade de bens naturais e muitas fronteiras terrestres e marítimas. Por outro lado, essas características tornam o país estratégico para o projeto imperial do Reino Unido (no século XIX) e dos Estados Unidos (século XX) que buscaram utilizar seu território para exploração de recursos naturais (rios, minérios, terras férteis) e para base de treinamento militar contra-insurgente, com o objetivo de reprimir processos revolucionários em países vizinhos e no interior de Honduras.

Além disso, a maneira específica como Honduras entrou no mercado mundial, através da exportação de banana, gerou uma configuração de classes diferente da estabelecida em seus vizinhos, cujos monopólios cafeeiros produziram, por um lado, uma elite oligárquica organicamente vinculada ao Estado e, por outro, uma massa de camponeses despojados de suas terras. Em Honduras, como nos mostra o estudo do historiador hondurenho, Dario

Euraque, professor do Trinity College de Hartford (Connecticut), a produção de café foi engolida primeiro pela exploração mineira da época colonial e, depois, pela produção bananeira pós-independência, ambas com laços íntimos com o capital imperial.

Dario Euraque (1997) explica que o cultivo de banana em Honduras se deu em terras pouco povoadas, despojando poucos camponeses de suas terras. No entanto, o posterior surgimento de uma “nova” burguesia agrária, a partir de 1950 (principalmente produtora de algodão e açúcar), ocasionou uma grande escassez de terras e uma massa de camponeses sem-terra disputados por forças políticas interessadas em influenciar em sua organização. Portanto, a reforma agrária levada a cabo em 1962 e em 1972, deve ser entendida, de acordo com Euraque, dentro do contexto do esforço de minar ou diluir os intentos comunistas de aproximação e organização dos camponeses.

Assim, enquanto que em países como El Salvador, Nicarágua e Guatemala, a massa de camponeses espoliada pelo capital imperial formou movimentos revolucionários, em Honduras, a militância agrária foi direcionada para um projeto reformista patrocinado pelo Estado (EURAQUE, 1997).

Como veremos ao longo deste capítulo, essa configuração específica da elite e dos trabalhadores marcou a história política de Honduras, permeada por golpes de Estado, ingerências de companhias bananeiras estrangeiras e conflitos civis e militares que proporcionaram o revezamento no poder de dois partidos sem grandes diferenças ideológicas - o Partido Liberal de Honduras (PLH) e o Partido Nacional de Honduras (PNH). Nos capítulos seguintes, veremos que novas configurações políticas e eventos importantes romperam com o esquema bipolar e bipartidário. São exatamente essas rupturas que serão nosso objeto de análise nessa pesquisa, sem descolá-las, contudo, de suas gêneses históricas.

## **2.2 Período de Independência: Doutrina Monroe X Bolivarianismo**

A primeira grande potência a exercer domínio político, econômico e social sobre Honduras foi a Espanha, por meio da empreitada colonial, deixando marcas visíveis até hoje. O índio maia que liderou a resistência indígena contra a conquista espanhola na cidade de Copán empresta hoje seu nome à moeda nacional hondurenha, a Lempira. Os grupos indígenas ainda existentes (Lencas, Tolupanes ou Xicaques, Pech, Tawahkas, Chortis)

somados aos afrodescendentes da costa, representam 8% da população culturalmente diferenciada dentro de um país considerado pluriétnico com predominância (90%) mestiça<sup>10</sup>.

Estes grupos desenvolveram suas próprias organizações, alguns mantiveram as próprias línguas, para superar a condição de colonialismo interno e marginalidade em que se encontravam. Parte dessa população organizada constitui hoje os dois principais movimentos de luta pela soberania e defesa dos bens naturais do país, o *Consejo Civico de Organizaciones Populares e Indigenas de Honduras (COPINH)* e a *Organización Fraternal Negra Hondureña (OFRANEH)*, dos quais falaremos mais adiante.

Durante essa época, em que estiveram sob domínio espanhol e centralizados pelo Reino da Guatemala, os hondurenhos contavam, de acordo com Dario Euraque (1997), com três fontes de riqueza entre as últimas décadas do século XVIII e 1820: tabaco, prata e gado, com destaque para o tabaco, fonte e peça-chave de financiamento do Estado colonial centro-americano nos primeiros anos do século XIX. No final da época colonial, porém, Honduras e Chiapas eram as províncias de onde menos recursos fiscais se extraíam para o Reino da Guatemala.

Os motivos gerais que levaram ao processo de independência foram similares aos ocorridos em toda América, como elenca Demetrio Boersner: os efeitos econômicos do colonialismo, a desigualdade entre as autoridades metropolitanas e locais, a dependência que obstaculizava o desenvolvimento autônomo interno. Tudo isso aliado a um crescente sentimento nacional, influenciado pela ideologia do liberalismo que corria o mundo, contrária ao feudalismo e à monarquia absolutista (1996, p.45).

No conjunto dos países centro-americanos, reunidos sob a hegemonia da conservadora Capitania Geral da Guatemala, o intento liberal independentista foi, porém, temporariamente abafado. No entanto, quando a Espanha foi finalmente tomada pela onda liberal, provocando antipatia e temor dos latifundiários guatemaltecos, a causa da independência foi seguida, em 1821. Pouco depois, a América Central foi anexada ao império mexicano de Agustín Iturbide, em 1822. Quando caiu o imperador, os países centro-americanos cortaram seus laços com o México. Uma assembleia reunida na Guatemala proclamou a independência em 1834 e adotou uma Constituição federal inspirada no já independente Estados Unidos da América.

---

<sup>10</sup> Dados da Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe (2006).

A partir dos processos de independência, a Inglaterra desponta como a potência hegemônica na região, obtendo, ainda de acordo com Boersner (1996), vantagens comerciais e influência em decisões políticas. No entanto, os Estados Unidos já projetavam uma escalada hegemônica que entraria em conflito com os interesses da Grã-Bretanha, fazendo com que, posteriormente, ambas as potências protagonizassem o que Boersner chamou de “gestão de condomínio” na região do istmo.

Diante de uma ameaça de recolonização apontada pelas potências da Santa Aliança (Rússia, Prússia e Áustria), os EUA tomaram a iniciativa de emitir uma declaração unilateral em defesa do continente, conhecida como Doutrina Monroe<sup>11</sup>. De caráter propagandístico, pouco fez para, de fato, proteger os países latino-americanos de uma possível invasão.

O venezuelano Simon Bolívar e outros americanos críticos se deram conta do conteúdo potencialmente imperialista e hegemônico da Doutrina que serviria de base para intervenções norte-americanas em assuntos internos dos povos da região e propuseram o bolivarianismo como forma igualitária de integração. Como explica Boersner,

en contra del concepto unilateral y hegemónico contenido en la Doctrina de Monroe, el Libertador Simon Bolivar planteó el principio de la solidaridad de todos los países latinoamericanos en un plano de igualdad, y la seguridad colectiva como fórmula de defensa común contra agresiones emanadas desde dentro o fuera de la región. El pensamiento bolivariano rechazaba las hegemonías; para él, los pueblos hispanoamericanos debían adoptar mecanismos multilaterales para que, unidos y en perfecta igualdad de condiciones, garantizaran su seguridad y su progreso (2008, p.79).

É importante destacar que a disputa de modelos de integração para o continente acontece até os dias atuais e inspirou também argumentos contrários ao governo do presidente deposto em 2009, Manuel Zelaya, entusiasta de iniciativas como a Alba (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) e o Petrocaribe, dos quais Honduras fez parte durante seu governo, beneficiando-se de acesso a petróleo subsidiado e recursos para programas sociais.

---

<sup>11</sup> A Doutrina Monroe foi primeira ação de segurança dos EUA em escala continental. Como explica Jacques de Novion, “la Doctrina Monroe es una representación de la defensa de las independencias del continente y el primer paso para la construcción de una mentalidad de seguridad conjunta frente a posibles amenazas desestabilizadoras de sus nuevos procesos interno; esto dejaba claro a Europa que América Latina y Caribe se incorporaba a su área de influencia” (2013, p.72)

### 2.3 Pós-independência e hegemonia inglesa

Depois da independência perante a Espanha, a América Central se revezou entre a unidade e a divisão. Quando se separou do México, proclamou-se República Federal, integrada por cinco províncias, com o nome de Provincias Unidas de Centroamérica, com a Guatemala como capital e centro de poder. A República teve um primeiro governo conservador, do salvadorenho José Arce, que resultou em levantamentos populares. Em seguida, chegou ao poder o liberal hondurenho Francisco Morazán (1830), cujo governo, de acordo com Demetrio Boersner, se caracterizou por reformas políticas sociais de tipo liberal e anticlerical.

En su política exterior, manifestó tendencias nacionalistas frente a los ingleses, quienes adoptaron una actitud cada vez más opuesta al régimen federal centroamericano. En la rivalidad anglonorteamericana por la América Central, Gran Bretaña apoyaba a los elementos conservadores enemigos del gobierno de Morazán, mientras EUA se inclinaba en favor de dicho gobierno (1996, p.96)

A partir de 1836, Morazán enfrentou tanto conservadores guatemaltecos como rebeliões de liberais separatistas que criticavam sua “tendência à centralização do poder” (Boesner, 1996). A Grã-bretanha buscou influenciar estas rebeliões contra Morazán em busca de um divisionismo que tornaria mais fácil a penetração de capital inglês na região. A figura de Francisco Morazán foi resgatada pelo movimento de resistência ao golpe de Estado de 2009 como símbolo de unidade e luta contra o golpismo, como veremos adiante<sup>12</sup>.

Em 1848, os cinco países se declararam independentes de maneira oficial. A influência britânica divisionista se impôs cada vez mais na região. Por outro lado, a partir de 1840, os EUA desenvolviam sua doutrina de Destino Manifesto<sup>13</sup> e apoiavam os liberais para fazer frente à influência britânica.

---

<sup>12</sup> Já em 1979, no contexto da revolução nicaraguense e dos movimentos revolucionários em El Salvador e Guatemala, surgiu a Frente Morazanista para la Liberación de Honduras (FMLH), uma divisão do Partido Comunista Marxista-Leninista de Honduras (PC-MLH). (BARHONA, 2005).

<sup>13</sup> A ideia de um destino manifestado tem estreita relação com um sentimento de “invencibilidade” dos expansionistas do sul dos Estados Unidos que conquistavam cada vez mais territórios. Os EUA acreditavam que foram o povo escolhido por Deus para “salvar” os demais da desordem, mestiçagem, etc. De acordo com João Feres Jr. (2005), a doutrina do destino manifesto criou profundas raízes no solo da autoimagem americana e surgiu com força no debate público.

Em 1847, a Inglaterra ocupou a região da Mosquitia (Nicarágua) que, somado à Belize, funcionava como um escudo que impedia a ocupação norte-americana na região, obstaculizando a construção de um canal interoceânico pelos EUA. A solução diplomática do conflito entre ambas as potências veio por meio do Tratado Clayton-Bulwer, assinado em 1850, pelo qual ficou acordado reconhecer o equilíbrio das respectivas forças no istmo.

Com característica semicolonial e de ingerência discreta, a hegemonia comercial inglesa se diferenciou dos métodos cruéis e duros que viriam, a partir de 1898, com a ascensão dos EUA como potência imperial. Demetrio Boersner (1996) defende que essas diferenças não são somente de “estilo”, e sim tem a ver com a intensidade da intervenção econômica que viria posteriormente. Ao invés de exportar mercadorias, como fazia a Inglaterra, o imperialismo estadunidense exportava capital, controlava os recursos naturais e um número crescente de meios de produção. Para isso, precisava de uma maior intervenção política e controle do Estado.

A construção do Estado-nação de Honduras derivou de um processo caótico, influenciado tanto pelas oscilações divisionistas e unitárias ocorridas na Federação Centro-americana, como pelas disputas inter-hegemônicas. De acordo com Darío Euraque (1997), entre 1820 e 1876, os chefes do poder executivo permaneceram uma média de somente 6.5 meses no poder, o que ilustra a instabilidade do processo. Além disso, as relações econômicas que conectavam Honduras com os mercados mundiais – baseadas na exportação de gado, madeira e minerais – entre as décadas de 1830 e a de 1870, “no soportaron un Estado capaz de producir la ‘nación’ imaginada por muchos hondureños” (EURAQUE, 1997, p.31).

A renda obtida mediante as concessões madeireiras outorgadas a empresários ingleses localizados na Costa Norte e os impostos aduaneiros eram a principal fonte de financiamento da dívida hondurenha com a Inglaterra (obtida quando ainda era integrada à Federação Centro-Americana). Mas não eram suficientes, pois os madeireiros nem sempre cumpriam com suas obrigações fiscais e a dívida continuou crescendo até ser renegociada em 1867.

Entre os anos 1840 e 1870, três produtos com origem na época colonial se alternaram como as exportações mais importantes: gado, madeira e metal (ouro e prata). Porém, as exportações da época não serviram para estabelecer uma efetiva transferência de recursos fiscais para o Estado. Em 1888, a dívida externa, em geral para com os banqueiros ingleses, chegou em 12 milhões de libras esterlinas.

Euraque defende que a estrutura de arrecadação fiscal colonial se repetia na Honduras independente, já que, a despeito da inserção “mais livre” do país no mercado mundial, as únicas produções integradas à base de imposições fiscais daquela época foram os monopólios de tabaco e aguardente, os mesmos da colônia.

## **2.4 Imperialismo financeiro e ascensão dos EUA**

A presença de investimento estrangeiro na América Latina se faz evidente a partir de 1850 exemplificando o argumento de Rosa Luxemburgo (1913) de que o capitalismo precisa dispor de algo “fora de si” para estabilizar-se e contornar pressões de sobreacumulação. Para essa época, a oferta de capital havia aumentado bruscamente na Europa e, aliado à descoberta de ouro na Califórnia, contribuiu para a saturação do mercado financeiro, fazendo com que buscassem territórios ainda não desenvolvidos pelo capitalismo para abrir mercados e explorar matérias-primas, insumos e mão-de-obra baratos.

O capital externo atuou, em primeiro lugar, na extração e exportação de matérias-primas para depois investir em infraestrutura. Ao mesmo tempo, se multiplicaram os empréstimos de bancos europeus aos governos de América Latina para gastos de todo tipo, aumentando a dependência política e financeira da região e justificando intervenções, como analisa Demétrio Boersner:

*A consecuencia de esta penetración financiera europea, y sobre todo inglesa, en América Latina aumentó la dependencia. A diferencia de Estados Unidos, donde existía una burguesía empresarial capaz de utilizar el capital extranjero para el fomento de una economía nacional auto sostenida, en Latinoamérica se creaban situaciones de servidumbre por deudas. La incapacidad de gobiernos y particulares para cancelar obligaciones financieras ante el extranjero constituyó el motivo de diversas intervenciones” (1996, p.116).*

Apesar do tratado Clayton-Bulwer, os expansionistas sulistas estadunidenses não aceitaram o acordo com a Grã-Bretanha e continuaram expandindo suas fronteiras, empoderados pelo “Destino Manifesto”. A América Central foi o principal alvo quando os EUA começam a tomar a frente e substituir a influência britânica e francesa na disputa inter-hegemônica na região.

Em consonância com a embriaguez expansionista e fazendo frente ao bolivarianismo, os EUA propuseram, em 1880, o conceito de uma organização multilateral de Estados americanos, o Pan-americanismo, como possível instrumento de sua hegemonia sobre o hemisfério. Os países latinos estariam em qualidade de “protegidos” dos EUA que atuariam, por sua vez, como grande árbitro na política. No plano econômico, os EUA assumiriam o papel de grande abastecedor e financiador da América Latina no lugar dos países europeus.

O historiador Jacques de Novion descreve os motivos pelos quais essa primeira iniciativa de integração multilateral proposta pelos EUA não funcionou, sendo rechaçada por vários países do continente:

Esta propuesta presentaba, en lo económico, una idea limitada de integración con respecto a los mecanismos de comercio, centrada en la unión aduanera. En el plano de las relaciones políticas y de su arbitraje obligatorio, no hubo, bajo la idea del Panamericanismo, un avance en el campo de la integración continental. Por el contrario, cuando EUA incorpora en su política externa la América Central y el Caribe como áreas de importancia para su seguridad nacional, se destinaron para esta región en la primera mitad del siglo, medidas intervencionistas de cuño político-militar. Varios países latinoamericanos consideraban estas medidas como una posible amenaza a sus soberanías nacionales frente a un avance estadounidense. De hecho, en ese momento se empezaba a dibujar, por parte de Washington, la idea de una política global de defensa conjunta. (2013, p.80)

A Política do Garrote (Teodore Roosevelt: 1901-1909) e a Diplomacia do Dólar (William Howard Taft: 1909-1913) foram as doutrinas de segurança/políticas externas que acompanharam a proposta de integração pan-americanista. Segundo Demetrio Boersner (1996), ambas políticas representam o mesmo processo de crescente intervenção e dominação do imperialismo estadunidense na zona do Caribe.

Data de 1909<sup>14</sup> a primeira intervenção militar dos Estados Unidos em Honduras. Exemplo significativo das políticas intervencionistas descritas acima, o governo dos EUA obrigou o hondurenho a transferir a dívida que o país contraíra com a Inglaterra para um grupo financeiro privado do país norte-americano. A justificativa foi baseada na “Doutrina Monroe”, como dito anteriormente, invocada contra o domínio europeu no continente americano. Empresas bananeiras estadunidenses, com ajuda bélica de seu país, incitaram

---

<sup>14</sup> Data Fornecida por Demétrio Boersner (1996)

levantantes de trabalhadores para que a medida fosse aprovada e implantada pelo Congresso hondurenho.

Este também é um exemplo de como a dívida pública dos países mais fracos alimentou o poder hegemônico dos EUA e suas instituições financeiras. Além disso, ilustra o poder político das empresas bananeiras estrangeiras na América Central e Caribe. A presença estadunidense nessa região esteve diretamente ligada com a formação dos monopólios na produção agrícola, que tem como ícone a *United Fruit Company* (UFCO), e no setor de transporte ferroviário e marítimo.

#### **2.4.1 Interesses internos: a tese da “oligarquia ausente” e o peso da burguesia *sanpedrana***

Como afirmamos anteriormente, uma das singularidades da formação social e econômica de Honduras é a ausência de uma oligarquia agrária produtora de café vinculada ao Estado, como aconteceu nos países vizinhos El Salvador, Guatemala e Nicarágua. A “tese da oligarquia ausente”, conta com ampla aceitação entre estudiosos estrangeiros e hondurenhos, de acordo com o historiador Dario Euraque.

O autor cita o exemplo da argumentação de Edelberto Torres Rivas, segundo o qual, o capital estrangeiro monopolizou a indústria bananeira a tal ponto que as elites agrárias hondurenhas, a diferença de outras da região, não puderam assegurar nem sequer um controle mínimo sobre o cultivo, processamento e exportação do único produto capaz de assegurar divisas importantes no mercado mundial. Como consequência, entre 1870 e 1940, a elite política governamental surgiu não como uma oligarquia que detinha o monopólio sobre a terra e os recursos econômicos, mas como resultado de lutas civis e militares em torno de eleições presidenciais (EURAQUE, 1997).

Antes das empresas bananeiras, o capital estrangeiro controlava as companhias exportadoras de mineral, assunto frequentemente marginalizado quando se fala das Repúblicas Bananeiras. O cultivo de café ficou “perdido” entre a mineração e as plantações de banana, as duas atividades que mais vínculos tinham com bancos e o capital imperial. Euraque explica que seja por decreto executivo, por concessões ou por manipulações das autoridades locais, as companhias mineiras não pagavam impostos de importações de maquinário, nem de exportação do mineral.

Así pues, las autoridades perdieron una base impositiva importante, con la cual habrían podido complementar los impuestos generales de importación y por el monopolio del aguardiente. Esto a pesar de que las exportaciones de plata desde Honduras superaban a las de cualquier otro país en Centroamérica, y de que el valor de la producción de lingotes de solamente la New York & Honduras Mining Co., aumentó en un 1,500 por ciento entre 1882 y 1916. (1997, p.38)

O enclave mineiro não contribuiu de forma significativa para o processo de formação do Estado, ainda que as explorações concessionárias do estadunidense Washington S.Valentine, que era também dono da linha férrea interoceânica<sup>15</sup> que ligava San Pedro Sula à Porto Cortés, lhe deram o título, nos círculos financeiros de NYC, de “rei de Honduras”. Seu reino durou pouco, no entanto, sendo substituído por um magnata das bananas, Samuel Zemurray, fundador da Cuyamel Fruit e, mais tarde, presidente da United Fruit Company (UFCO).

Com a ascensão do presidente Manuel Bonilla ao governo de Honduras, a partir de 1912, associado aos interesses estadunidenses, permitiu-se a penetração de novos investimentos. A UFCO se estabeleceu no país a partir desse advento, comprando as companhias já existentes e dominando a malha ferroviária e portos de Honduras (ROZOS, 1987).

Dario Euraque explica que foram as empresas bananeiras as que acumularam a maioria do investimento estrangeiro. Elas se beneficiaram da reforma liberal (1876 – 1883) que facilitou novos vínculos entre Honduras e o mercado mundial. Foram oferecidos incentivos para fomentar o investimento e a exportação agrícola.

Desde meados de 1880, as exportações de banana alcançaram pelo menos um quarto do valor total das exportações. As companhias estadunidenses da região de La Ceiba e Atlántida se converteram na Standart Fruit Co, a princípios da década de 20, a qual era também proprietária do Banco Atlántida. No final da década de 1920, alcançaram 60% do total de exportações.

---

<sup>15</sup> A construção desta linha se insere no contexto das reformas liberais que visavam incorporar o país na economia mundial. Em 1877, O governo do liberal Marco Aurelio Soto decidiu deslanchar a construção de uma via ferroviária interoceânica entre as pontas norte e sul do país, que ajudaria a econômica minera da região. As negociações para a construção dessa malha ferroviária vinham de 1850 e os governos haviam contraído empréstimos com Inglaterra e França, que, principalmente por conta da corrupção, acabaram fracassando e a dívida foi paga somente em 1953 (EURAQUE, 1997).

Contudo, nem as exportações bananeiras nem as de prata e ouro puderam transformar a estrutura fiscal que se consolidou a partir de 1840. As fontes mais importantes de recursos fiscais continuaram a ser o tabaco e a aguardente. A partir de 1920, os impostos sobre consumos assumiram um papel mais importante na estrutura fiscal do Estado (EURAQUE, 1995).

Ainda de acordo com Euraque, entre 1920 e 1929, 72% dos valores importados pelas empresas bananeiras estrangeiras gozaram de isenções aduaneiras. Entre 1927 e 1935 o Estado Hondurenho deixou de arrecadar, por causa de franquias concessionárias, uma média anual de 8 milhões de dólares, enquanto que, durante o mesmo período, reuniu somente uma média de 5,5 milhões de dólares em receitas anuais.

Ao mesmo tempo em que gozavam de isenções aduaneiras, as empresas bananeiras “emprestavam” dinheiro aos governos de turno. Assim, a partir de 1926, a dívida interna, com origem nesses empréstimos com as bananeiras, se tornou a mais importante porcentagem da dívida pública em geral (EURAQUE, 1997, p.139). A UFCO e demais companhias estadunidenses, apoiavam um grupo ou outro, conforme seus interesses.

Um exemplo dado por Dario Euraque ilustra o jogo de interesses protagonizado pelas bananeiras. Em 1911, Samuel Zemurray, dono da United Fruit Co, financiou o derrocamento do então presidente Miguel Dávila, entregando a soma de 100 mil dólares ao oponente, o general Manuel Bonilla. Conseguiu em troca valiosos benefícios:

El sucesor de Bonilla, Francisco Bertrand (1913-1919), prodigó a Zemurray concesiones para plantaciones bananeras. Esto usualmente permitía a las compañías privilegios de importación libre de impuestos e incluía derechos para construir y controlar muelles, instalaciones de energía eléctrica, infraestructura sanitaria o la simple licencia para alquilar tierras (1997, p.41).

Sendo assim, desde a independência, Honduras caracterizou-se como um território conflitivo, onde os governos estiveram costumeiramente atrelados ao capital transnacional agroexportador, numa relação definida pelo sociólogo hondurenho, Víctor Meza, como “obediente submissão”:

Y así, por la vía de las alianzas políticas y los favores de guerra que generalmente acarreaban consigo, el capital extranjero fue, poco a poco, imponiendo un modelo de relación singular con los políticos nacionales, en el cual predominaba la obediente sumisión, casi siempre incondicional, de los gobernantes y líderes hondureños con respecto a los **factores externos de poder** ( 2010, p.2, grifo do autor).

Ainda que Dario Euraque (1997) não discorde contundentemente da tese da oligarquia ausente, ele reinterpreta a historiografia hondurenha, trazendo à luz elementos importantes relacionados à modernização da Costa Norte e seu vínculo com a história de capitalistas e trabalhadores de São Pedro Sula, a cidade mais importante da região, que passou de *pueblo* bananeiro à capital industrial do país. Ou seja, ele traz para essa análise, elementos internos de uma região específica do país, essenciais para a formação de uma cultura política hondurenha e de uma configuração de classes singular.

De acordo com o autor, dos 59 prefeitos que assumiram o poder em San Pedro Sula, entre 1884 e 1945, 33 (56%) podem ser identificados como cultivadores de banana, os quais comercializaram seus produtos por meio das companhias bananeiras. Se encurtarmos o período de 1884 a 1920, quando as empresas tinham controle total da economia da Costa Norte, a porcentagem sobe para 80%. Ele conclui então que as companhias “enfrentaron pocos o ninguno enemigo entre las élites locales” (1997, p.69).

Esta relação ia além de cumplicidade entre prefeitos e empresários. Os capitalistas locais passaram também a integrar a estrutura de ações de capital das empresas estrangeiras, principalmente os que exerciam algum tipo de autoridade local. Isso acontecia por dois motivos elencados por Dario Euraque (1997): as empresas com capital conjunto desfrutavam de isenções de impostos, por um lado, e por outro, facilitava a influência no jogo de interesses comerciais competitivos.

A formação de uma “elite *sanpedrana*” contou também com muitos comerciantes imigrantes, principalmente árabes fugidos da perseguição otomana e da diáspora posterior a 1948. De acordo com a sistematização de Euraque, eram cristãos e tinham conexões históricas com redes comerciais europeias. Chegaram pela Costa Norte e se beneficiaram com os centros comerciais de importação e distribuição que surgiram a partir do *boom* bananeiro entre as décadas de 1880 e 1920. Essa elite vai influenciar de maneira contundente a política hondurenha, principalmente a partir da *Cámara de Comercio e Industria de Cortés* (CCIC), fundada em 1916, e do posterior *Consejo Nacional de Economía* (CNE).

Essa relação entre burguesia nacional e empresas estrangeiras aponta para a reciprocidade de interesses existentes entre atores internos e externos, além de deixar claro que a dependência não se dá apenas no plano econômico, mas tem consequências também na

formação da estrutura estatal e influencia no jogo político. Apesar da “obediente submissão” destacada por Meza, a burguesia nacional obtinha valiosos benefícios dessa relação e utilizava seus organismos de classe para exercer pressão na política ao sabor de seus interesses.

## **2.5 Da 2ª Guerra Mundial à Guerra Fria**

A Crise de 1929 interrompeu o processo expansionista iniciado desde a 1ª Guerra Mundial. Era uma crise clássica de sobreacumulação do capitalismo: se havia produzido mais do que se podia vender, e sobrava força de trabalho, gerando uma dificuldade em conjugar os excedentes em alguma atividade lucrativa e socialmente útil.

Franklin Roosevelt salvou o sistema capitalista da crise obrigando-o a aceitar uma tutela parcial do Estado, na análise de Demetrio Boersner (1996). Tal atitude reverberou em sua política externa, onde ele procurou colocar também as decisões de tipo democrático por cima dos interesses de grupos imperialistas. Em relação à América Latina, essa política ficou denominada como “política de boa vizinhança”. Isso ocorreu, em parte, porque, para essa época, os Estados Unidos já tinham seu poder econômico e sua influência política consolidados na região. Além disso, estavam focados em buscar aliados na disputa inter-imperialista da 2ª Guerra Mundial. Como efeito da política de boa vizinhança, por exemplo, Honduras declarou guerra ao bloco nazi-fascista-japonês, por influência dos EUA.

Como consequências da 2ª Guerra Mundial, Demetrio Boersner (1996) elenca a alta do preço de matérias-primas exportadas pelos países latinos, direta ou indiretamente usadas no esforço bélico, escassez de produtos vindos das potências envolvidas na guerra, e a diversificação da indústria na América Latina. Em Honduras, perde peso a produção agrícola e ganha a manufatureira. A produção bananeira continua com um papel importante dentro das exportações agropecuárias, mas a partir da 2ª Guerra, o café e a madeira também ganham destaque na produção.

Passadas as preocupações da 2ª Guerra e o início de uma repartição bipolar do mundo entre países capitalistas (aliados ao EUA) e os socialistas (aliados à União Soviética), Washington retoma o interesse pela América Latina e vai substituindo a política de boa-vizinhança pela doutrina “contra-insurgente”, levada a cabo por governos ditatoriais locais apoiados “discretamente” pelos EUA. O objetivo era também a garantia de um ambiente

“confortável” para o investimento de companhias poderosas, como a United Fruit Co, sempre com a ação decisiva das classes dominantes locais. Como analisa Jacques de Novion,

De cualquier manera la contra-insurgencia se mantenía a partir de las acciones de los gobiernos dictatoriales, involucrando directamente las castas dominantes de esta parte del hemisferio. Estas permitieron la preservación de los intereses de EUA conservando al mismo tiempo sus privilegios como clase dominante. (2009, p.85)

Por outro lado, cresce também a organização dos trabalhadores, descontentes com os governos e com as pressões no mundo do trabalho exercidas pelas transnacionais. Forjados ainda nos anos 1920, crescem os levantes camponeses, cujos maiores líderes são Augusto Sandino, na Nicarágua, e Farabundo Martí, em El Salvador.

Os camponeses trabalhadores das transnacionais bananeiras foram os que protagonizaram o principal movimento grevista de Honduras no século XX e são atores internos indispensáveis para essa análise. O contexto foi a vitória das forças anti-fascistas na 2ª Guerra Mundial, que exerceu influência na democratização dos países centro-americanos dominados por regimes ditatoriais. Em Honduras, a ditadura de Tiburcio Carías Andino, já havia reprimido uma manifestação dos trabalhadores contra seu governo, em 1944, que resultou na morte de 50 pessoas e no exílio de militantes do Partido Liberal que, nessa época, ensaiava uma aproximação com os trabalhadores das bananeiras.

Com a queda destes governos autoritários, reapareceram as organizações sindicais urbanas e rurais. Em Honduras, surge a Frente Democrático Revolucionário Hondurenho (FDRH)<sup>16</sup>, em 1945 e, posteriormente, o Partido Comunista de Honduras, no bojo da abertura política propiciada com a eleição de Juan Manuel Gálvez, em 1948 (ROZOS, 1987).

O crescimento destas organizações resultou na greve de 1954, considerada um divisor de águas na luta política e social do país, e que se iniciou como protesto ao não pagamento de adicional à jornada de trabalho nos dias feriados pela United Fruit Co. na cidade de Tela. A greve logo atingiu todas as unidades da UFCO e ganhou adesão dos trabalhadores da Standard Fruit. O sociólogo e cientista político hondurenho, Guillermo Molina Chocano, descreve o ocorrido:

---

<sup>16</sup> A FDRH foi fundada por uma ala jovem e radical do Partido Liberal, principalmente por membros perseguidos pela ditadura de Tibúrcio Carías.

Cerca de 25 mil trabajadores de las plantaciones bananeras participaron en el movimiento que duro 69 días (del 1 de mayo al 9 de julio, fecha en que se firmó un convenio que aseguraba el retorno a las labores). Cual una verdadera “comuna” y con sorprendente organización, disciplina y responsabilidad, los trabajadores tuvieron bajo su poder todo ese tiempo el núcleo básico o columna vertebral del aparato productivo nacional. (CHOCANO, 2012, p.48).

O primeiro comitê da greve estava constituído por militantes comunistas. Seus principais líderes, no entanto, foram presos durante uma negociação na qual participavam a United Fruit Co e membros de uma comissão mediadora estabelecida pelo governo. Foram substituídos por líderes simpáticos às políticas laborais exteriores dos EUA, os quais solicitaram ajuda aos chefes da American Federation of Labor (AFL)<sup>17</sup> nas negociações.

De acordo com Darío Euraque, funcionários da CIA (Central Intelligence Agency) admitiram publicamente, em 1954, que supervisionaram de perto os eventos. Os assessores laborais estadunidenses, respaldados pela embaixada em Tegucigalpa e relacionados com operações da CIA chegaram à Costa Norte antes de que negociadores do governo desmobilizassem a greve. Na ocasião, auxiliaram a líderes trabalhadores anticomunistas e aos presidentes hondurenhos. Estas relações continuaram durante a década de 1960.

Un cable de la embajada de los Estados Unidos desde Tegucigalpa, en 26 de mayo de 1954, sugería al Departamento de Estado que la política hacia la huelga general debería inclinarse por una solución justa que, a la vez, excluyera a los comunistas “ya sea por la fuerza o por medio de relaciones públicas efectivas” (1997, p. 182).

A participação dos EUA foi determinante para que a resolução do conflito se desse sem grandes violências, pelo menos se comparado aos padrões centro-americanos. Por outro lado, é importante destacar a participação dos capitalistas e da burguesia *sanpedrana* no processo: o movimento grevista recebeu respaldo da burguesia, incluindo a CCIC. San Pedro Sula se converteu na sede de um “*Comité de ayuda a los huelguistas*” bananeiros com participação de muitos comerciantes e industriais de elite.

---

<sup>17</sup> Elas estavam relacionadas às iniciativas em política laboral do presidente Truman, organizadas no *Point Four Program*, que incluíam animar os países a estabelecer políticas laborais justas e a desenvolver movimentos “livres de sindicalização”. O *Point Four Program* constituía o trabalho do *Institute for Inter American Affairs* (IIAA), cujos programas tinham como preocupação principal “a segurança nacional dos EUA” (EURAQUE, 1997, p.174)

As conquistas mais imediatas deste movimento deram-se no campo dos direitos trabalhistas, possibilitando o acesso à legislação do trabalho. Contudo, o movimento grevista deixou marcas profundas na organização popular da sociedade hondurenha e os anos que se seguiram foram distinguidos pela consolidação das organizações camponesas. Até 1967, de acordo com Guillermo Chocano, a situação nas áreas rurais, especialmente na zona norte, é francamente explosiva, com choques armados entre camponeses e tropas particulares de latifundiários e organismos repressivos do Estado.

### **2.5.1 Golpe militar de 1956**

A greve bananeira destaca-se como um dos fatores internos que levaram ao golpe militar de 1956. Ainda em 1954, no ano da greve, o Partido Liberal elegeu presidente o médico Villeda Morales, na esteira da crescente mobilização experimentada pelo partido após seu envolvimento com os trabalhadores grevistas. No entanto, Morales foi impedido de assumir pelos nacionalistas, gerando uma crise constitucional que resultou na ascensão ao poder de Julio Lozano Días, vice do presidente Juan Manuel Galvez, assumindo poderes ditatoriais. No entanto, todo o processo econômico vivido em Honduras a longo prazo, que “mostrou como arcaico o caudillismo tradicional” despertou novas ambições políticas entre os líderes militares (EURAQUE, 1997, p. 122).

Uma junta militar organizou o golpe de 1956, mas a tarefa de anunciar a “demissão” de Lozano Dias ficou a cargo de civis líderes da elite hondurenha envolvidos na missão de construir uma política macroeconômica em Honduras desde 1949. Isso é ilustrativo de como os líderes militares animaram a liberalização econômica aconselhada pelo Banco Mundial e FMI no pós-2ª Guerra Mundial.

Nos anos anteriores ao golpe, sob a ortodoxia econômica do FMI e do Banco Mundial, formou-se o *Consejo Nacional de Economía*, encarregado de coordenar ações interministeriais para desenvolver um “Plano Nacional Econômico”. Para Darío Euraque, a criação do CNE representou a legitimação da “influência tecnocrática” dentro do Estado, um processo destinado a confrontar a política econômica caudilhista tradicional. Por outro lado, a política macroeconômica continuou sob influência de profissionais internacionais que apreciavam o papel histórico do capital.

Un buen ejemplo del tecnócrata educado en los años anteriores a 1950 fue el presidente del Banco Central de Honduras (BCH), Roberto Ramírez, quien estudió en México en la década de 1940 y trabajó de cerca con asesores del FMI desde 1949. Un buen ejemplo de un estudiante becado por el BCH fue René Cruz, quien en 1950 trabajaba en la embajada hondureña en Washington y en 1952 fue enviado por el BCH a Yale, donde obtuvo una maestría en economía. En 1957, Cruz tenía algunas acciones en la planta embotelladora de Pepsi Cola en San Pedro Sula y asesoraba como experto económico a la Asamblea Nacional Constituyente, que eligió a Villeda Morales como Presidente (EURAQUE, 1997, p. 119)

Dessa maneira, o golpe militar de 1956, ao contar com a participação de empresários envolvidos na CNE e de incorporá-los no governo posteriormente, habilitou a influência de uma “elite tecnocrática” (EURAQUE, 1997) de San Pedro Sula na formulação da macroeconomia dentro do Estado hondurenho, fortalecendo comerciantes e industriais dessa região.

Os líderes militares que tomaram o poder naquele momento se comprometeram em convocar novas eleições. Villeda Morales, que estava designado como embaixador de Honduras em Washington, foi eleito novamente na Assembleia Constituinte de 1957, após um acordo com os militares: permitir autonomia constitucional ao exército em troca do apoio de coronel Lopez Arellano, membro da junta militar governante, à sua eleição.

A política macroeconômica do governo Villeda foi influenciada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)<sup>18</sup> e, em 1958, foram firmados os primeiros tratados de integração econômica. Nesse mesmo ano, Villeda promulgou a *Ley de Desarrollo Industrial* que eliminava impostos de importação sobre os insumos para a manufatura e algumas isenções fiscais. Foi a mais importante catalizadora institucional de apoio à investimentos, segundo Darío Euraque (1997), e tornou-se ainda mais importante depois do estabelecimento definitivo do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).

O movimento em grande escala de capital para a produção manufatureira, a partir dessa lei e do MCCA, permitiu que a classe de comerciantes industriais de San Pedro Sula –

---

<sup>18</sup> A Cepal surgiu em 1948, no Chile. Rui Mauro Marini a define como "uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento que se formou nos EUA e Europa ao término da segunda guerra mundial". O propósito, segundo o autor, era dar resposta às inquietudes e inconformidades vindas das novas nações, a raiz de seus processos de independências. Contudo, ele aponta várias limitações desta teoria que, segundo ele, são um efeito do “vínculo umbilical com a teoria do desenvolvimento”, além de representar um custo derivado da posição de classe a partir da qual a Cepal realizou seus posicionamentos (MARINI, 1994).

principalmente as famílias árabes, levassem vantagens. As empresas da Standard Fruit Co.<sup>19</sup>, apoiadas por recursos de bancos, nacionais e estrangeiros, se consolidaram em uma estrutura financeira ao redor da qual se consolidou ainda mais uma “burguesia *sanpedrana*”.

mientras los prestamos de los Estados Unidos se constituyeron en la principal fuente de capital de BANFINAN (Financiera Hondureña S.A) en 1964, importantes comerciantes y manufactureros sampedranos eran sus mayores inversionistas individuales, incluyendo nombres conocidos como Gabriel A. Mejía, Yude Canahuati, José Brandel, Yankel Rosenthal, Antonio Mata, Berti R. Hogge, Boris Goldstein, Nicolás J. Larach, Jorge J. Larach, Jaime Rosenthal, Jacobo D. Kattán y otros. Estos inversionistas estaban a su vez íntimamente ligados a los “inversionistas corporativos” que compraron acciones de BANFINAN en 1964 (EURAQUE, 1997, P. 157).

A diversificação da economia no âmbito do Estado desenvolvimentista, animada pelas ideias da Cepal e das iniciativas de integração regional, não modificaram, no entanto, a estrutura de concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários tradicionais e empresas estrangeiras que a utilizavam para o monocultivo voltado à exportação.

## **2.6 Consolidação da Guerra Fria e a doutrina de anticomunismo**

Em 1963, um novo golpe de Estado de corte repressivo, liderado pelo Coronel Lopes Arellano, derrocou o liberal Villeda Morales e fez com que os militares tivessem, durante 34 anos, o monopólio do poder em Honduras - direta ou indiretamente<sup>20</sup>. Este seria um golpe de muitos que assolaram a América Latina no âmbito de uma nova doutrina levada a cabo pelos Estados Unidos, a de anticomunismo.

O contexto externo era um crescente quadro de conflitos desencadeado, por um lado, pelo apoio dos EUA a ditaduras no continente e, por outro, pelo surgimento de um sentimento anti-imperialista e reformista no centro-sul da região. Com a queda do ditador Fulgencio Batista em Cuba, ocorre uma polarização mais forte e a concretização da Guerra Fria, levando os EUA a enfatizar sua política de segurança para o continente. Como explica Jacques de

---

<sup>19</sup>O complexo cervejeiro, organizado pela Standard Fruit Co. desde finais da década de 1930 era a indústria manufatureira que mais empregava trabalhadores durante as décadas de 1940 e 1950, fora das indústrias açucareiras e indumentárias. Esse grupo controlava quase todos os principais assuntos manufatureiros antes do MCCA (EURAQUE, 1997).

<sup>20</sup> Em 1972, os militares protagonizaram um novo golpe de Estado que derrocou o presidente nacionalista Ramón Ernesto Cruz.

Novion, “nacía la Doctrina Anticomunista con la cual los militares del continente formados en las escuelas de seguridad estadounidenses, deberían suprimir, combatir y aniquilar cualquier posibilidad de intentar promover lo que se consideró la ‘cubanización’ de América” (2013, p. 91).

Internamente, a polarização da Guerra Fria anulou qualquer possível aliança entre o liberalismo de Villeda Morales e setores da esquerda. Sendo assim, o presidente liberal, apesar de sofrer ataques por seu histórico de aproximação com o movimento operário, negava publicamente simpatia à revolução cubana, mas ousava planos de elaboração de uma Lei de Reforma Agrária, despertando a vigilância de Washington. O embaixador dos EUA começou a acompanhar de perto a proposta de lei da Reforma Agrária para se certificar de que seria produtiva, mas “inofensiva en lo tocante a afectar los legítimos intereses de los actuales propietarios, incluídas las corporaciones estadounidenses” (EURAQUE, 1997, p.217).

Apesar dessa pressão, Villeda Morales tentou manter um mínimo de independência em relação aos EUA. Por exemplo, não mostrou à UFCO cópias da legislação agrária antes de que ela entrasse em debate no Congresso, como havia pedido o embaixador estadunidense. Como consequência, as empresas acionaram senadores estadunidenses para que pressionassem Villeda Morales a respeito de alguns aspectos da lei e o presidente acabou cedendo mais uma vez. Apesar disso, foi derrotado, em 1963, sob o argumento de luta contra a ameaça comunista. No entanto, a participação de nacionalistas no golpe revela que um dos fatores foi também a tentativa de deter uma crescente e recente hegemonia do Partido Liberal no país.

Vendida como uma recompensa aos países que lutassem contra o “castro-comunismo”, John F. Kenedy implementou a Aliança para o Progresso (aprovada por todos os países do continente com exceção de Cuba) - mecanismo de cooperação internacional que proporcionava uma assistência de vinte milhões de dólares, com duração de 10 anos, através de agencias financeiras multilaterais (como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) e com participação do setor privado, cujo resultado mais conhecido foi o aumento da dependência econômica dos países latino-americanos (NOVION, 2013).

Em Honduras, Villeda Morales implementou um programa complementar, intitulado “*Marcha Hacia el Progreso*”, viável por causa do amplo potencial de empréstimos prometidos por Kennedy, através do BID . Os recursos seriam administrados pela Agencia Internacional para el Desarrollo (AID), dos EUA, em relação muito estreita com os

tecnocratas que controlavam a política macroeconômica dentro CNE. O mais importante membro desse conselho foi Jorge Bueso Arias, que tinha ações em bancos, em empresas de tabaco, dono de empresa da Pepsi, empresas no setor de cimento, açúcar e cerveja, todas ligadas ao grupo econômico da Standart Fruit Co. (1997, p.214).

O investimento em obras de infra-estrutura, como as hidrelétricas Yojoa-Río Lindo y El Cajón e no setor de agroindústria, indispensáveis para a industrialização nacional constituíram um dos fatores para o aumento da dívida externa que, de acordo com levantamento de Marvin Barahona, passou de uma cifra insignificante em 1956 para 2,243 milhões de lempiras em 1979 (2005, p.200).

## **2.7 Crise dos anos 1970 e as revoluções centro-americanas (1970-1980)**

Com uma nova etapa de crise de sobreacumulação capitalista (mais evidente entre 1970-1973), somado à derrota no Vietnam, a desvalorização do dólar e a ascensão de outros “centros de decisões” como Japão e União Europeia, Demétrio Boesner considera que os Estados Unidos sofrem uma perda de hegemonia, com o apoio do discurso hegemônico da globalização e do neoliberalismo.

Até antes da eleição de Jimmy Carter (1976), a política externa era ainda muito dura, de apoio ao militarismo e às ditaduras no continente. Depois deste advento, dava-se início a uma política dúbia: Carter mantinha vínculos com movimentos populares, por um lado e, por outro, cedia aos anseios do complexo industrial militar. (Boersner, 1996, p.242)

A crise econômica que assolou a região desde os anos 70, numa combinação de fatores externos e internos foi enfrentada pelos governos a partir de um receituário denominado Reaganomic's, dado pelos Estados Unidos a Honduras, em 1982, quando os civis assumiram o poder. O cientista social hondurenho, Marvin Barahona (2005), explica que o programa era baseado na clássica combinação neoliberal de privatizações com corte nos gastos públicos, aliado aos créditos fornecidos por agencias financeiras estadunidenses e canalizadas pela *United States Agency for International Development (USAID)* dentro do marco da *Iniciativa para la Cuenca del Caribe*.

Ante o agravamento da crise, o empresário de origem árabe Miguel Facussé<sup>21</sup> apresentou ao governo o *Plan de Acción Inmediata*, cuja ideia fundamental era a proposta de “vender” Honduras entre os investidores estrangeiros para obter novos recursos que reativassem a economia. Contudo, essas políticas só levaram ao agravamento da crise, do desemprego e do aumento da dívida externa (calculada já em 3,300 milhões em 1989), fazendo com que Honduras entrara em moratória com organismos financeiros internacionais, alguns países credores e empresas multinacionais (BARAHONA, 2005, p.267).

Apesar da crise que se instalou a partir de 1970 e estancou a economia, Dario Euraque (1997) lembra que o estamento militar usufruiu de recursos externos que afiançaram seu poder ante o poder civil, no marco do seu envolvimento na guerra estadunidense contra a Nicarágua.

De acordo com Victor Meza (2010), com o passar do tempo, a dependência submissa da elite hondurenha frente às empresas e o poder internacionais passou a ser *calculada*. Ou seja, um vínculo de subordinação menos complacente, fruto de negociações mais articuladas em torno de interesses locais cada vez mais precisos e definidos.

Nesse sentido, as guerras internas que ocorreram na América Central nos anos 1970-1980 (o processo revolucionário nicaraguense, a luta da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* – FMLN em El Salvador e a guerrilha na Guatemala) foram altamente lucrativas para a burguesia hondurenha. Justamente por sua localização estratégica, no coração do continente, Honduras serviu de base militar do exército estadunidense na “luta contra o comunismo”, pela “democracia” e pelos “valores cristãos”.

Ainda segundo Meza, entre outubro de 1981 e agosto de 1987, se levaram a cabo em Honduras 58 operações militares conjuntas com o exército estadunidense. No mesmo período, a ajuda norte-americana a Honduras alcançou a cifra de 1 bilhão e 288 milhões de dólares, do qual a assistência militar era de 358 milhões, ou seja, 28% do total (2010, p.8).

La clase gobernante hondureña, sabiéndose aliada indispensable de Washington, desplegaba sus artes y afinaba sus dotes negociadores para extraer de esa alianza los mayores beneficios posibles. Pero, al hacerlo,

---

<sup>21</sup> Miguel Facussé, dono da Corporación Dinant, foi o empresário que mais acumulou terras para o monocultivo de palma africana em Honduras nos últimos anos, graças a grandes somas de empréstimos que obteve do Banco Mundial. Foi acusado por movimentos sociais de ser um dos articuladores do golpe de Estado contra Zelaya. Faleceu em 2015.

como Fausto, 'vendia su alma' al diablo y amarraba su destino a los inciertos designos de la política exterior de los Estados Unidos (Meza, 2010, p.11).

Essa interiorização da agenda estadunidense como própria por parte da elite hondurenha se aprofundou durante a Guerra Fria, de acordo com a socióloga Sonia Winter, quando o alinhamento com Washington formava parte de todas as propostas e planos de governo dos partidos tradicionais (o Liberal e o Nacional), até chegar seu momento de auge na década de 1980 - quando Honduras representava uma plataforma territorial e laboratório de práticas estratégicas estadunidense de contra insurgência e de desinformação. “Isto fez com que se internalizassem as noções da Guerra Fria e consolidou uma cultura autoritária e um olhar deformado que interpreta qualquer conflito social como uma ameaça esquerdista à estabilidade política do país”. (WINTER, 2013, p.150).

A doutrina de segurança nacional dos EUA teve repercussão na política de Honduras, representada pela *Ley Antiterrorista* (Decreto N° 33), aprovada em 1982, cuja finalidade principal era reprimir qualquer beligerância de movimentos revolucionários e populares em âmbito interno. Vigilância, sequestros e desapareição forçada eram alguns dos principais métodos utilizados e a denúncia contra esses procedimentos deram origem, em 1981 e 1982, à criação de duas das principais organizações de direitos humanos - importantes até os dias atuais (inclusive com audaz participação na resistência ao golpe de Estado de 2009). São elas, o *Comité para la Defensa de los Derechos Humanos em Honduras* (CODEH) e o *Comité de Familiares de Detenidos Desaparecidos em Honduras* (COFADEH) (BARAHONA, 2005, p. 242). O COFADEH contabiliza mais de 200 pessoas desaparecidas durante os anos 1980 em Honduras.

De acordo com Marvin Barahona (2005), o poder exercido pelo general Alvarez Martinez, chefe das forças armadas no primeiro governo civil (de fachada, como veremos), do liberal Roberto Suazo Cordoba, só não era maior do que o exercido pelo embaixador dos Estados Unidos, John D. Negroponte. Por isso, sua queda, em março de 1984 foi recebida com surpresa. O general foi destituído e expulso do país, de acordo com Barahona, por pressões de militares nacionalistas dentro da cúpula militar, insatisfeitos, principalmente, com os escassos benefícios que Honduras recebia por desempenhar o papel de “guardião dos EUA” na América Central. A queda inaugurou uma nova conjuntura política, em que foram pedidas revisão dos convênios militares com os EUA.

No entanto, os fatos demonstram que a doutrina de segurança nacional seguiu vigente, mesmo que em menor intensidade. As desapareições continuaram e a *Ley Antiterrorismo* nunca foi derogada. Assim, em 1984, a eleição de José Azcona Hoyo não significou nenhuma mudança na política externa de Honduras, que continuou repetindo o discurso de Washington que, por sua vez, insistia em dar à crise centro-americana uma solução militar.

Em 1986, a guerra contra a revolução nicaraguense começou a expulsar hondurenhos que viviam na fronteira com esse país e a afetar produtores rurais (gado e café, principalmente), o que teve repercussão no Congresso Nacional. O então deputado José Manuel Zelaya, por exemplo, junto com o deputado Nicolás Cruz Torres, apresentou moções para que os “contras” fossem expulsos de Honduras. A ideia foi ganhando força da opinião pública, mas só iria começar a se resolver com as Declarações de Esquipulas que selaram a paz no istmo centro-americano. Barahona conclui que:

En gran medida, el establecimiento de la paz en Centroamérica se produjo a pesar del gobierno hondureño. El fracaso de su política exterior y la impopularidad de su política interna, demostraron que combinar democracia con el militarismo y la subordinación política a los Estados Unidos fue la peor fórmula que Honduras pudo aplicar para efectuar su transición a la democracia en la década de 1980 (2005, p. 259).

Como veremos no quarto capítulo desta pesquisa, depois do golpe de Estado de 2009, as organizações de direitos humanos voltaram a enfrentar o militarismo, a repressão, e táticas similares às utilizadas pela doutrina anti-comunista dos anos 80.

## **2.8 Redemocratização e hegemonia do neoliberalismo**

O historiador hondurenho, Ramón Romero, identifica três etapas de transição democrática em Honduras. A primeira leva de governos civis, a partir de 1981 é, segundo o autor, caracterizada por governos “de fachada” para a continuidade do poder real dos militares. A entrada de Honduras na democracia eleitoral, como mencionamos anteriormente, se dá no contexto da Guerra Fria, no conflito político-militar na América Central, e na forte intervenção dos Estados Unidos que transformou Honduras em plataforma de contra insurgência, criando a base militar de Palmerola (onde o avião que levava Zelaya para o exílio fez uma parada antes de sair do país) e o *Centro Regional de Entrenamiento Militar* (CREAM), estrutura de apoio para as forças militares conservadoras dos países vizinhos.

Regionalmente, as lutas contra a dominação política vigente se deram, como observou Edelberto Torres Rivas, em uma “estranha sincronia”. Apesar de suas diferenças e razões distintas, revelaram também um “cansaço estrutural” (RIVAS, 2012) das instituições militares e dos setores econômicos dominantes que acabou por abalar regimes autoritários de distintas intensidades.

A mudança da postura da política externa dos EUA após a Guerra Fria trouxe uma oportunidade de resolução dessas crises nos países da América Central. Instituir a democracia eleitoral na região permitiria aos militares voltar aos quartéis e centrar esforços na política antissandinista ditada pelos EUA. Além disso, rodeado por governos civis eleitos democraticamente, a Nicarágua pareceria uma ditadura aos olhos do mundo.

Por isso Torres Rivas sustenta que a *restauração*<sup>22</sup> democrática em Honduras foi negociada com os EUA.

El bipartidismo oligárquico que viene desde el siglo XIX se desempolvó después de diecisiete años de gobiernos militares. Su nueva puesta en escena fue el resultado de una bien conocida transición sin regateo entre las partes interesadas: los norteamericanos se comprometieron a modernizar al ejército hondureño, especialmente la aviación, que no olvida su derrota virtual a manos salvadoreñas en la guerra inútil de 1969<sup>23</sup>; los militares aceptaron, a cambio, devolver el poder a los civiles y regresar al régimen de partidos políticos y elecciones periódicas. Con esta componenda, los Estados Unidos tendrían pleno derecho a instalar bases militares en territorio hondureño para cercar a Nicaragua y eventualmente intervenir en El Salvador (2012, p.22)

Por esses motivos, a transição democrática em Honduras, sendo condicionada a interesses externos, não resultou de reivindicações de movimentos de massa, como aconteceu na América do Sul. Foram as forças oligárquicas e militares que promoveram a mudança de regime. O resultado foi uma sociedade ocupada por forças militares exógenas e carente de atores sociais envolvidos no processo de democratização.

Além disso, ao saírem da clandestinidade, os partidos não fizeram do processo uma oportunidade de repensar e de reinventar suas posturas políticas e ideológicas, adaptando-as aos novos desafios colocados com a crise centro-americana. “Por el contrario, ambos

---

<sup>22</sup> Diferente de El Salvador e Guatemala, cujo modelo considerado foi o da *instauração*, Honduras contou com a *restauração* da democracia, já que seus partidos políticos e organizações não desapareceram por completo, apenas retrocederam perante à repressão (Torres Rivas, 2012).

<sup>23</sup> Sobre o conflito armado entre Honduras e El Salvador em 1969 ver “A guerra do futebol”, de Ryszard Kapuscinski, Cia das Letras, 2008.

perpetuaron el liderazgo político de caudillos de viejo cuño, expertos en la maniobra política” (BARAHONA, 2005, p. 233)

Os dois primeiros presidentes civis, Roberto Suazo Córdova e José Azcona Hoyo, governavam no espaço deixado pelo poder paralelo exercido pelos militares. Segundo relata Mario Posas (2012), o general Álvarez Martínez chegou ao extremo de negociar acordos com os Estados Unidos sem o conhecimento do Congresso que, posteriormente seria obrigado a ratificá-los (p.166).

A segunda etapa de transição, já na década de 90, a partir dos Acordos de Paz que puseram fim aos conflitos centro-americanos que envolviam Honduras, é caracterizada pela substituição da construção de um Estado desenvolvimentista pela política neoliberal, influenciada pelas diretrizes do Consenso de Washington, incluindo um pacote de ajuste fiscal que impactou as camadas mais pobres da sociedade.

Consagra-se, de acordo com Chocano (2012), um novo modelo de acumulação baseado na indústria têxtil e de confecção de roupa para a exportação (*maquilas*). Ao mesmo tempo, é fomentada a diversificação e crescimento de cultivos e bens de exportação não tradicionais, com especial importância para o cultivo da palma africana.

Como resultado da nova política econômica, Barahona (2005) destaca o aumento da concentração de riqueza, do desemprego, da inflação e da dívida externa que passou de 751 milhões de dólares na década de 80 para 4 bilhões em 1998 (p.287). Além disso, a indústria *maquiladora* inaugura uma nova etapa de Honduras na divisão internacional do trabalho, na qual o país se desempenha como exportador de produtos têxteis para o mercado mundial, provocando também uma pressão demográfica nas regiões metropolitanas do país.

Por outro lado, é um período de perda de influência dos militares – desgastados com diversas denúncias<sup>24</sup> de envolvimento com o narcotráfico sob anuência dos EUA - expulsão dos “contra” do território hondurenho e mais liberdade para a criação ou fortalecimento de movimentos sociais. Era o início do estremecimento da relação militar entre os dois países que se intensificou na mudança de doutrina de segurança dos EUA, de anticomunismo para, na visão de Sonia Winter, luta contra o narcotráfico, sob as diretrizes do Comando Sur.

---

<sup>24</sup> De acordo com Barahona (2005), desde inícios de 1988 a imprensa nacional e internacional divulgavam informações alarmantes sobre a provável vinculação de militares hondurenhos, inclusive o chefe da Forças Armadas nesse momento, Regalado Hernández, com o narcotráfico, enquanto os EUA faziam “vista grossa”. Um dos pontos altos foi a reportagem do New York Times “USA permitió a militares traficar com drogas a cambio de permitir ayuda a contras”. As fontes eram altos funcionários da administração Reagan (p. 274).

Ya en la década del 90, la desaparición de las amenazas tradicionales y el fin del conflicto centroamericano, obligó a que las fuerzas armadas se reubicaran institucionalmente siguiendo las directrices del Comando Sur y asumiendo nuevos roles y funciones policiales (como la lucha contra el narcotráfico, la criminalidad organizada, el terrorismo internacional y, en especial, la seguridad ciudadana), que le permitieron legitimarse ante la sociedad y conservar una porción del presupuesto, la autonomía y la impunidad de épocas anteriores (2013, p.151).

Neste contexto de maior abertura política e avanço do neoliberalismo, surge, em 1993, a organização indigenista COPINH, na zona sul-ocidental de Honduras, departamento de Intibucá. Para além de um movimento local sindical-reivindicatório, o movimento alia o resgate da cultura indígena Lenca com o combate às políticas neoliberais a nível nacional, numa postura de crítica ao *Plan Puebla Panamá* (PPP), o *Plan Colombia*, a *Area de Libre Comercio de las Américas* (ALCA), entre outros tratados e organismos financeiros multilaterais que representam a forma concreta de acumulação via espoliação.

O COPINH compôs com muita envergadura o movimento de resistência contra o golpe de Estado em 2009. Uma das líderes, Berta Cáceres, foi umas das mais destacadas dirigentes da Frente Nacional de Resistencia Popular (FNRP). Ao lado da OFRANEH (organização dos garífunas, criada em 1978), com quem mantém uma grande unidade nas posições políticas, o COPINH defende pautas dentro da FNRP como o indigenismo, o autonomismo, a defesa dos recursos naturais e a proposta de uma Constituinte originária e autoconvocada desde uma perspectiva decolonial.

Quando um desastre climático, o *Huracan Mitch*, devasta o país em 1998, tanto Romero como Chocano identificam um ponto de inflexão na relação Estado-sociedade, quando se dá a terceira etapa da transição democrática de Honduras. A partir desse momento, a sociedade civil participa de maneira mais efetiva das decisões do Estado, envolvendo-se na reconstrução e transformação do país pós-Mitch, por meio de instâncias criadas naquele momento, como o *Foro Nacional de Convergencia* (FONAC) e a *Comisión de Participación de la Sociedad Civil*. “La coyuntura del momento favoreció la creación de un inédito entramado participativo, a veces más formal que sustantivo, pero de cualquier forma con capacidad de ser desarrollado” (CHOCANO, 2012, p.59).

Nessa época, Manuel Zelaya, que já havia cumprido dois mandatos como deputado da Assembleia Nacional, tornou-se ministro do Investimento, responsável pela gestão do Fundo de Investimento Social de Honduras (FIHS), no governo de Carlos Flores (PLH). Começa aí

uma incipiente relação com os movimentos sociais hondurenhos nessa tentativa de reconstrução do país.

Por outro lado, a catástrofe do furacão *Mitch* foi usada como desculpa para impulsionar uma nova onda de reformas neoliberais que ampliaram o poder de acumulação de empresas privadas nacionais, regionais e transnacionais. Um exemplo simbólico foi a aprovação da *Ley de Incentivo al Turismo*, criada em 1998 no calor do desastre, que outorgou às empresas turísticas exoneração de impostos sobre a renda, por um período de 10 anos. De acordo com a pesquisadora hondurenha Lucila Funes (2011), a exoneração incluía impostos de importação de bens, serviço, material impresso para publicidade e veículos automotivos, entre outros. As mesmas concessões foram ratificadas em 2002, na *Ley de Equilibrio Financiero y la Protección Social*.

O curioso é que, diferente de outros países latino-americanos, as cadeias de restaurantes como Burguer King, Kentuchy Fried Chinken, Wendy's, Pizza Hut, entre outras, gozam destes benefícios em Honduras, pois estão registradas como empresas turísticas, obtendo uma séria de isenções de impostos por parte do fisco. As famílias Ferrari Villeda, Kafaty e Canahuati Larach<sup>25</sup> são as mais beneficiadas desta lei, pois são donas de poderosos grupos do setor alimentício (Grupo Intur S.A. e Grupo Comidas S.A). Não por acaso, se o leitor voltar algumas páginas, encontrará esses mesmos nomes relacionados a partidos políticos tradicionais e à elite burguesa *sanpedrana*.

Efeito do aprofundamento do modelo neoliberal, Honduras entra no século XXI com uma sociedade altamente militarizada e sofrendo efeitos de uma crise econômica e social acumulada, cujas principais consequências são o aumento da desigualdade social, da violência – evidenciada pela proliferação de *pandillas* (guangues) – da pobreza e da imigração para os Estados Unidos. As remessas de hondurenhos fora do país aos seus familiares passou a ser, desde o início do século, um elemento essencial no equilíbrio da macroeconomia do país.

É neste cenário que Zelaya assume a presidência da República em 2006. No próximo capítulo, analisaremos características do seu governo e as escolhas políticas que tiveram relação direta com os eventos que levaram ao golpe de Estado de 2009.

---

<sup>25</sup> Fonte: Relatório final da *Comisión de Verdad* (CdV), 2012.

### **CAPÍTULO 3 – UM PRESIDENTE “INESPERADO” SOFRE UM GOLPE DE ESTADO NO SÉCULO XXI**

Quando amanheceu o dia 28 de junho de 2009, Honduras encontrava-se sem um presidente da República. Poderia ser mais um golpe de Estado na história do país, como os relatados no capítulo anterior, mas elementos políticos e econômicos internos e o interesse de grandes e médias potências dotaram a crise de peculiaridades e de uma repercussão internacional não prevista.

Este capítulo se dedica a analisar o mandato do presidente Manuel Zelaya e a sistematizar os fatores que levaram à ruptura constitucional, contextualizando-a dentro do jogo geopolítico atual. Utilizaremos como principal fonte o informe da *Comisión de la Verdad y la Reconciliación (CVR)*, criada em abril de 2010, por meio de decreto executivo PCM-011-2010, do presidente Porfirio Lobo Sosa (presidente que sucedeu o governo interino de Roberto Micheletti), e entregue em julho de 2011<sup>26</sup>. A Comissão foi integrada pelo ex-vice-presidente da Guatemala Eduardo Stein (como coordenador), a ex-presidenta da Corte Suprema de Justicia do Perú, María Amadilia Zavala Valladares, o diplomata canadense, Michael Kergin, o ex-reitor da Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), Jorge Omar Casco, e a atual reitora, Julieta Castellanos. O sociólogo hondurenho Sergio Membreño atuou como secretário técnico.

Não o utilizaremos, contudo, como um material fechado, ausente de críticas. Consideramos que a relevância do relatório da Comissão reside principalmente no trabalho de análise técnica e jurídica da crise, a partir de um estudo aplicado da Constituição hondurenha e das funções do Congresso Nacional, que auxilia na qualificação dos fatos de antes de depois de 28 de junho. Além disso, é notável o esforço da Comissão em escutar os lados antagônicos envolvidos no processo, em busca de uma amplitude da análise, que na medida do possível, pretendemos reproduzir neste trabalho. Observa-se, não obstante, a ausência de uma análise mais sociológica da crise na maior parte do texto, que pode ser fruto das circunstâncias em que a Comissão foi criada e conformada, instituída pelo governo que sucedeu o golpista, após eleições controversas. Como consequência, as recomendações da Comissão limitam-se ao

---

<sup>26</sup> A CVR foi criada a partir das recomendações oriundas das negociações em torno do *Acuerdo Tegucigalpa-San José (Dialogo Guaymuras)*, que ocorreu em outubro de 2009, no marco dos esforços internacionais de reestabelecer a ordem constitucional em Honduras após o golpe de Estado.

âmbito jurídico e Constitucional e não apontam para nenhuma resolução punitiva para os envolvidos.

Contudo, a principal falha, a nosso ver, está na insuficiência de depoimentos ou materiais relacionados à participação da sociedade civil em questões nas quais teve papel relevante, sejam os movimentos contrários ou os que atuaram a favor de Zelaya. Em nossa opinião, eles são atores chaves para entendermos a influência da disputa ideológica e classista contida no desenrolar da crise. Pretendemos preencher essa lacuna na pesquisa com material bibliográfico e midiático recolhido em campo, mas, principalmente, com o informe da *Comisión de Verdad (CdV)*, uma investigação alternativa à oficial, promovida pelas principais organizações hondurenhas de defesa dos direitos humanos, cujo foco foi a denúncia de violações de direitos humanos contra os militantes organizados na “resistência” e exigência de punição aos envolvidos no golpe de Estado<sup>27</sup>.

É importante pontuar que a instalação da Comissão oficial e sua conformação suscitaram debate na sociedade hondurenha. Em um primeiro momento, foi rechaçada pelos movimentos sociais por causa de uma das cláusulas do decreto que a instituiu, a qual indica que os documentados considerados sigilosos coletados durante a investigação deverão permanecer sob sigilo por 10 anos. A outra crítica se refere ao período analisado, que abrange somente os fatos ao redor da data de 28 de junho. Em entrevista ao jornal *Opera Mundi* em 2010, Bertha Oliva, do COFADEH, explica que não faria sentido formar uma comissão como essa “enquanto o país continua enfrentando uma situação de conflito generalizado e grave violação dos direitos humanos<sup>28</sup>”. De fato, quando a Comissão inicia seus trabalhos de investigação, Zelaya continuava sem poder entrar em Honduras e a população que se colocou em resistência continuava sendo reprimida. Já a CdV, a “comissão alternativa”, expandiu seus trabalhos até o ano de 2012, abarcando uma série de problemas ocorridos durante o governo de Porfirio Lobo Sosa.

Ambas as Comissões concluem que houve ruptura da ordem democrática no processo de destituição do presidente Manuel Zelaya, assim como na sua captura e expatriação. Todo o processo foi então qualificado nos relatórios finais como “golpe de Estado”. Não obstante, a

---

<sup>27</sup> A CdV foi integrada por Elsie Monge Yoder (presidenta), Luis Carlos Nieto Garcia, Mirna Antonieta Perla Gimenez, Adolfo Pérez Esquivel, Nora Cortiñas, Craig Scott, Francois Houtart, Francisco José Aguilar, Helen Umaña e Fausto Milla.

<sup>28</sup> “Comissão da Verdade é criada em Honduras em meio à críticas da resistência”, *Opera Mundi*, 17/04/2010. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/3722/conteudo+opera.shtml> (Acessado em 17/01/2016)

CVR afirma que Zelaya também atuou fora dos limites da Constituição durante seu mandato. A conclusão parece refletir uma busca por um resultado “neutro” ou “consensual” por parte dos comissionados, aplicando um efeito “anistiador” para todos os envolvidos. O objetivo principal foi o de tecer recomendações ao sistema institucional hondurenho, “*Para que los hechos no se repitan*”, como indica o título do informe final. O ex-mandatário fez críticas<sup>29</sup> ao conteúdo do relatório da CVR, não aceitando as indicações de desrespeito à lei supostamente cometidas por ele.

Por outro lado, a comissão produzida pela sociedade civil, a CdV, assumiu uma postura deliberadamente parcial, já explicitada pelo slogan do relatório “*La voz más autorizada es la voz de las victimas*”, e cobra justiça e punição aos golpistas que violaram os direitos humanos no período analisado. Além disso, adota um estilo mais analítico do que informativo e destaca a participação do setor empresarial na vida política do país e, conseqüentemente, no processo do golpe de Estado.

### **3.1 O mandato de Manuel Zelaya Rosales: direita, esquerda ou centro?**

Antes de entrar na análise dos fatos ao redor do golpe de Estado, se faz necessária uma breve retrospectiva do mandato de Manuel Zelaya (PLH). Eleito em 27 de novembro de 2005, enfrentou sua primeira crise antes mesmo de tomar posse, em 27 de janeiro de 2006. A disputa eleitoral havia sido apertada e o candidato derrotado, Porfirio Lobo Sosa (PNH), questionou a legitimidade do resultado apresentado pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e, inicialmente, não reconheceu a vitória do opositor. O clima de tensão entre os partidos piorou quando Lobo Sosa pediu ajuda ao então embaixador dos Estados Unidos em Honduras, Charles Ford<sup>30</sup>.

Em sua campanha eleitoral, o candidato a presidência da República, Manuel Zelaya, apresentou à sociedade um plano de governo, intitulado “*Visión del poder ciudadano para transformar a Honduras*” que contém elementos importantes para a compreensão do que foi o

---

<sup>29</sup> Também não consta no relatório da CVR depoimento do principal ator envolvido, Manuel Zelaya, porque este não atendeu aos chamados da Comissão. No entanto, entrevistas e declarações públicas do ex-presidente foram utilizadas na análise e na cronologia dos fatos. Além disso, foram entrevistados assessores, parlamentares e ex-ministros próximos a Zelaya.

<sup>30</sup>“Continúa la incertidumbre en Honduras tras las elecciones”, de Infobae. Disponível em: <http://www.infobae.com/2005/11/29/225459-continua-la-incertidumbre-honduras-las-elecciones> (acessado em 01/02/2016).

seu governo. A proposta se sustentava em cinco eixos estratégicos básicos: *poder ciudadano* para transformar Honduras; crescimento econômico; estabilidade macroeconômica, desenvolvimento humano e governabilidade e democracia participativa. (CVR, 2011, p.100)

Chama a atenção no plano a promessa de exercer uma “nova forma de governar”, que propiciaria uma “democracia genuinamente participativa”, na qual o cidadão

tenga, por primera vez, oportunidad de ejercer la auditoria social, acceder a la información pública, deliberar, identificar sus necesidades, planificar su propio desarrollo y exigir sus derechos considerados legales que pondrán a la vista y conocimiento de la nación las reglas claras de convivencia nacional (CVR, 2011, p.99).

O fato de Zelaya não possuir um histórico de lutas anti-oligárquicas ou anti-imperialistas, mas defender propostas como a da democracia participativa descrita acima o torna uma figura controversa e fonte de curiosidade. Desvendar quem, afinal, é Zelaya, foi tema da agenda nacional no contexto do golpe de Estado e foi tema abordado pela CVR. Na hora de qualificar a tendência ideológica de Zelaya, os entrevistados pela CVR divergem, dividindo-se entre os que o consideram de “centro” e os que o consideram de “esquerda”.

O informe cita, inclusive, uma pesquisa sobre percepção eleitoral na América Latina (PELA), da *Universidad de Salamanca*, feita a partir da opinião de deputados hondurenhos. Em 2006, ano do início do mandato, a pesquisa informa que a maioria dos deputados situa Zelaya no centro do espectro ideológico. Quatro anos depois, a mesma pesquisa dá como resultado a percepção de que Zelaya seria de esquerda.

Alguns entrevistados pela CVR acham que a guinada à esquerda se deu pela influência de seu grupo de assessores mais próximos do governo. Outros endossam a tese mencionada no capítulo anterior de que a visão progressista se origina na época em que Manuel Zelaya estava à frente do FIHS, antes de se tornar presidente, quando iniciou uma relação com entidades da sociedade civil no âmbito do esforço conjunto de reerguer o país após o furacão *Mitch*.

Se analisarmos o discurso de posse de Zelaya, proferido em janeiro de 2006, encontramos elementos que corroboram com a visão de que o presidente estaria ao centro. Ele respaldou, por exemplo, o *Tratado de Libre Comercio de Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana (CAFTA-RD)* que entraria em vigor naquele ano, ao passo em que

animou a participação cidadã e programas sociais de financiamento de habitações, redução do preço do combustível, entre outros (CVR, 2011).

No mesmo dia da posse, Zelaya sancionou a *Ley de Participación Ciudadana*, uma das principais promessas de campanha, como citado anteriormente. De acordo com a economista hondurenha, Mireya Rodríguez, essa promessa se dá dentro de um contexto de reivindicação por parte da sociedade civil - insatisfeita com o bipartidarismo clássico e autoritário da política hondurenha - de mecanismos e espaços de participação popular nas tomadas de decisões. Movimentos sociais e ONG's já haviam criado, em 2001, o *Foro de la Sociedad Civil*, um esforço propositivo de tentativa de incidir politicamente na agenda do país (RODRIGUEZ, 2012, P.130).

O pesquisador e consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em Honduras, Mario Posas, afirma que o início do debate acerca da ampliação da participação democrática se deu ainda nos anos 90, no marco da criação da *Comisión Presidencial de Modernización del Estado*, que se debruçou sobre várias áreas estratégicas, como a reforma política e reforma dos poderes legislativo e judicial. Uma das medidas sugeridas por esta comissão em relação à reforma política era justamente a “ampliación de los médios para el ejercicio de la democracia participativa, favoreciendo el recurso al plebiscito e instaurando el referendun para asuntos de gran trascendencia para la nación”, segundo consta no documento *Programa Global de Modernización del Estado*, de 12 de fevereiro de 1992 ( POSAS, 2012, p.146).

Até o final dos anos 1990, muitas destas medidas ainda não haviam se concretizado. Por isso, por iniciativa do PNUD, foram realizadas, em 2001, uma série de reuniões com líderes de partidos políticos e da sociedade civil com intuito de fazer avançar as medidas da reforma política pactuadas no início da década. Um acordo denominado “*Manifiesto de los partidos políticos al pueblo hondureño*”, foi firmado e mais uma vez trazia o tema do plebiscito à tona, pois reivindicava como uma das medidas essenciais para a reforma do regime político vigente a “incorporação constitucional do plebiscito e do referendo” (POSAS, 2012, p. 147).

Essa retrospectiva da origem do debate acerca da ampliação da participação popular revela um acúmulo prévio e um respaldo da sociedade civil à proposta da realização da consulta popular que ocasionaria toda a crise de 2009. No entanto, outros fatores contribuíram

para o impasse político que terminou com o derrocamento do presidente Manuel Zelaya, os quais detalharemos a seguir.

Como relatado no capítulo anterior, depois do furacão *Mitch*, o governo do liberal Carlos Flores levou a cabo uma série de estratégias de mitigação dos danos e de reestruturação do país, a partir de recursos da cooperação internacional e da remissão da dívida externa. Para isso, o governo formulou a *Estrategia de Reducción de la Pobreza* (ERP), desenvolvida na gestão do presidente Ricardo Maduro (PLH) e continuada e ampliada no governo do presidente Manuel Zelaya.

De acordo com Guillermo Molina Chocano (2012), o programa ERP original previa um orçamento de US\$ 2,665 bilhões para todo o período de 2001-2015 que seriam arrecadados por meio de doações e recursos externos (60%), alívio da dívida e fundos nacionais. Porém, a gestão do presidente Zelaya introduziu outros gastos no programa, como salário dos professores e subsídios orientados a manter o preço dos combustíveis, a fim de contemplar suas promessas de campanha, levando a ERP ao fracasso, na opinião do autor.

A despeito das medidas progressistas tomadas pelo presidente no campo social e político, o pesquisador considera que a gestão econômica foi ineficiente “y llevó a elevados índices de endeudamiento interno, ausência de presupuesto nacional aprobado por el Congreso y control del gasto público que se utilizo al final para financiar la famosa Cuarta Urna” (CHOCANO, 2012, p.66).

No entanto, medidas como o aumento do salário mínimo - que chegou a L.5,500 para o setor urbano (equivalente a U\$ 290 à época, 109 dólares a mais que o salário vigente) e L.4,055 para o setor rural (213 dólares) -; a diminuição das taxas de juro dos bancos<sup>31</sup>; e a série de medidas que rompiam com o monopólio privado da produção de energia, aumentaram a popularidade do presidente ao mesmo tempo em que o afastou do setor empresarial - a quem Zelaya havia conquistado no início do mandato, a partir da aliança com o Elvin Santos, seu vice-presidente, representante da corrente mais conservadora do Partido Liberal.

---

<sup>31</sup> O governo de Zelaya implementou um modelo chamado “liberalismo competitivo”, no qual obrigava os bancos a diminuir as taxas de juros, ao terem que competir por colocar dinheiro no mercado. No modelo anterior, o governo comprava o excedente dos bancos, com uma taxa de juros de 12%, por meio dos chamados “*Certificados de Absorción Monetaria (CAM)*”. (CdV, 2012, p. 52).

O presidente, contudo, deu pouco respaldo ao seu vice - que não pode sequer instalar seu gabinete na casa presidencial - com quem manteve uma relação problemática ao longo do mandato, segundo a CVR. Apesar de que nos cargos do governo estavam contempladas todas as tendências internas do Partido Liberal, Zelaya se viu muitas vezes isolado dentro do Congresso, contando com o apoio de poucos deputados, mesmo dentro do PLH, o que o obrigou a buscar alianças fora da sua agremiação política para aprovar suas propostas. Além de ter que dirigir um partido fracionado dentro do Congresso, Zelaya lidava ainda com um presidente da casa, Roberto Micheletti, com aspirações, no mínimo problemáticas, à presidência da República.

A aprovação da entrada de Honduras na Alba (*Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America*) e no Petrocaribe ilustra a difícil relação entre poder executivo e legislativo nessa época. Como relata a Comissão da Verdade e Reconciliação (2011), a aprovação por parte do Congresso de ambas as iniciativas contrasta com um “*rotundo rechazo*” de numerosos setores em relação a essas propostas. No caso da entrada da Alba, que tem implicações maiores do que o Petrocaribe, a aprovação foi barganhada, como descreve Matias Funes, do Partido Unificación Democrática (UD), em depoimento à Comisión de la Verdad y la Reconciliación:

El ALBA al final se negoció. Ya para entonces don Roberto estaba postulado a la búsqueda de la presidencia de la república, íbamos a las elecciones internas y a cambio del apoyo del presidente Zelaya se accedió a aprobar el Alba, aunque nosotros en nuestros pueblos veíamos que era popular, que la gente lo quería (2011, p.119)

Um outro aspecto relacionado às iniciativas aprovadas no Congresso é o acirramento da questão ideológica, já que a entrada de Honduras na Alba e no Petrocaribe foi vista também como uma aproximação de Zelaya com as ideias do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez. As aprovações no Congresso detonaram um processo de ações e reações a favor e contra a associação de Honduras a esses organismos multilaterais. A situação foi agravada pelo discurso de Hugo Chávez na cerimônia de adesão de Honduras à Alba, onde o líder chama os hondurenhos contrários à iniciativa de “ignorantes” e “vende-pátria”<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=6RI6IwFr1XA> (acessado em 17/01/2016).

Essa polarização em torno da Alba e do Petrocaribe foi precedida por um confronto de interesses entre o governo e as transnacionais<sup>33</sup> do setor energético que atuavam no país. O primeiro problema ocorreu quando o governo de Zelaya implementou reduções no preço da energia e propôs que o governo absorvesse 50% dessa redução e as empresas a outra metade. Além de não aceitarem o trato, as transnacionais pressionaram para que o governo desistisse de baixar os preços. Diante da negativa, o presidente requereu um “*Proceso de Licitación Internacional de los Combustibles*”, para obrigar as empresas a abandonarem o esquema de oligopólio e a competirem no mercado. A multinacional estadunidense Conocco Phillips ganhou a licitação.

As transnacionais instaladas em Honduras se negaram a participar da licitação e a alugar seus tanques de armazenamento para depositar os combustíveis. O governo apelou então para o contrato firmado com a Distribuidora de Productos de Petróleo S.A (DIPPSA), propriedade do hondurenho Henry Arévalo Fuentes, no qual constava que a empresa era obrigada a emprestar seus tanques de armazenamento em caso de uma emergência energética, recém declarada pelo governo. A empresa se negou a emprestar, apelou à Corte Suprema de Justicia e obteve dessa instituição parecer favorável.

Bloqueada essa opção, o governo centrou esforços no Petrocaribe. Ao mesmo tempo, decidiu alterar a fórmula que determina o preço dos combustíveis, para fazer com que parte da redução do preço recaísse nos lucros das transnacionais. Obteve com essa estratégia uma grande economia de gastos, como explica a *Comisión de Verdad*:

Gracias al cambio del índice de precio de importación, el gobierno ahorró 243 millones de dólares entre enero 2007 y octubre de 2009. Un año más tarde Zelaya hizo aprobar en Consejo de Ministros el cumplimiento de la Ley de 60 grados, ahorrando otros 138 millones de dólares a los consumidores. En total, el precio de los combustibles bajó L6.00 por galón (CdV, 2012, p. 57).

Tais medidas enfrentaram a resistência e a pressão das empresas, mas por outro lado, levou à concretização da primeira aliança entre o governo e os movimentos sociais, que foram às ruas contra a aliança transnacionais-empresariado hondurenho. É importante pontuar, no entanto, que nem sempre a relação do governo com os movimentos sociais foi harmoniosa.

---

<sup>33</sup> As empresas transnacionais que dominavam o mercado da distribuição de combustíveis eram a Esso Standard Oil S.A Limited, a Shell Honduras e a Texaco Caribbean Inc.

No contexto das mobilizações de rua de comunidades afetadas pela atividade da mineração que exigiam uma reforma na Ley General de Minería<sup>34</sup>, Zelaya adotou uma postura “ambivalente”, de acordo com a CdV.

Por um lado, reprimia as manifestações populares e, por outro, chamava os movimentos ao diálogo e tentava influenciar o legislativo para reformar a lei. Com o tempo, porém, o lobby dos empresários mineiros rendeu seus frutos e Zelaya inclusive trocou a ministra da *Secretaria de Estado no Despacho de Recursos Naturales y Ambiente* por uma que era do interesse dos empresários do setor. (CdV,2012, p. 58)

Na análise da *Comisión de Verdad*, Zelaya tentava fazer vigorar em seu mandato a “democracia liberal representativa”, apenas introduzindo alguns mecanismos de participação direta e algumas políticas de distribuição de renda, que, a longo prazo, também beneficiaria o empresariado, por animar a economia e aumentar o consumo (2012, p.92).

O cientista social argentino, Esteban De Gori (2013), agrega à essa análise o contexto de crise econômica e energética na qual o governo Zelaya estava inserido, principalmente a partir de 2008. Para o autor, a crise levou o então presidente a “somar” outros acordos além dos tradicionais tratados de livre-comércio, com a Alba e Petrocaribe, por exemplo, buscando apoio à execução de suas políticas orientadas minimamente à justiça social e diminuição da miséria. Apoio este que não conseguia com seus próprios companheiros de partido, que passaram a utilizar um discurso de “guerra fria” para desqualificar as medidas tomadas pelo presidente.

Como observa De Gori, “lo más interesante es que Zelaya – si bien provenía de los sectores del Partido Liberal – fue empujado por derechas (que no estaban dispuestas a ceder nada) a profundizar sus posiciones y a buscar aliados no tradicionales para lograr apoyo a sus políticas” (2013, p.57). Hugo Chávez e outros líderes progressistas na América Latina, como Fidel Castro, funcionaram como estes aliados “alternativos” no âmbito da política externa. No entanto, uma aproximação com movimentos sociais tradicionais de Honduras foi determinante para o desenvolvimento da proposta que mudou os rumos da vida do presidente e da história

---

<sup>34</sup> Outra lei aprovada em plena tragédia do furacão *Mitch*, em 1998, a Ley General de Minería é descrita pela Comisión de Verdad como “atrocidade jurídica hecha a la medida de los intereses de las transnacionales”. A lei prevê um regime tributário privilegiado que permite às empresas extrair as riquezas do subsolo à vontade, deixando somente 1% de rentabilidade para os municípios afetados pela perigosa atividade da mineração. Além disso, facilita os processos de expropriação de comunidades camponesas. (CdV, 2012, p.57)

do país: a de fazer uma consulta popular com o objetivo de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

### 3.2 A proposta da “Quarta Urna”

Sem desconsiderar a crise entre os poderes estatais que vinha desde o início do mandato de Zelaya, podemos afirmar que a proposta da “Quarta Urna”, em 2009, foi a disparadora de uma série de confrontos entre Zelaya, o Congresso e as instituições jurídicas que resultariam na derrocada do então presidente. Um mal-estar dentro do próprio Partido Liberal também entra como um dos fatores desencadeadores da crise. No início de 2009, nas eleições internas, Roberto Micheletti perdeu para Elvin Santos a chance de disputar a presidência da República, mas negociou com este a presidência do partido, para indignação dos apoiadores de Santos.

Além disso, além do rechaço dos empresários – pelos motivos relatados anteriormente, principalmente por conta do aumento do salário mínimo - e do partido opositor, o PNH, Zelaya começou a enfrentar, segundo consta no informe da CVR, críticas abertas da cooperação internacional, por ter fracassado na *Estratégia de Reducción de la Pobreza*<sup>35</sup>.

É nesse cenário complicado para o governo que nasce a proposta da Quarta Urna. A proposta consistia em que nas eleições gerais de novembro de 2009, se adicionaria às três urnas tradicionais – onde se depositam os votos para presidente, deputado e autoridade municipal – uma quarta urna, onde os hondurenhos deveriam decidir sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que teria como objetivo a redação de uma nova Constituição.

A reação inicial dos partidos foi positiva, já que a proposta estava respaldada por pesquisas de opinião internas que revelavam um desejo de maior participação política pela população, demanda que vinha desde os anos 1990, como descrito anteriormente. Porém, o apoio era condicionado. O PNH, por exemplo, exigia que a consulta popular fosse feita separada e depois das eleições gerais. Com a falta de um consenso em torno da proposta, os partidos políticos, exceto a UD, reagiram frente ao projeto da Quarta Urna. O Partido Liberal, de Zelaya, se dividiu.

---

<sup>35</sup> Ver o informe da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida). Honduras: Qué pasó con la ERP?, 2007.

Desde esse momento, de acordo com as entrevistas analisadas pela CVR (2011), se bifurcam as opiniões e explicações sobre o propósito da quarta urna. Por um lado, uma visão relacionada com a participação popular e o legado presidencial de Zelaya e, por outro, uma visão que supunha que a consulta resultaria na continuidade e reeleição do presidente. Essa última visão era visivelmente influenciada pelo contexto internacional e pelo fato de Zelaya já ser um participante pleno das reuniões da ALBA ao lado de países que modificaram suas constituições permitindo a perpetuação de lideranças políticas no poder. Assim, estabeleceu-se uma polarização que dividiu a sociedade entre um movimento de defesa da proposta, por parte da sociedade civil e dos seguidores de Zelaya no PLH e pequenos partidos aliados, e um movimento de oposição, composto, sobretudo, por empresários e partidos políticos tradicionais.

O tema da Quarta Urna esteve no centro do debate nacional, deslocando qualquer outra pauta nos meios de comunicação de massa, a grande maioria contrários à proposta da consulta popular, e agitando o debate político na internet, com criação de páginas nas redes sociais contra e a favor da proposta<sup>36</sup>.

Contudo, o debate político em torno da questão acabou “judicializado”, em um contexto onde as instituições públicas pareciam ter “tomado partido” em torno de um objetivo claro: o de trabalhar contra as propostas de Zelaya. De acordo com a CVR,

a partir de aquí se planteó y se recurrió ante distintas instituciones la legalidad o ilegalidad de la consulta, algo que evidenciaba la oposición al proyecto de Zelaya por parte de la mayoría de las instituciones y la indiferencia de Zelaya a la posición de estas instituciones” (2011, p.123).

Sem quase nenhum apoio institucional e jurídico, Zelaya e sua equipe buscaram a forma ou a denominação de consulta que pudesse evitar os canais legais apropriados. Levou adiante a proposta então de maneira unilateral, pelos motivos expostos por um dos entrevistados da *Comisión de la Verdad y la Reconciliación*:

Una consulta de ese tipo tendría que haberla hecho el Tribunal Supremo Electoral, pero eso implicaba negociar con Micheletti, porque ellos controlaban el Tribunal; implicaba de repente llevarla a la Corte, pero eso significaba pactar con el otro sector del liberalismo el que controlaba la Corte ( 2011, p . 123)

---

<sup>36</sup> Ver: “Mel y la Cuarta Urna pierden en la Internet”. La Prensa : <http://www.laprensa.hn/honduras/532199-97/mel-y-la-cuarta-urna-pierden-en-internet>

Zelaya estava isolado a tal ponto que nas últimas semanas antes da data marcada para a consulta só lhe restava o apoio popular e o das Forças Armadas, sendo que esta última mudou de atitude posteriormente, aderindo de maneira ativa ao golpismo. Neste caso, não houve pacto entre as elites e nem sucesso nas barganhas políticas que visassem ganhar o apoio da oposição para a proposta, como aconteceu em outros momentos, como as negociações em torno da aprovação da entrada de Honduras na Alba. Tanto esforço em barrar a proposta de Zelaya corrobora com a visão de que o que estava em jogo neste caso era a disputa por projetos políticos diferentes, não apenas a realização de uma consulta popular. O processo também revelou o esgotamento do “equilíbrio” que, em vão, Zelaya tentou construir no início do mandato para dar sustentação à sua política reformista.

### **3.3 O golpe em andamento: relação dos fatos e bastidores**

A partir da sistematização da CVR (2011) e do texto *Institucionalidad Democrática*, de Mario Posas (2012), passamos a descrever, em ordem cronológica, um resumo dos fatos que se seguiram desde o decreto de criação da consulta popular até a captura de Zelaya, em 28 de junho de 2009:

No dia 23 de março, Zelaya aprova no Conselho de Ministros o decreto executivo PCM-05-2009, pelo qual ordena a realização de uma ampla consulta popular em nível nacional, no mais tardar no último domingo do mês de junho, para que a cidadania possa expressar se está de acordo ou não com a instalação de uma quarta urna nas eleições gerais de novembro. A pergunta que se pretendia fazer era: “está de acuerdo que en las elecciones generales de noviembre de 2009 se instale una cuarta urna para decidir sobre la convocatoria a una Asamblea Nacional Constituyente que apruebe una nueva Constitución política?”(CVR, 2011, p. 131-132). O decreto dispõe que a realização da consulta está a cargo do Instituto Nacional de Estadísticas (INE), por ser o órgão especializado na produção de estatísticas, com a colaboração de todos os órgãos do poder Executivo.

Entre 27 de março e 27 de abril, a *Fiscalia General de la República* e as Forças Armadas emitem pronunciamentos públicos contrários à realização da consulta. No mesmo

período, a *Fiscalía Especial Contra la Corrupción* abre ofício de denúncia (Nº 0808-2009-12249) com o objetivo de investigar o decreto executivo que ordena a consulta.

No dia 8 de maio, o Fiscal General, atuando como garantidor da Constituição, apresentou uma ação ante o *Juzgado de Letras de lo Contencioso Administrativo* solicitando a ilegalidade e a nulidade do decreto executivo, o qual levou posteriormente à suspensão da consulta popular.

No dia 26 de maio, o presidente Zelaya emitiu novo decreto executivo (PCM 19 – 2009), anulando o decreto anterior e agora chamando a consulta de *Encuesta Nacional de Opinión Pública*, e tirando da pergunta que seria feita a frase “que apruebe una nueva Constitución política”. O novo decreto fixou a data de 28 de junho para a realização da consulta.

No dia seguinte, 27 de maio, o *Juzgado de Letras de lo Contencioso Administrativo* emitiu sentença favorável para que se declare ilegal e nulo o decreto do poder executivo e esclarece que a sentença inclui

cualquier otro acto administrativo de carácter general o particular, que se haya emitido o se emita, ya sea expreso o tácito, por su publicación o falta de publicación en el Diario Oficial La Gaceta, que conlleve al mismo fin que la consulta popular que ha sido suspendida, así como cualquier cambio de denominación en el procedimiento de consulta o interrogatorio, que implique evadir el cumplimiento de la sentencia interlocutoria que se aclara” (CVR, 2011, p. 135)

Ignorando a sentença, no dia 29 de maio, Zelaya anunciou que a pesquisa estava confirmada e que seria realizada pelo INE. Além disso, ordenou às Forças Armadas que prestassem o apoio logístico necessário. A princípio, o General Romeo Vasquez Velasquez, chefe do Estado Maior Conjunto de las Fuerzas Armadas, anunciou que acatava a ordem do presidente. Contudo, diante da opinião contrária à participação das FFAA, emitida pela auditoria jurídica militar, e por toda a pressão existente em torno da questão, o general muda de opinião e vai acabar acatando ordem de captura do presidente Zelaya emitida posteriormente pela Suprema Corte de Justiça.

Em 3 de junho, o *Juzgado de Letras de lo Contencioso Adiministrativo* emitiu o primeiro requerimento jurídico solicitando ao presidente Zelaya que acatara a disposição. A través de um advogado, Zelaya apelou, mas não obteve resultado favorável. Em 19 de

junho, o *Juzgado de Letras de lo Contencioso Adiministrativo* emitiu um segundo requerimento ordenando que se acatara sua resolução. Nesse mesmo dia, emitiu uma terceira resolução dando ao presidente Zelaya cinco dias para cumprir o ordenado.

No dia 24 de junho, Zelaya destituiu o general Romeo Vásquez Velásquez por se negar a apoiar as atividades relativas à pesquisa de opinião sobre a Quarta Urna. No mesmo dia, “em aberto desafio à Zelaya”, de acordo com Mario Posas (2012), a *Corte Suprema de Justicia*, apoiada em uma petição do Fiscal General, restituiu Velásquez no cargo.

No dia seguinte, uma controversa sessão no Congresso Nacional, criou o que chamaram de “comissão investigadora” para aprovar ou improvar a conduta administrativa do presidente da República. Ainda no dia 25, em cadeia nacional, Zelaya reiterou sua intenção de realizar a consulta com as cédulas e urnas que havia retirado da base da Força Aérea de Honduras, acompanhado de uma multidão de seguidores. Tal ato demonstrou insubordinação às ordens do Tribunal Supremo Eleitoral, que havia mandado confiscar o material.

A primeira ordem de captura contra o presidente Zelaya saiu no dia 26 de junho, a partir da solicitação do Fiscal General ante a *Corte Suprema de Justicia*, sob a acusação de “actos contra la forma de gobierno, traición a la pátria, abuso de autoridad y usurpación de funciones” (apud POSAS, 2012, p.163). Atendendo com muita agilidade o pedido, a Corte ordenou que um de seus magistrados emitira a ordem de captura de Zelaya, a qual foi dirigida ao comandante em chefe do *Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas*.

No dia 27 de junho, o presidente Zelaya reuniu-se com representantes da cooperação internacional para lhes informar que a pesquisa popular de opinião aconteceria na data prevista. O informa da CVR pontua que “durante la reunión, es notória la salida del embajador de Estados Unidos de América, Hugo Llorens, antes que la misma concluya” (2011, p.142). À noite, o Congresso Nacional convoca os deputados para sessão extraordinária, a ser realizada no domingo, 28, às 11h. Deputados a favor da consulta denunciam não terem sido convocados.

Às 5h30 da madrugada do dia 28 de junho, Zelaya é capturado em sua residência por militares e expatriado. É recebido pelo presidente Oscar Arias, na Costa Rica, trajando pijamas. Horas mais tarde, invocando o artigo 242 da Constituição, que estabelece a linha de sucessão, o Congresso Nacional emite um decreto dando a Roberto Micheletti, então presidente da casa, o cargo de presidente interino de Honduras. Em seu discurso de posse,

afirma que não chegou a essa posição “bajo la ignominia de um golpe de Estado” e sim como produto de um processo de transição “absolutamente legal, tal como está contemplado en las leyes”.

Antes da eleição de Micheletti, a sessão do Congresso Nacional de 28 de junho deu a conhecer o informe da Comissão outrora formada para investigar a conduta administrativa do presidente Zelaya. Dentre as acusações que recaíam no mandatário constava até “pouca atención a problemas substanciais como a gripe AH1N1”, a “crise financeira que ocasionou a perda de mais de 100 mil postos de trabalho” e o problema da “insegurança que afugenta o investimento estrangeiro” (CVR, 2011, p.146). Foi apresentada ainda uma falsa carta de renúncia do presidente Zelaya, datada de 25 de junho, onde se podia ler:

Dada la situación política polarizada que se ha presentado, la cual ha dado lugar al desencadenamiento de un conflicto nacional que ha erosionado mi base política y debido a problemas insuperables de salud que me han impedido concentrarme en los asuntos fundamentales de Estado, cumplo con el deber de interponer mi renuncia irrevocable a la presidencia de la república, junto con mi gabinete de Gobierno, efectiva a partir de esa fecha, con mi renuncia espero contribuir a sanar las heridas del ambiente político nacional. Atentamente, José Manuel Zelaya (CVR, 2011, p.146)

Neste mesmo dia, as televisões amanheceram com um corte de sinal que as silenciaram por 5 horas seguidas. Quando retomaram a transmissão, aqueles meios que sabiam da ruptura da ordem democrática não só guardaram silêncio, como promoveram uma agenda irreal para a conjuntura: desenhos animados, telenovelas, músicas e até mesmo jogos de futebol do passado, em que a seleção hondurenha era vitoriosa, fizeram parte da programação neste dia.

De acordo com a pesquisa “Cobertura Mediática de los acontecimientos previos y posteriores al golpe de Estado em Honduras”<sup>37</sup>, do coletivo C-Libre, publicada em 2011, a análise das fontes de informação escutadas, das fotos e imagens escolhidas para ilustrar as notícias e o manejo do discurso levam a crer que “hubo una clara tendencia a favorecer a la facción a favor del golpe de Estado, en detrimento del sector de la sociedad que se manifestaba abiertamente en contra de este hecho” (p. 76)

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.clibrehonduras.com/content/cobertura-medi%C3%A1tica-de-los-acontecimientos-previos-y-posteriores-al-golpe-de-estado-en>

Ainda de acordo com esta pesquisa, o termo “sucessão presidencial” foi utilizado exaustivamente em contraposição ao termo “golpe de Estado”. Houve também um cuidado de baixar o perfil da atuação dos militares no evento, ao mesmo tempo em que os protestos da população que se colocou em resistência foram sistematicamente criminalizados. Além disso, a falsa carta de renúncia apresentada pelo Congresso Nacional para justificar a “sucessão presidencial” foi ignorada no noticiário do dia 28 de junho:

Ningún periódico, excepto Tiempo, menciona la carta de renuncia que a tempranas horas del día se había presentado como prueba de que José Manuel Zelaya Rosales había dimitido. Como por arte de magia para los otros periódicos esta carta nunca existió porque no mencionan en ninguna de sus páginas que fue presentada en el Congreso Nacional como prueba que él había abandonado el país. Tiempo hace referencia a una posible falsificación según una entrevista con Enrique Flores Lanza (C-Libre, 2011, p.63).

A análise aponta para uma participação ativa dos meios de comunicação privados no golpe de Estado. Não por coincidência, os donos dos meios de comunicação são as mesmas famílias (os Ferrari, os Canahuatti, os Larach, etc) alinhadas com os partidos políticos tradicionais e proprietárias das franquias multinacionais do setor de alimentos, das empresas do setor da *maquila*, e acionistas de bancos.

Após a descrição dos fatos que levaram à quebra da ordem constitucional em Honduras, é importante trazer um resumo dos argumentos favoráveis e contrários à realização da consulta popular não vinculante, de acordo com a sistematização da CVR (2011). Dentre os argumentos contrários, se destacam os que tratam sobre o papel do Instituto Nacional de Estatísticas, que não estariam autorizados a supervisionar uma pesquisa dessa magnitude; o papel das Forças Armadas, que também não teriam faculdade legal para supervisionar uma consulta dessa natureza; e a existência de artigos pétreos da Constituição, ou seja, que não podem ser reformados sob nenhuma hipótese.

Sobre a captura de Zelaya, o principal argumento se baseia no artigo 239<sup>38</sup> da Constituição hondurenha que prevê a destituição do dirigente que proponha a reeleição:

el ciudadano que haya desempeñado la titularidad del Poder Ejecutivo no podrá ser presidente o vicepresidente de la república. El que quebrante esta disposición o proponga su reforma, así como aquellos que lo apoyen directa o indirectamente, cesarán de inmediato en el desempeño de sus respectivos

---

<sup>38</sup> Constituição de Honduras de 1982. Disponível em:  
<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Honduras/hond05.html>

cargos y quedarán inhabilitados por diez años para el ejercicio de toda función pública

Já os que se colocavam como favoráveis à proposta de Zelaya e à manutenção do seu mandato argumentam que o presidente nunca indicou que queria reformar a Constituição para se reeleger; invocam a *Ley de Participación Ciudadana* para respaldar os decretos que criam as consultas já que, em seu artigo 5, instituiu um mecanismo denominado “iniciativa ciudadana” que permite

A los titulares de órganos o dependencias públicas de cualquiera de los Poderes del Estado, que convoque a la ciudadanía en general, a los vecinos de un municipio, de un barrio o colonia, a gremios, sectores o grupos sociales organizados, para que emitan opiniones y formulen propuestas de solución a problemas colectivos que les afecten. Los resultados no serán vinculantes, pero sí elementos de juicio para el ejercicio de las funciones del convocante. (apud CVR, 2011, p.169).

Defendem também a proposta de utilizar o INE para a organização da consulta, já que, de acordo com a lei constitutiva do Instituto, este tem a “faculdade de recolectar y analizar datos para su uso em políticas públicas a nível nacional” (CVR, 2011, p. 169).

### **3.4 Aspectos ideológicos e políticos da crise**

Apesar de todas as questões jurídicas e legais que envolvem a convocação deste plebiscito e os posteriores vetos a ele por parte dos poderes legislativo e judiciário, é importante destacar que elementos ideológicos e classistas são imprescindíveis para entender o jogo de interesses que engendraram o cenário anterior ao golpe e o seu desfecho. Passaremos agora a descrever os bastidores que envolveram a crise e os elementos políticos que permearam os discursos dos que eram a favor e contra a realização da consulta popular.

O relatório final da Comissão da Verdade e da Reconciliação chama atenção para as inúmeras conversas e reuniões levadas a cabo nesse período com o fim de alcançar um consenso ou evitar a crise em torno da questão da consulta popular/pesquisa de opinião. Fica evidente que o presidente Zelaya nem sempre esteve seguro dessa proposta, sendo praticamente empurrado pelos movimentos sociais e por seus assessores mais à esquerda para a realização da *encuesta*, mesmo isolado e sem apoio institucional algum.

Também desperta interesse o fato de que algumas reuniões acontecerem na embaixada dos Estados Unidos a pedido do próprio presidente Zelaya, fato revelador do papel de “tutela”

representado pelos EUA no país. Ainda que o embaixador tenha deixado claro que só participou como “anfitrião” e cedendo o espaço - supostamente neutro - da embaixada e que não interferiu nas negociações, ele teve acesso privilegiado a todas as conversas e informações de bastidores.

O engenheiro Arturo Corrales, considerado pela CVR o autor intelectual da quarta urna, um ator chave que tenta deter a consulta nos moldes em que ela estava sendo construída por Zelaya, declara que, por muitas vezes, o ex-presidente acabou convencido de que a consulta era ilegal e que deveria ao menos adiá-la. Outra questão de embate foi em torno da pergunta da consulta, considerada inconstitucional por alguns, que pediam para trocar a Assembleia Nacional Constituinte por “profundas reformas na Constituição”. (CVR, 2011, p. 159)

Cesar Ham (UD), um dos deputados próximos de Zelaya, confirma a versão de que o mandatário chegou a defender a proposta de suspensão da consulta por 15 dias. Segundo depoimento concedido à CVR, o deputado afirmou que o presidente iria anunciar a decisão em cadeia nacional junto com a notícia da destituição de Romeo Velasquez como comandante das Forças Armadas. Contudo, minutos antes de entrar ao vivo na televisão, Zelaya mostrou aos assessores e aos líderes de movimentos sociais que se encontravam reunidos na Casa Presidencial a redação do discurso que iria proferir e foi coagido a mudá-lo.

Yo le decía al presidente: mire, si tenemos las organizaciones sociales, porque todas, sin excepción, estaban metidas en el rollo de la cuarta urna. Todas, vea (...). La gente estaba metida en patronatos, organizaciones campesinas, todo mundo estaba metido en el rollo, entonces con él las distribuimos, no hay necesidad de utilizar los militares, no necesitamos a los militares. (p. 162)

Ainda de acordo com depoimento de Cesar Ham, a pressão dos movimentos populares foi bastante grande nesse momento decisivo prévio à entrada do presidente em cadeia nacional. “Me acuerdo que Israel Salinas le dijo: presidente, qué le pasa, si usted suspende eso vamos a salir aquí denunciándolo y diciendo que usted es un traidor a la causa. Y ya se armó un gran macaneo ahí pues” (CVR, 2011, p.162)

Declaração de Marvin Ponce, membro da UD e assessor de movimentos camponeses nessa época, confirma a pressão dos movimentos sociais sobre Zelaya para a realização da consulta e também descreve o momento crucial a partir do qual o presidente voltaria a defender a realização da consulta/pesquisa de opinião:

Nos acercamos varios de nosotros incluido yo, Eduardo Maldonado, Rafael Alegría, Andrés Pavon, entre otros y lo apretamos al presidente, allí no más le decimos no, porque no vamos a la Cuarta Urna si ya nos hemos desgastado, el pueblo está todo listo, estamos preparados (p. 163)

Quando o presidente argumentou afirmando que a logística da consulta ficaria prejudicada sem o apoio dos militares, os líderes ali presentes ofereceram a estrutura organizacional dos movimentos sociais e das prefeituras alinhadas com o projeto para a realização da pesquisa, fazendo com que o presidente finalmente se decidira pela realização da “pesquisa de opinião nacional”.

Por la circunstancia política, pero también por no quedar mal con nosotros, creo que él admitió en un momento que no le quedó chance ni de pensar, allí mismo lo cambió, borró con un lápiz y puso que va la Cuarta Urna y eso sí yo lo puedo certificar, porque yo fui el que lo presioné pues para eso, que fuéramos al sistema independiente que las Fuerzas Armadas no lo quisieron, eso ocurrió y eso sí quiero certificarlo con la verdad. (depoimento de Marvin Ponce, CVR, p. 163)

Por outro lado, declarações de políticos tradicionais próximos ao presidente demonstram preocupação acerca do atrelamento de Zelaya com a imagem de Hugo Chávez, ao persistir na ideia de fazer a consulta popular com um fim de modificar a Constituição. Como declara o empresário Enrique Morales, assessor de Zelaya:

Le reiteré que lo de la Cuarta Urna había dado un giro totalmente negativo en su imagen ante la sociedad, luego de que la comparencia televisiva de él, junto con Hugo Chávez, había entrado en una gran contradicción con lo que él mismo había expresado días antes en la conferencia de prensa adonde se declaró demócrata, cristiano, pro empresa privada y anticomunista, que ahora todo mundo estaba pre ocupado, generando sosiego, paralizando la inversión y provocando fuga de capitales. (p. 164)

Os depoimentos mostram que Zelaya estava prestes a desistir da consulta, já que seus ministros mais próximos e até o autor intelectual da quarta urna estavam aconselhando a suspensão da consulta. Mudou de ideia no último momento, um pouco antes de entrar em cadeia nacional, por pressão de alguns assessores, mas, principalmente pela obstinação de líderes de organizações populares que estavam dispostas a garantir o que fosse preciso, utilizando-se da estrutura organizativa dos movimentos sociais, para a realização da consulta popular sobre a Quarta Urna.

Os fatos são também reveladores do grau da aproximação entre Zelaya, movimentos sociais e sindicais e partidos políticos “menores” (fora do esquema bipartidário). Tal aliança havia chegado a um patamar inesperado, considerando a própria trajetória política de Zelaya e

a cultura política hondurenha de maneira geral - historicamente distante dos trabalhadores e altamente intoxicada pela influência do setor empresarial nacional e estrangeiro.

### **3.5 Análise jurídica dos fatos a partir do relatório da *Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR)* e da *Comisión de Verdad (CdV)***

A partir da análise do texto do decreto que cria a consulta, a CVR considera que houve uma “clara violação legal e constitucional” do presidente Zelaya neste tema. O trecho que diz que “el resultado positivo de esta consulta popular serviría de legítimo fundamento para que el Poder Ejecutivo remita al Congreso Nacional un proyecto de ley especial para colocar la cuarta urna en las elecciones generales” (CVR, 2011, p. 180) representa, na opinião dos comissionados, um claro efeito vinculante, dando à chamada “pesquisa de opinião” ares de plebiscito. Sendo assim, deveria ter sido proposta e executada pelo TSE e não pelo INE, de acordo com a interpretação do artigo 5 da Constituição, cujos trechos reproduziremos abaixo

(...)Una ley especial aprobada por dos terceras partes de la totalidad de los diputados del Congreso Nacional, determinará los procedimientos, requisitos y demás aspectos necesarios para el ejercicio de las consultas populares. El referéndum se convocará sobre una Ley Ordinaria o una norma constitucional o su reforma aprobadas para su ratificación o desaprobación por la ciudadanía. El plebiscito se convocará solicitando de los ciudadanos un pronunciamiento sobre aspectos constitucionales, legislativos o administrativos, sobre los cuales los Poderes Constituidos no han tomado ninguna decisión previa.

Por iniciativa de por los menos diez (10) Diputados del Congreso Nacional, del Presidente de la República en resolución del Consejo de Secretarios de Estado o del seis por ciento (6%) de los ciudadanos, inscritos en el Censo Nacional Electoral, habilitados para ejercer el sufragio, mediante sus firmas y huellas dactilares debidamente comprobadas por el Tribunal Supremo Electoral, el Congreso Nacional conocerá y discutirá dichas peticiones, y si las aprobara con el voto afirmativo de las dos terceras partes de la totalidad de sus miembros; aprobará un Decreto que determinará los extremos de la consulta, ordenando al Tribunal Supremo Electoral, convocar, organizar y dirigir las consultas a los ciudadanos señaladas en los párrafos anteriores.<sup>39</sup>

Interpretação diferente tem a *Comisión de Verdad*, segundo a qual, a consulta social proposta não poderia estar sujeita às regras anunciadas no artigo 5 da Constituição, já que no

---

<sup>39</sup> Constituição de Honduras de 1982. Disponível em <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Honduras/hond05.html>

momento do decreto não existia uma lei especial que regulasse essas figuras de consulta (a lei que regulamenta só foi publicada em 8 de julho de 2009). Ante esse vazio legal, o único instrumento regulatório era a *Ley de Participación ciudadana*, que não definia um procedimento específico para as consultas, sendo bem genérico. (2012, p. 210)

Também inconstitucional, na opinião da CVR, é o “objetivo de fundo” da consulta popular, que resultaria, ao final, numa mudança completa da Constituição, o que não pode ocorrer, já que o artigo 374<sup>40</sup>, sobre reforma constitucional, somente permite a reforma parcial da Constituição de Honduras. De acordo com a avaliação da Comissão,

en efecto se pretendia que, si el resultado de la consulta resultaba positivo, se creara una Cuarta Urna en las elecciones de que la población hondureña pudiese resolver sobre la convocatoria a una Asamblea Constituyente que realizara una reforma integral de la Constitución política. Esta pretensión de fondo sí resulta claramente violatoria a la propia Constitución, que no prescribe un mecanismo para su reforma total, en tal sentido, la pretensión de la consulta sí resultaba claramente inconstitucional. (2011, p.182)

No entanto, a CVR admite um problema no sistema jurídico hondurenho nessa impossibilidade de reforma geral da Constituição, o que impediria uma sociedade de reinventar-se politicamente se assim fosse o desejo de uma maioria. A Comissão explica que tais cláusulas pétreas, que não permitem a reforma total e nem a reeleição, escritas na Constituição de 1982, se inserem num contexto de redemocratização, em uma momento de defesa frente a possibilidade de novas ditaduras militares, de modo que, no imaginário coletivo traumatizado por épocas ditatoriais, é fácil identificar uma relação entre constituinte e intenção de perpetuar-se no poder, apesar de que se trata de dois problemas distintos.

É importante pontuar que a CVR não abordou o fato de que em janeiro de 2011 (o informe final da CVR foi entregue em junho de 2011), o Congresso Nacional de Honduras aprovou uma reforma no artigo 5 da Constituição liberando as consultas populares orientadas a reformar o artigo 374, o que anteriormente restringia a forma de governo, o período presidencial e a reeleição<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> **ARTICULO 374.-** No podrán reformarse, en ningún caso, el artículo anterior, el presente artículo, los artículos constitucionales que se refieren a la forma de gobierno, al territorio nacional, al período presidencial, a la prohibición para ser nuevamente Presidente de la República, el ciudadano que lo haya desempeñado bajo cualquier título y el referente a quienes no pueden ser Presidentes de la República por el período subsiguiente.

<sup>41</sup> Ver “Aprobadas reformas a la Constitución de Honduras”. La prensa. <http://www.laprensa.hn/honduras/547252-97/aprobadas-reformas-a-constituci%C3%B3n-de-honduras> (acessado em 19/01/2016)

Isso mostra mais uma vez que os fatores que levaram ao golpe contra o presidente Zelaya tiveram muito mais motivações ideológicas do que disputas normativas e apego à lei e à Constituição. Mal havia passado um ano da sessão que destituiu o presidente Zelaya, praticamente o mesmo Congresso abre mão de seu maior argumento contra o ex-presidente: a acusação de que este pretendia reformar a Constituição para permitir a reeleição. Sobre isso, o advogado hondurenho Rodil Rivera faz uma aberta crítica ao relatório da CVR, em texto publicado pelo *Centro de Documentación de Honduras*, como parte de um boletim intitulado *Análisis sobre el informe de la Comisión de la Verdad y la Reconciliación*:

Difiero con la insinuación, para llamarla así, de que el golpe de Estado se debió a “confrontaciones institucionales” ocurridas en Honduras antes del 28 de junio de 2009. El golpe de Estado tuvo sus razón de ser fundamental en la feroz oposición de la extrema derecha nacional e internacional a los cambios que intentó llevar a cabo el expresidente Zelaya (2011, p.12).

Ainda de acordo com a análise da CVR sobre a Constituição hondurenha, Zelaya poderia sim ser julgado e punido por não ter obedecido às ordens judiciais de cancelamento da consulta popular. No entanto, o conteúdo dos requerimentos contra o presidente foram demasiadamente amplos e genéricos, na avaliação dos comissionados, e abandonaram a linha de argumentação que versa sobre desacato judicial por parte do ex-presidente (2011, p.179)

De fato, o conteúdo do requerimento emitido pelo Ministério Público em 25 de junho tratava mais sobre “tentativas” de supostos crimes do que sobre fatos consolidados. O presidente foi acusado, pro exemplo, de “traição à pátria”, porque ao decretar a realização de uma consulta popular com o objetivo final de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, estaria suplantando a soberania popular de Honduras e teria usurpado do poder legislativo a função de reformar a Constituição. Contudo, a consulta nunca chegou a ser realizada. Outras acusações foram “abuso de autoridade”, “usurpação de funções” e “delito contra a forma de governo”. (2011, p.188).

Os comissionados consideram que o tipo de delito acusado contra o ex-presidente apresenta perigos contra a estabilidade de um Estado de Direito e abre margem para que os líderes estejam vulneráveis à perseguições políticas institucionais. No entanto, no que parece ser uma tentativa de manter a “imparcialidade”, esclarecem que

Al plantear esta idea, nos abstraemos de la concreta situación presentada en Honduras en el sentido de que no afirmamos en modo alguno que las

acciones tomadas en su oportunidad contra el depuesto presidente Zelaya constituyeran “mera persecución política” (CVR, 2011, p.192).

Além disso, a CVR se posicionou contrária à ordem do TSE de mandar incinerar o material que seria utilizado na pesquisa de opinião. “La orden resulta perniciosa, especialmente porque no se realizó el peritaje debido, para el esclarecimiento de los hechos y la asignación de responsabilidades” (2011, p. 188). Outra análise favorável a Zelaya foi a que considerou que não houve violação na demissão do general Romeo Vasquez Velasquez. Segundo a Constituição, o mandatário pode nomear ou remover livremente o chefe de *Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas*, por se tratar de um cargo de confiança (2011, p.179).

Sobre este tema, ambas as comissões da verdade elaboradas coincidem. Mas a CdV ressalta a rapidez com que as instituições jurídicas trabalharam, tanto para impedir a consulta popular como para restituir o general no cargo:

El fiscal de defensa de la Constitución presentó el recurso a las 10 horas y 50 minutos de la mañana del día 25 de junio, en contra de la separación del general Romeo Vásquez Velásquez y a las 12 horas y 59 de la tarde de ese mismo día (dos horas y nueve minutos después de interpuesto el recurso) ya se había notificado a la Procuradora General de la República de la decisión de amparar al general y declarar la suspensión anunciada menos de 24 horas antes por el Presidente José Manuel Zelaya Rosales (2012, p. 210).

Estas análises dos acontecimentos nos apontam que, a despeito de qualquer desobediência normativa que o presidente Manuel Zelaya possa ter cometido, houve uma perseguição jurídica ao mandatário com fortes motivações ideológicas, explicitadas tanto pela rapidez com que se trabalhou para implodir a proposta da Quarta Urna, quanto pelo desapego ao principal argumento utilizado para se opor ao projeto, que passou a não valer depois da destituição do Zelaya. O presidente foi acusado de “traição à pátria”, mas os fatos indicam que a acusação que estava sendo proferida era a de “traição à classe”. A esta a qual Zelaya sempre pertenceu, mas passou a incomodar na medida em que buscou novos aliados, internos e externos, e novas diretrizes democráticas que pressupunham aumento de participação popular na política - lugar que sempre foi restrito à elite.

### 3.6 Destituição do presidente Zelaya: golpe de Estado ou sucessão presidencial?

No que se refere à captura, expatriação e destituição do então presidente Manuel Zelaya, a *Comisión de la Verdad y la Reconciliación*, deixa momentaneamente de lado a postura “não inquisidora” e assume posições mais duras e mais próximas às da CdV perante as ações levadas a cabo pelas instituições e parlamentares envolvidos no processo.

Em primeiro lugar, concluem que as Forças Armadas não tem faculdade para ser instrumento de execução ou aplicação do poder Judicial. O artigo 293 da Constituição hondurenha deixa claro que essa função é privativa da Polícia Nacional, de modo que o envolvimento dos militares no processo coloca luz no poder “de facto”<sup>42</sup> que eles ainda exercem na sociedade hondurenha, mesmo no período democrático.

Em seguida, a CVR destaca a ausência de procedimentos definidos na literatura jurídica de Honduras para remover ou “chamar às contas” ao presidente da república. Utilizam, portanto, os princípios básicos do constitucionalismo moderno para avaliar a crise, uma vez que Honduras é país ratificante da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), a qual contempla, em seu artigo 8, os elementos básicos do devido processo. Diante disso, a CVR afirma que

un presidente u cualquier outro jerarca de nombramiento popular no puede ser destituido por una resolución judicial, sino unicamente por una resolución del Congreso o el Parlamento, siguiendo un procedimiento y un debido proceso. Eso no existió en el caso del supuesto proceso “destitutorio” del ex-presidente Zelaya y se trató-en consecuencia – de una destitución que violó normas básicas del derecho comparado moderno (2011, p.192).

Alguns dos elementos básicos a serem seguidos, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos<sup>43</sup> seriam: direito a ser escutado, com as devidas garantias, dentro de um prazo razoável para a formulação da defesa; direito à presunção da inocência enquanto não se estabeleça sua culpabilidade; comunicação prévia e detalhada da acusação

---

<sup>42</sup> De acordo com o relatório da *Comisión de la Verdad y la Reconciliación*, “poderes facticos”, são característicos da cultura política de Honduras. A expressão foi usada por diferentes pessoas consultadas pela Comissão e se refere as “personas del entorno económico, político, militar, mediático y religioso (entre otros) que – por la acumulación de poder – actúan por sobre el poder de las leyes y de las instituciones” (2011, p.81).

<sup>43</sup> Disponível em [http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao\\_Americana.htm](http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm)

formulada, entre outros. Nenhum desses procedimentos foram observados durante o processo que derrocou o presidente Manuel Zelaya.

Mais grave se mostrou o processo de captura e expatriação de Zelaya. O depoimento do ex-presidente à ONU, apenas dois dias após o ocorrido, é revelador do grau de violência, ameaça e vulnerabilidade à qual foi submetido. Aqui reproduzimos um trecho:

Cuando habían vencido a la guardia (...) entonces los habían amarrado, los habían sometido y golpeado fuertemente, porque hay gente golpeada, nada más que se los llevaron a los cuarteles, nadie saben como están. Entonces empezaron a romper los portones, en mi casa solo estaban mi hija en otra habitación. Mi hija que tiene veintem años y su servidor. Y las trabajadoras abajo. Inmediatamente corrí para abajo, en traje de pijamas. Baje las gradas y me escude de los balazos porque empezaron a producirse balazos por el lado derecho y por el lado izquierdo. Empezaron a surgir balazos, pero de armas pesadas, fuertemente, entonces me escudé en uno de los aires acondicionados que estaban fuera. Cuando en eso, entraron de un solo porque rompieron las puertas a culatazos. Una vez que cedieron los llavines, inmediatamente me encañonaron. Y yo tenía el celular en la mano porque estaba hablando a las emisoras a ver si podía denunciar lo que estaba pasando. Ya tenía un periodista en el aire. Entonces encañonado con más de ocho rifles, pistolas y puñales, encañonado, unos en el pecho y otros en la cara, unos me decían: ¡Suelta ese celular, sino vamos a disparar! ¡esta es una orden militar, suelte el celular, suéltelo, vamos a dispararle, suelte el celular! (apud CVR, 2011, p.143).

Depois da detenção, o que procedia, a juízo da CVR, era prendê-lo preventivamente e colocá-lo à disposição do Congresso para abrir um processo de julgamento político. De fato, a ordem de captura emitida pela *Corte Suprema de Justicia* não previa a expatriação do presidente, e sim sua apresentação ao juiz natural que estava no comando do caso.

A decisão de expulsão do presidente Zelaya de Honduras foi assumida, portanto, pelas Forças Armadas como um “ato espontâneo”, com a justificativa de que manter o presidente no país representaria situações de perigo real à ordem pública, em um claro desrespeito à Constituição e às ordens da *Corte Suprema de Justicia*. De acordo com o ofício emitido pela chefatura do *Estado Mayor Conjunto* ao fiscal general da República, em janeiro de 2010,

Ante hechos notorios del comportamiento violento y agresivo de los seguidores de José Manuel Zelaya, quienes a través de actos realizados contra el orden público, se tuvo la certeza que estarían dispuestos y bajo cualquier costo a derramar la sangre y causar el caos nacional (...)

(...) en consecuencia, ante esta disyuntiva, se vieron en la necesidad urgente, inevitable e irremediable de quebrantar la orden judicial con el fin de evitar un mal mayor (muerte de personas) sobre cualquier otro mal de menor

magnitud (in subordinación a una orden judicial). (apud CVR, 2011, p. 144).

A *Corte Suprema de Justicia* foi avisada da expatriação de Zelaya pelo embaixador dos Estados Unidos, Hugo Llorens, às 7h, segundo depoimento do presidente da Corte à CVR. O silêncio que se seguiu depois da detenção, expatriação e não apresentação do presidente, por parte do juiz executor, René Antonio Hepburn, ante o juiz natural que ordenou sua detenção, levou a CVR a concluir que o sistema de justiça considerou válidas as ações das Forças Armadas e do Congresso Nacional no dia 28 de junho. Ou seja, o sistema jurídico hondurenho compactuou, em alguma medida, com o processo inconstitucional de remoção do presidente.

A CVR também cita a análise feita pelo laboratório de Documentologia do Laboratório Criminalístico y de Ciências Forenses do Ministério Público, que conclui que a assinatura da suposta carta de renúncia do presidente Zelaya apresentada na sessão do Congresso de 28 de junho é falsa. Por fim, a CVR conclui que houve sim um “golpe de Estado” em Honduras.

A partir de esa conclusión, los comisionados consideramos que lo ocurrido en Honduras el 28 de junio de 2009 fue un golpe de Estado y que el Gobierno que le sucedió es ilegal. Producto de la ilegalidad en la cual Honduras venía cayendo en ese continuado proceso de erosión de su democracia, no se siguió el debido proceso, con lo cual cualquier forma de remoción del presidente *no tiene otra interpretación que un golpe de Estado* (2011, p. 202, grifo nosso).

Tal interpretação coincide com a da organização *Humans Rights Foundation* (2009), que também elaborou um trabalho de investigação sobre a crise hondurenha, intitulado “*Los hechos y el derecho de trás de la crisis democrática de Honduras, 2009. Un análisis de derecho constitucional y derecho internacional*”, onde considerou o evento inconstitucional:

Si el presidente Zelaya hubiera renunciado voluntariamente y su renuncia hubiese sido admitida por el Congreso, entonces, su mandato presidencial habría concluido anticipadamente y la sucesión presidencial al presidente del Congreso, Roberto Micheletti, se habría producido de conformidad con la Constitución de Honduras. Sin embargo, los hechos sugieren que el presidente Zelaya ni siquiera firmó la carta de renuncia de 25 de junio, y que el Congreso la aprobó de mala fe a sabiendas de su falsedad, o al menos de manera negligente por no inquirir sobre su veracidad. Por tanto, la

terminación anticipada del mandato del presidente Zelaya, como efecto de la aprobación de esta carta de renuncia, debería ser considerada inconstitucional.

O conceito de Golpe de Estado, como esclarece dito estudo, não é um conceito jurídico e tampouco encontra definição na literatura do direito internacional ou mesmo interna em Honduras. De acordo com a sistematização da *Human Rights Foundation*, após análise de 15 fontes, entre dicionários e livros que tratam sobre o tema, trata-se de uma expressão política que se refere à destituição de presidentes de maneira forçada, repentina, violenta ou coercitiva, e em desrespeito aos procedimentos constitucionais (2009, p.110). Ainda de acordo com esse documento, a participação militar não é necessária para configurar um golpe de Estado, “aunque sí puede ayudar a diferenciar al “golpe militar”, de otras especies del género golpe de Estado” (p.112).

Não obstante, de acordo com o “Dicionário Político”, de Norberto Bobbio (1983), o conceito de Golpe de Estado tem sofrido modificações ao longo do tempo, principalmente no que se refere aos atores-chave (quem faz) e na metodologia aplicada (como se faz). No entanto, a característica principal e que nunca sofre alterações é a de que “o golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado” (p. 545).

Soma-se a essa “lei geral” do Golpe de Estado, outras características geralmente identificadas no processo: o elemento surpresa e a participação, neutralidade ou conivência dos militares (nunca indiferentes). Como sintetiza Carlos Barbé, autor do verbete “golpe de Estado” em dito dicionário,

Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física (1983, p. 546).

O “moderno” a que Barbé se refere é qualificativo dos golpes de Estado da década de 1970 que, em sua grande maioria, resultaram em regimes militares, caracterizados por um novo padrão de acumulação capitalista, baseado na expansão de empresas transnacionais com seu enorme poder econômico, tecnologia e técnicas de comercialização. Na análise de Atílio Boron (2003), o capital está, neste momento, orientado para o mercado interno das economias dependentes e subdesenvolvidas, cada vez mais internacionalizadas, e a classe dominante no

Estado é a burguesia monopólica internacional, em aliança com os militares e com segmentos da pequena burguesia.

Estes “novos<sup>44</sup>” regimes políticos teriam a tarefa de garantir para a burguesia monopólica transnacional a obtenção de altas taxas de lucro para tornar “atrativo” o investimento. Boron conclui sua análise afirmando que:

Lo que deseamos enfatizar aquí es que el Estado Militar es la alternativa histórica al fascismo, la solución actual que genera la nueva fase del desarrollo capitalista en la periferia. Refleja otro tipo de crisis económica, política e ideológica para otra alianza de clases dominantes en una nueva modalidad de acumulación (BORON, 2003, p.83).

Ainda que o golpe de Estado de Honduras em 2009 contou com uma participação militar ativa e se encaixe nas características do conceito de golpe de Estado moderno a que Barbé e Boron se referem, ele se insere em um novo momento do capitalismo, onde as bases políticas e econômicas descritas acima, longe de estarem superadas, acentuaram-se, graças à hegemonia do modelo neoliberal gestado desde a década de 70.

O cientista político cubano, Roberto Regalado, ao analisar as diversas tentativas de desestabilização de governos progressistas na atualidade, identifica uma novidade na ofensiva que, na opinião do autor, tenta reverter os avanços democráticos na região. Para ele, diante da nova conjuntura de “*cambio de época*”, as forças conservadoras tiveram que achar uma nova “metodologia”, evitando, dessa forma, o rechaço que causa a lembrança de ditaduras militares de outrora.

La «metodología» actual estipula que los militares golpistas desaparezcan rápido de la escena y que le «cedan las cámaras y los micrófonos» a un «presidente» y a un «gobierno» civiles que, mediante una elección, una reforma constitucional u otra fórmula, imponga un *nuevo statu quo* «democrático» acorde a los intereses del imperialismo” (REGALADO, 2010, p. 8-9, grifo do autor).

Conseguimos identificar as características descritas nesse método no caso do golpe de Honduras. Seguiu-se uma metodologia, mais discreta, travestida de “sucessão presidencial”, como tentou “teatralizar” o Congresso Nacional na fatídica sessão de 28 de junho. Além disso, foram realizadas eleições presidenciais em Honduras, em novembro de 2009, ainda que sem a participação de candidatos da resistência (que a boicotaram), com ampla margem de

---

<sup>44</sup> Boron chama de “novos” em comparação com o que ele considera como regimes “tradicionais” (Trujillo, Somoza, Stroesner).

abstenção da população e com um país convulsionado, em estado de sítio e sob constantes toques de recolher. Foi eleito Porfírio Lobo Sosa, do Partido Nacional, que manteve uma repressão mais discreta, camuflada sob um discurso de “reconciliação nacional”, ao tempo em que tentava provar a legitimidade do novo governo e angariar reconhecimento e apoio internacional, como veremos ao longo do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4 – PÓS-GOLPE E A REORGANIZAÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL

As mudanças ocorridas no cenário político, social e econômico da sociedade hondurenha no período posterior ao golpe de Estado pode ser um indicativo dos interesses que permearam a derrocada brusca do presidente Manuel Zelaya da presidência. Analisar algumas delas é o objetivo deste quarto capítulo. Para isso, estabelecemos como parâmetros de análise os seguintes aspectos: capital financeiro e industrial transnacional, violações dos direitos humanos, mobilização popular em resistência ao golpe e âmbito internacional da crise. O período analisado foi o de 2009 a 2011, que abrange o governo interino de Roberto Micheletti e o os primeiros anos do governo que se seguiu após as eleições diretas que elegeram Porfírio Lobo Sosa.

O governo de Porfírio Lobo Sosa (2010-2013), manteve praticamente a mesma conformação do governo interino de Roberto Micheletti e, como relatado no capítulo anterior, continuou com a repressão na ordem do dia, camuflada sob um discurso de “reconciliação nacional” e, por vezes, ofuscada pelo alto nível de violência comum. As alianças construídas entre os movimentos so

ciais e o governo durante a gestão Zelaya foram duramente interrompidas no período pós-golpe. Os movimentos e seus dirigentes passaram a fazer oposição deliberada ao governo e, como consequência, muitos militantes foram perseguidos, presos, exilados e até mortos.

Por outro lado, buscou-se ampliar as alianças com os militares e com a elite empresarial do país. No campo da política, um dos principais exemplos da conivência do governo de Porfírio Lobo Sosa com o golpe de Estado foi o fato de que o general Romeo Vasquez Velásquez foi nomeado, em março de 2010, como gerente da empresa estatal mais lucrativa de Honduras, a Hondutel, empresa de telecomunicações. O general só deixou o cargo em 2013, quando renunciou para se candidatar à presidência da República nas eleições daquele ano. Velásquez, vale recordar, foi um dos principais protagonistas da crise de 2009 – quando era comandante do *Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas* e executou a captura do então presidente Zelaya, além de ordenar ilegalmente sua expatriação. No período pós-golpe, os militares também ficaram a cargo de outros âmbitos administrativos importantes, como a Direção Geral de Política Migratória e a Direção Geral da Marinha Mercante.

Já as elites empresariais obtêm do Estado depois da queda de Zelaya um ambiente favorável de proteção aos negócios, conseguindo, mediante influência histórica no Congresso Nacional, impor as próprias regras no jogo econômico, aprovando leis que vão ao encontro de seus interesses comerciais. Como analisa a *Comisión de Verdad (CdV)*:

Nuevos Intereses económicos y empresariales vinculados al nuevo orden global han permeado a los partidos políticos, al punto de ceder incluso, la titularidad de una parte del territorio nacional a estos capitales transnacionales, como es el caso con las empresas maquilladoras, la industria extractiva y la más reciente creación de las “ciudades modelo” o Regiones Especiales de Desarrollo (2012, p. 47).

O setor empresarial recupera neste período uma relação de “parceria” com o executivo e com o legislativo que esteve estremecida ou ameaçada durante o governo de Manuel Zelaya, pela série de medidas tomadas pelo mandatário - como a mudança na gestão dos combustíveis, a decisão de aumentar o salário mínimo e a postura ambivalente na política externa – relatadas no terceiro capítulo desta pesquisa. Ainda que o presidente Zelaya não estivesse colocando em perigo a ordem econômica vigente, nem propondo um novo sistema político, seu governo pode ter sido visto como um risco ou uma ameaça à “segurança” e “estabilidade” necessárias para o bom funcionamento da modalidade de acumulação capitalista em sua fase imperialista.

#### **4.1 Honduras (mais) aberta aos negócios**

Queremos destacar alguns projetos propostos e aprovados pelo Congresso Nacional de Honduras no governo de Porfirio Lobo Sosa que versam sobre temas a respeito do controle de território, recursos naturais, flexibilização laboral e ilustram como o Estado, principalmente em sua forma neoliberal, beneficia o capital financeiro e o industrial transnacional.

Talvez o mais emblemático deles, o projeto que pretende criar *Zonas Especiais de Desarrollo (ZEDE)*, também conhecidas como “ciudades modelo”, propõe mudanças constitucionais que permitem a criação de territórios com privilégios especiais, como um sistema judicial e de cobrança de impostos próprios e uma força policial específica, com vistas a facilitar sua exploração por empresas estrangeiras.

Em 2011, o tema das “cidades modelo” teve muita presença no debate nacional, sendo pauta de manifestações populares e de reportagens na mídia. O idealizador do projeto, o economista estadunidense, Paul Romer, esteve em Honduras neste ano e trabalhou arduamente para a implementação das ZEDEs. Em entrevista ao jornal El Heraldo, em 27 de abril, o economista dá a “receita” de como deve funcionar essas regiões especiais, consideradas pelo jornal “a ponta de lança para o desenvolvimento do país”.

Segundo afirmou na entrevista, as cidades modelo, cuja principal referência é a cidade de Hong Kong, deverão ser geridas por uma autoridade própria, a “*autoridad de desarrollo*”, que alugaria terrenos aos “urbanizadores privados” - proprietários de estruturas “prédios, unidades”, mas não do terreno. Dessa maneira, “la autoridad de desarrollo contará con ganancias para financiar los gastos públicos, tribunales, escuelas, clínicas médicas, policía y sanidad”, explicou Paul Romer<sup>45</sup>.

Além do imperativo da “autonomia política”, o economista apontou para a necessidade do governo de garantir “segurança” aos investidores.

La clave para garantizar inversiones a largo plazo está en involucrar a los socios adecuados y en crear la *estructura de gobierno correcta* en la nueva zona. Cualquiera que esté pensando en invertir en la nueva zona deseará una garantía confiable de que *sus empleados y sus bienes estarán seguros*. Al trabajar con gobiernos socios con buena credibilidad, la autoridad de gobierno de la nueva zona podrá brindar esta garantía (Paul Romer, entrevista en El Heraldo, 2011, grifo nosso, arquivo pessoal).

A necessidade de uma autoridade governamental apontada por Romer, revela a fragilidade da teoria liberal clássica que apregoa o Estado mínimo e defende a autorregulamentação do mercado (Milton Friedman). Ao contrário, o Estado precisa garantir um ambiente estável para os negócios, o direito à propriedade privada e a credibilidade internacional do país.

O entusiasmo do economista com a ideia de privatização e o fato de que Romer foi contratado pelo governo de Porfirio Lobo Sosa como consultor<sup>46</sup> do projeto das cidades

---

<sup>45</sup> “Una RED dinámica da oportunidades a las personas que viven cerca”. Jornal El Heraldo, 27 de abril de 2011. Versão impressa. Arquivo pessoal, não disponível na internet.

<sup>46</sup> Em 2011, Paul Romer foi nomeado pelo governo hondurenho como presidente da Comissão de Transparência do projeto que cria as ZEDEs. Contudo, em 2014, após aprovação da lei, Romer renunciou ao cargo por considerar que havia justamente falta de transparência em contratos que a agência hondurenha responsável pela aliança público-privada vinha firmando com empresas privadas.

modelos também é revelador do poder do lobby de grandes empresas transnacionais dos Estados neoliberais.

Gran parte de la infraestructura de la ciudad podría financiarse mediante inversores privados que deseen cobrar una tarifa por los servicios que presten. Por ejemplo, el sistema de agua municipal podrían construirlo y operarlo *empresas como Suez o Aguas de Barcelona* que recuperarían sus inversiones al cobrar tarifas a los usuarios (Paul Romer, entrevista en El Herald, 2011, grifo nosso, arquivo pessoal).

O papel do Estado no processo de imposição desse projeto a todo custo se expressou durante a tramitação da lei que cria as cidades modelos. A lei foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2012, mas indeferida pela *Corte Suprema de Justicia*. Em seguida, quatro juízes, justamente os que votaram contra o projeto, foram destituídos arbitrariamente – o que demonstra que a tal “liberdade”, apregoada pela doutrina neoliberal, não guarda nenhuma relação com a democracia. O projeto que pretende criar as “cidades modelo” voltou a ser encaminhado e aprovado pelo Congresso Nacional em 2013, dessa vez com outro nome (ainda que mantendo a mesma sigla), *Zona de Empleo y Desarrollo Económico - ZEDE*<sup>47</sup>.

Outro exemplo de como o Congresso Nacional atuou em benefício do capital privado no período posterior a crise de 2009 é o *Programa Nacional de Empleo por Hora*. Aprovado em novembro de 2010, trata-se de uma lei que estimula os empregadores a trocar a oferta de cargos permanentes de tempo integral por trabalhos temporários de meio período. Já a *Ley para la Protección y Promoción de Inversiones* proporciona garantias e facilidades para o investimento estrangeiro no país. Somadas à *Ley de Promoción de Alianzas Público-Privadas*, fecham o *Programa Nacional de Promoción de Inversiones 2010-2014*, que sustentou o programa de governo de Porfirio Lobo Sosa em matéria econômica.

Esses esforços por atrair investimento estrangeiro para Honduras se inserem no contexto da crise econômica que assolava o país depois do golpe de Estado, quando a economia foi asfixiada pelas sanções internacionais que fecharam as portas do mercado externo, principalmente quando o país foi expulso dos organismos multilaterais dos quais participava. Aliado à crise econômica mundial, o cenário resultante foi de um crescimento

---

<sup>47</sup> Ver Ley Organica de las Zonas de Empleo y Desarrollo Económico. Disponível em: [http://www.tsc.gob.hn/leyes/Ley\\_zonas\\_empleo\\_desarrollo\\_eco\\_2013.pdf](http://www.tsc.gob.hn/leyes/Ley_zonas_empleo_desarrollo_eco_2013.pdf)

econômico negativo (de -1,9% em 2009), e de aumento da dívida externa, que chegou a 101,7 milhões de dólares, de acordo com dados da Cepal<sup>48</sup>.

A partir de 2010, com a realização da eleição direta, Honduras começou a normalizar as relações com organismos multilaterais financeiros comandados pelos EUA, país que reconheceu prontamente a legitimidade do governo de Porfírio Lobo Sosa. Com isso, o governo conseguiu, por exemplo, a aprovação de um programa com o FMI que concedeu um crédito de 202 milhões de dólares.

Todo esse esforço culminou com a realização do super-propagandeado evento “*Honduras is open for Business*” (Honduras está aberta aos negócios), em maio de 2011, que ofereceu a empresários de todo o mundo oportunidades de negócios nas áreas de geração de energia, agronegócio, *maquila*, turismo e infraestrutura. Os projetos ofertados à iniciativa privada foram avaliados pelo governo em cerca de 15 bilhões de dólares, montante aproximado ao PIB do país em 2010, que foi de 16.288 bilhões de dólares.

Em seus discursos durante o evento, o presidente Porfírio Lobo Sosa procurou passar uma imagem de credibilidade e destacar os esforços que se estavam levando a cabo no legislativo para garantir a segurança jurídica e política necessárias aos empresários estrangeiros. Propagandeou exaustivamente as leis recém-aprovadas pelo Congresso no marco do *Programa Nacional de Promoción de Inversiones 2010-2014* e tentou, a todo custo, “vender” uma suposta estabilidade política no país. Disse o presidente Porfírio Lobo: “Honduras cuenta con una economía social de mercado, que quede muy claro”, para depois concluir “en Honduras, la vida va a seguir normal”<sup>49</sup>, em alusão à crise do ano anterior.

Suplementos especiais e reportagens longas em todos os jornais, além de spots propagandísticos na televisão, explicavam os benefícios proporcionados pelas leis recém-aprovadas<sup>50</sup>: garantia de igualdade de tratamento ao investimento estrangeiro, em relação aos investidores locais, garantias de proteção a marcas e patentes, contratos de estabilidade fiscal, garantia de não expropriação de bens, contratos de estabilidade jurídica, entre outros.

---

<sup>48</sup> “Honduras: evolución económica durante 2010”, CEPAL, janeiro de 2011. Disponível em:

[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25947/LCmexL989rev1\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25947/LCmexL989rev1_es.pdf?sequence=1)

<sup>49</sup> “Honduras cuenta com una economía social de mercado”, jornal Tiempo, 6 de maio de 2011. Edição impressa. Arquivo pessoal, não disponível na internet.

<sup>50</sup> “Invertir en Honduras será más fácil y seguro”, suplemento especial do jornal Tiempo, 6 de maio de 2011, edição impressa. Arquivo pessoal, não disponível na internet.

Além disso, na cerimônia de abertura do evento - onde estiveram presentes o empresário mexicano, Carlos Slim; o então presidente da Guatemala, Alvaro Colon; o ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe; e o subsecretário de comércio dos Estados Unidos, Francisco Sánchez – foram feitos muitos elogios ao governo de Porfírio Lobo, à realização do evento e à importância da abertura econômica para a iniciativa privada. A presença de quadros políticos da direita latino-americana, parecia reforçar uma campanha internacional para a reinserção de Honduras na OEA, impedida principalmente pelos governos progressistas do continente que não reconheciam a legitimidade do novo governo. O discurso de Álvaro Uribe, especialmente, criticou tais governos e pareceu comemorar o fato de que Honduras não se tornou um desses países:

Alegra-me muito o que está ocorrendo em Honduras. Enquanto outros países da região estão nisso que chamam de 'novo socialismo', aqui estão fazendo um voto de fé no investimento privado para resolver a pobreza e construir equidade. Qual socialismo triunfou? Nenhum! Me dizem que o governo da Venezuela faz grandes programas em matéria social. Minha pergunta é: são sustentáveis? Sem investimento privado é impossível sustentar este tipo de política.<sup>51</sup>

Já o empresário Carlos Slim, que já foi considerado o homem mais rico do mundo pela revista Forbes, chamou atenção para a oportunidade de negócios oriunda do “atraso” dos países latino-americanos.

Todo lo que es rezago, la falta de infraestructura, falta de carreteras, falta de energía eléctrica, son oportunidades de inversión. Es oportunidad de negocios, de inversión empresarial. Que esa inversión sea la actividad económica que necesitan los países para desarrollar y tener acceso al bienestar. Creo que están dadas las bases y hay muchos proyectos que desarrollar en Centroamérica<sup>52</sup>.

Este trecho do discurso de Carlos Slim e todo o esforço do governo hondurenho em atrair investimento estrangeiro, mostra que os países “atrasados” continuam jogando um papel de receptor de capital excedente, como prevê a teoria da “ordenação espacial”, de David Harvey (2004), segundo a qual, uma das maneiras do capitalismo sobreviver às crises de sobreacumulação é a expansão geográfica, com investimento em infraestrutura física e social

---

<sup>51</sup> Trecho do discurso registrado pela autora em campo e publicado na reportagem: “Honduras: vende-se um país”, jornal Brasil de Fato, 12 de maio de 2011, edição impressa.

<sup>52</sup> “Buena educación, una cultura digital y empleo ayudan a superar la pobreza”, jornal Tiempo, 6 de maio de 2011, edição impressa. Arquivo pessoal, não disponível na internet.

de longa duração. De acordo com Harvey, os capitalistas buscam obter vantagens competitivas, deslocando-se pela estrutura especial, atraídos por locais com vantagens de localização (custos menores, recursos naturais ainda não explorados, menores taxações, etc) ou tecnológicas. O *Honduras is open for Business* pareceu ser justamente uma vitrine que expôs todas as “vantagens de localização” de Honduras, aliadas a uma suposta segurança institucional proporcionada pelo Estado neoliberal rearticulado após o golpe.

A cientista política e professora de estudos latino-americanos da UNAM, Silvina Romano (2013), considera que esta tendência a satisfazer as necessidades do “mercado”, é o indicador mais claro da consolidação do padrão primário-exportador e dependente, onde Honduras atua como plataforma de exportação e como espaço favorável para atividades como a da *maquila*, devido à possibilidade maior de exploração do trabalho. Além disso, abre espaço para que organismos como o FMI ditem as regras do jogo em troca de empréstimos.

Lo importante es que todos estos “avances” en la economía hondureña, que cuenta con un 60% de su población sobreviviendo por debajo de la línea de la pobreza<sup>53</sup>, genera las condiciones adecuadas para que el nuevo presidente negocie un préstamo con el FMI que tendrá como eje el replanteo de la “situación fiscal del gobierno central” (Central America Link, 16 de diciembre de 2013), es decir, el FMI impondrá una vez más el modo “correcto” de hacer las cosas, en una línea ya conocida en América Latina destinada a distanciarse lo más posible de la redistribución justa de recursos y riqueza. (ROMANO, 2013, p.112)

À véspera do *Honduras is open for Business*, o representante do FMI em Honduras, Henry Ma, elogiou o governo e exaltou a realização do evento numa entrevista de página inteira ao jornal El Herald, dando indicativos de que a política econômica estava agora controlada e estável, graças ao programa econômico subscrito entre o FMI e o governo. O economista previu, na ocasião, boas expectativas econômicas para o país com o crescimento da *maquila*, do setor cafeeiro e da confiança do setor privado devido ao “esforço para promover o clima de investimento”. Além disso, elencou as “tarefas pendentes do governo”, que como previu Romano, não tem relação com a diminuição da desigualdade social :

Se debe continuar con los esfuerzos importantes para mejorar la recaudación tributaria, mantener el control del gasto público, de manera especial el gasto corriente. Así como fortalecer la situación financiera de las empresas estatales y los institutos de previsión. (...) en el área que no es del sector gubernamental, se continúa con la aplicación de medidas para fortalecer la

---

<sup>53</sup> Esse número chega atualmente a 71% da população, conforme dados do Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/country/honduras>>. Acesso em 02 de março de 2016.

situación de los fondos de pensiones. Además, existe la intención de efectuar una auditoría en el Instituto Hondureño de Seguridad Social (IHSS)<sup>54</sup>

A última proposta de peso aprovada pelo Congresso Nacional em 2013<sup>55</sup>, a *Ley de Promoción del Desarrollo y Reversión de Deuda Pública*<sup>56</sup>, mais conhecida como “Lei Hipoteca” parece que veio fechar essa estratégia de aprofundamento do neoliberalismo. Trata-se do uso do instrumento mercantil da “hipoteca”, controlado e administrado pelos três principais bancos do país – Banco Atlântida, Banco Ficohsa e Banco Continental – para entregar em concessões a investidores privados, em sua maioria multinacionais, os recursos naturais do país considerados “ociosos”, para projetos de exploração. Em troca, o governo teria acesso a recursos líquidos para pagar a dívida interna do país.

De acordo com dados fornecidos pelo FOSDEH (Foro Social da Dívida Externa de Honduras)<sup>57</sup>, a dívida pública total, entre a consolidada e a flutuante, estava calculada, em 2013, em cerca de 14 bilhões de dólares e superou os 70% do PIB (Produto Interno Bruto). Desse total, mais da metade corresponde à dívida interna.

Todas essas medidas foram acompanhadas de uma crescente militarização e de uma forte repressão aos movimentos sociais, principalmente os que se reuniram na Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), surgida à raiz do golpe de Estado de 2009 que, não poucas vezes, travou lutas contra esses projetos. A área rural foi palco dos conflitos mais acirrados, onde camponeses disputavam seus territórios com grandes monopólios agrícolas que cultivam palma africana<sup>58</sup>, sendo o principal deles a *Corporación Dinant* – que em 2009 recebeu US\$ 15 milhões da Corporação Financeira Internacional (IFC), um braço do Banco Mundial que faz empréstimos para empresas privadas e, em 2011, US\$ 70 milhões foram enviados a um banco hondurenho, o Banco Ficohsa, que é um dos maiores financiadores da empresa<sup>59</sup>.

---

<sup>54</sup> “Honduras is Open For Business es buena señal para inversionistas”, jornal El Herald, 2 de maio de 2011, edição impressa. Arquivo pessoal, não disponível na internet.

<sup>55</sup> O presidente Porfirio Sosa prometeu vetar a lei às vésperas das eleições, em novembro de 2013, com medo de influenciar os resultados negativamente. Contudo, após a eleição de Juan Orlando Hernández, seu sucessor, publicou a lei no Diário Oficial, ainda em dezembro de 2013.

<sup>56</sup> Disponível em <http://www.tsc.gob.hn/biblioteca/index.php/leyes/523-ley-de-promocion-del-desarrollo-y-reconversion-de-deuda-publica>

<sup>57</sup> Fonte: Opera Mundi

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/30741/honduras+a+venda+lei+hipoteca+reforca+pacote+de+privatizacoes+pos-golpe+.shtml>

<sup>58</sup> A palma africana (da qual se extrai óleo vegetal) converteu-se em uma matéria prima extremamente rentável por ser utilizada em uma enorme quantidade de produtos. O monocultivo da palma substituiu o da banana, em termos de quantidade e relevância econômica na atualidade.

<sup>59</sup> Fonte: Agência A Pública - <http://apublica.org/2015/06/terras-banhadas-em-sangue/>

As organizações sociais realizaram protestos, inclusive no mesmo dia e local do *Honduras is open for Business*, contra o que chamaram de “venda” do país. A manifestação foi reprimida por um forte contingente militar e oito manifestantes foram detidos. Na ocasião, Salvador Zuñiga, do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas (Copinh), afirmou que o evento

é parte da estratégia da venda de Honduras. Por meio dela, pretende-se oferecer a água, a terra, a floresta, os minerais, a propriedade intelectual dos povos indígenas e a beleza de nossas paisagens às transnacionais, fundamentalmente aos grandes oligarcas. Em uma vitrine, estão oferecendo o país à empresas estrangeiras que cometem violações aos direitos humanos e ao direito do trabalhador.<sup>60</sup>

Ao responder às críticas, o ministro de Relações Exteriores, Mario Canahuati<sup>61</sup>, afirmou em coletiva de imprensa que Honduras não estava à venda, e sim “emprestada”. “Nossa Honduras pode ser emprestada por certo tempo, para benefício de nossa gente. Os projetos, ao final, permitirão, através de investimento privado desenvolver a infraestrutura, o turismo e o agronegócio. Este último, particularmente, vai ajudar os pequenos produtores”, afirmou<sup>62</sup>.

Manuel Zelaya encontrava-se ainda em exílio quando o evento aconteceu. No entanto, quando de seu retorno, ao ser questionado sobre o *Honduras is Open for Business* e sobre as proposta de criação das cidades modelos, o ex-presidente condenou os “excessos” dados ao capital estrangeiro, contudo, sem propor um rompimento com este modelo e inclusive defendendo o princípio de liberdade econômica.

A liberdade econômica é um princípio básico para obter maior investimento nacional e estrangeiro. O que acontece é que quando se dá tantas liberdades ao capital, ele abusa e comete fraudes, como o que tem passado em Wall Street e em todas as operações financeiras que têm gerado especulação. Estou de acordo em buscar mecanismos de desenvolvimento mantendo princípios de liberdade, mas tem de colocar limites a esse conceito, se não se produzem abusos. Agora, processos como o *Honduras is open for Business* não se definem como de liberdade econômica. Esses são processos de

---

<sup>60</sup> Trecho extraído de entrevista concedida à autora para o Jornal Brasil de Fato, em Honduras, 2011.

<sup>61</sup> Mario Canahuati é empresário do setor de *maquilas*. É irmão do presidente da *Asociación Hondureña de Maquiladores*, Jesús Canahuati. Sua família também é dona de franquias alimentícias e meios de comunicação.

<sup>62</sup> Trecho de entrevista concedida à autora e publicada na reportagem “Honduras: Vende-se um país”, jornal Brasil de Fato, 12 de maio de 2011, edição impressa.

concessão. Aí não há liberdade econômica, o que há é uma proteção econômica aos que se estabelecem dentro desse processo.<sup>63</sup>

Esta argumentação condiz com a ideia de “liberalismo pró-socialista”, defendida por Zelaya, e definida por ele como uma “junção” de dois modelos de organização da sociedade, o liberalismo e o socialismo, “no que os dois teriam de melhor”. Também está em consonância com a situação política na qual o ex-mandatário se encontrava quando conseguiu retornar ao país: dividido entre os velhos companheiros do Partido Liberal e os “novos” parceiros da luta contra o golpismo, organizados na FNRP.

#### **4.2 Setores da resistência popular contra o golpe de Estado de 2009**

O golpe de Estado de 2009 alçou a luta de classes em Honduras a um patamar inesperado. O surpreendente movimento de resistência ao golpe, que manteve milhares de pessoas nas ruas durante 180 dias ininterruptos, chamou a atenção do restante do mundo.

Diferente do que pode parecer, dado a fama de país “pacífico” outorgada à Honduras, principalmente quando comparada a seus vizinhos, o movimento de resistência não foi um simples aglomerado espontâneo de militantes, e sim um movimento que possui um largo histórico. A greve dos trabalhadores rurais em Tela no ano de 1952, relatada no capítulo 2, assim como a luta política clandestina dos anos 80 influenciada pelos movimentos de libertação nacional centro-americanos, podem ser considerados momentos constitutivos da resistência popular ao golpe de Estado de 2009, que deu origem à Frente Nacional de Resistência Popular.

Inicialmente conhecida como Frente Nacional Contra o Golpe de Estado, a FNRP articulou-se desde os setores já organizados na luta popular em Honduras, passando a ter como característica central a unidade dentro da diversidade. Aqui listamos os principais deles:

- A Coordenação Nacional de Resistência Popular, que integrou vários movimentos sociais e sindicatos para promover as lutas contra a ALCA e o avanço do neoliberalismo desde os anos 90;

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida à autora em 2011 e publicada no Jornal Brasil de Fato, em 2011.

- os movimentos sociais camponeses e assalariados agrícolas, principalmente a Via Campesina e os localizados na região do Aguán, palco de conflitos de terras relacionados ao monocultivo da palma africana;
- os movimentos indígenas (lencas, habitantes do sul de Honduras);
- os garífunas (afrodescendentes);
- as organizações de direitos humanos existentes desde os anos 80;
- o movimento estudantil e de docentes;
- membros e simpatizantes do Partido Liberal que apoiavam as posições de Zelaya, que após o golpe, denominaram-se “*Liberales en Resistencia*”.

A Frente passa a ampliar-se e ganhar mais legitimidade com a adesão dos chamados “novos movimentos sociais” - calcados em pautas mais identitárias ou culturais e não apenas político-econômicas (característica dos movimentos “tradicionais”) - como o movimento feminista, o movimento pela diversidade sexual, e os artistas. Estes setores se organizaram (ou ampliaram seu processo organizativo) em torno da pauta maior de “refundação” do país. Na medida em que a luta avançava, as organizações passaram a adicionar a palavra “resistência” em suas denominações (ex: Artistas em Resistência, Feministas em Resistência, etc.).

Para Kristina Pirker, doutora em estudos latino-americanos pela Universidad Autonoma do México, o movimento de resistência formado após o golpe ajudou a dar visibilidade a esses grupos marginalizados e acabou por politizá-los, na medida em que começaram a combinar suas lutas pela não discriminação com a reivindicação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o fim último de “refundar” o país, tornando-o mais justo e democrático.

A lo largo de cinco años, el movimiento de resistencia como un actor de múltiples “caras” que permitieron visibilizar en el espacio público la diversidad social, cultural y identitaria de la sociedad hondureña, orientando los múltiples agravios y demandas en torno a la demanda común por refundación nacional (PIRKER, 2013, p.106).

Contudo, a politização das lutas pelo reconhecimento e pela diversidade produziu respostas violentas por parte dos segmentos mais reacionários. Pirker conclui que

assassinatos de lideranças sociais combinaram dois padrões de violência: o crime de ódio (por motivações homofóbicas, por exemplo) e o assassinato por motivos ideológicos, com a finalidade de inspirar medo e desmobilizar uma comunidade relativamente pequena, claramente identificável, e muito vulnerável.

Durante uma manifestação do *Movimiento de Diversidad en Resistencia*, em 2011, Erick Martinez, falou sobre o aumento da perseguição contra pessoas homossexuais depois do golpe de Estado, o que ilustra a análise de Pirker.

A partir do golpe, ocorreu uma onda de assassinatos de pessoas homossexuais. Hoje, no Dia Internacional Contra a Homofobia, contabilizamos, desde 28 de junho de 2009 (dia do golpe), 45 mortes por diversidade sexual. E o que exigimos é respeito e que se acabe com a impunidade.<sup>64</sup>

Em um momento de maior repressão, que teve seu auge no período em que Zelaya ficou refugiado na embaixada brasileira em Tegucigalpa, a adesão de jovens não-organizados, chamados *pobladores*, moradores de comunidades pobres beneficiadas por algumas políticas de compensação social do governo Zelaya, deu um caráter ainda mais radical à luta contra o golpismo. Deste momento em diante, estas comunidades passam a protagonizar as formas de resistência mais aguerridas, com grandes barricadas onde a polícia nem sempre ousava entrar. Começa a surgir um forte sentimento de insurgência entre a resistência, como podemos notar no relato de Oscar Estrada, membro do coletivo *Artistas en Resistencia*, que manteve um blog com textos diários sobre a luta de rua da FNRP, posteriormente transformado em livro:

Hoy los barrios estarán en resistencia y el llamado es a crear barricadas en cada calle boicoteando la marcha del gobierno que suspendió el toque de queda para obligar a los trabajadores públicos a asistir a su llamado. Sabemos ha habido respuesta armada por parte de los residentes. (...) Las condiciones están dadas, con o sin la dirigencia, con o sin Manuel Zelaya, para iniciar la insurrección popular. (2012)

É importante ressaltar que Zelaya sempre fez “convocatórias à paz” durante seus pronunciamentos públicos, de modo que a razão pela qual a resistência se manteve na via pacífica pode ter relação com estes apelos de Zelaya para a não-violência. Contudo, é notável que a guerra dos anos 80 na América Central deixou um trauma na sociedade hondurenha que dificilmente aceitaria um movimento social que não optasse pela via pacífica na conjuntura do golpe de Estado.

---

<sup>64</sup> Entrevista concedida à autora em 2011, por ocasião de reportagem para o jornal Brasil de Fato.

Do outro lado da polarização social que se formou a partir do golpe, agrupados na Unión Cívica Democrática (UCD), estavam as organizações empresariais, sindicais, religiosas e instituições estatais com ampla participação da sociedade civil, como o Consejo Nacional Anticorrupción (CNA) y el Foro Nacional de Convergencia (Fonac). Contrários aos posicionamentos de Zelaya, a quem classificavam como esquerdista, colocavam em primeiro plano o papel tutelar dos militares na sociedade hondurenha, pedindo intervenção militar na crise que se instalara. Um exemplo foi a carta que a organização divulgou em uma coletiva de imprensa, no dia 23 de junho, cinco dias antes do golpe, na qual se lê: “confiamos en que las Fuerzas Armadas de Honduras cumplirán con su deber de defender la Constitución, el Estado de Derecho, la paz y la democracia.” (POSAS, 2012, P. 167)

Ao contrário da FNRP, que prosseguiu ativa até virar um partido político, o Libre, que obteve significativo percentual de voto nas eleições de 2013, a Unión Cívica Democrática praticamente desapareceu depois das eleições de Porfírio Lobo Sosa, em novembro de 2009.

A FNRP centrou esforços, em um primeiro momento, na defesa do presidente deposto Manuel Zelaya - a quem chamavam carinhosamente de “Mel”. Exigiam sua restituição no governo e a retomada do processo que reivindicava mudanças na Constituição do país, por meio da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Como estratégia de luta, coordenou um processo contínuo de mobilização que pretendia colocar o regime golpista numa situação de ingovernabilidade. A tática incluiu 180 dias de marchas sucessivas e trancamentos de ruas e estradas até a decisão coletiva de direcionar o processo para a organização e formação da base social pertencente à resistência, onde se consolidou uma estrutura interna com representação, sob a forma de “assembleias populares”, em todas as regiões do país.

Nessa época, no segundo semestre de 2010, optou-se por uma campanha massiva para recolher assinaturas com vistas a pressionar o governo do nacionalista Pepe Lobo a realizar a Constituinte dentro de um processo de autoconvocação popular. A mobilização teve como resultado a participação de 1 milhão e 300 mil pessoas, o que corresponde a aproximadamente 15% da população hondurenha. Entretanto, não obteve resultado imediato.

No princípio de 2011 o tema central dos debates internos da FNRP foi a questão do poder, no âmbito da *Asamblea Mártires Campesinos del Aguan*, realizada em fevereiro, na

qual participaram 2.500 delegados dos 18 departamentos e do chamado 19º departamento (conformado por imigrantes nos EUA e Canadá ligados à FNRP). Aqui, cabe ressaltar que o ponto chave no debate sobre o poder foi a aceitação ou não da via eleitoral como válida para a FNRP, sem maior aprofundamento nas possibilidades de construção de poder popular, bem como a viabilidade de uma insurreição (embora alguns defendessem esse caminho) ou de debate estratégico sobre o papel do Estado e desconstrução do atual sistema.

Após um tenso debate, a grande maioria dos delegados (escolhidos em assembleias nos departamentos) decidiu, que naquele momento a FNRP não tinha condições de tornar-se um partido eleitoral e participar do pleito em 2013. Para isso, era preciso que houvesse as condições necessárias, como o retorno ao país de Manuel Zelaya e de todos os exilados; a convocatória de uma Assembleia Nacional Constituinte; uma reforma da lei eleitoral e mudanças no Tribunal Superior Eleitoral. Reafirmou-se a natureza da FNRP como uma frente ampla de lutas políticas e sociais e estabeleceram-se pautas de luta unificada, sendo a Assembleia Nacional Constituinte a principal delas.

A argumentação de Carlos Henrique Reyes, líder de um dos sindicatos mais combativos da resistência, o Stibys (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas e Similares), expressa a posição vencedora da Assembleia da FNRP:

Em Honduras, como não voltou a ordem constitucional e como os gringos nos impuseram eleições fraudulentas para legitimar o golpe, a posição da Frente deve seguir sendo a mesma: temos primeiro que fazer uma Assembleia Nacional Constituinte, ter uma nova lei eleitoral e a volta dos exilados, antes de falar em processos eleitorais. Em outros países, foram feitas Assembleias Constituintes através do governo, mas porque tinham governos constitucionais, o que não é o caso de Honduras. Aqui, não só temos um regime inconstitucional, como também um Estado falido. Não há leis, o império faz o que quer. Além disso, a Assembleia irá servir para mobilizar, organizar, politizar, para que a população perceba quem é soberano, se os povos ou as transnacionais.<sup>65</sup>

Após o acordo de Cartagena das Índias, mediante o qual as forças golpistas sofreram uma *pequena*<sup>66</sup> derrota com o retorno de Manuel Zelaya e de vários exilados ao país, a resistência passou por um período de aparente indecisão sobre o rumo a ser tomado dentro da FNRP, com a mudança de conjuntura repentina que ocasionou a volta de Zelaya ao país. O presidente deposto foi disputado por duas grandes forças internas da FNRP: a parcela

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida à autora em Honduras e publicada no Jornal Brasil de Fato, em 2011.

<sup>66</sup> As direitas, com a mediação de Cartagena, alcançaram o retorno do governo aos espaços de articulação com outros países. A nível centro-americano, no CA-4 e, com maior trunfo, na OEA.

composta por políticos tradicionais dissidentes do Partido Liberal e os movimentos sociais, urbanos e rurais.

Em resposta, Zelaya propôs a criação de uma Frente Ampla, similar à que governa o Uruguai, onde poderiam conviver liberais e FNRP contra as forças mais conservadoras do país. Passou a defender a disputa eleitoral através dessa Frente Ampla e, numa tentativa de unificar as diferentes forças que compõe a resistência numa só corrente política-ideológica, passou a defender um tipo de política que chamou de “liberalismo pró-socialista”.

O que eu quero dizer com liberal pró-socialista? É uma política de transição. Nós queremos avançar a um processo pró-socialista respeitando muitos dos princípios de liberdade econômica, que são a base da diferença entre liberalismo e socialismo. Então, misturam-se ideias da visão e da responsabilidade social que têm o conceito de liberdade, mas se mantêm os princípios de liberdade econômica, onde o Estado tem poderes dados pela lei, a Constituição. Ou seja, são duas filosofias juntas nas partes em que coincidem: a busca do direito e da justiça para o bem comum e a liberdade a que todos nós aspiramos<sup>67</sup>.

A datar da volta de Manuel Zelaya e da concretização da Frente Ampla (posteriormente transformada em Partido Refundación y Libertad – Libre) referendada pela *Asamblea de la Resistencia al poder*, há um notável descenso das mobilizações de rua convocadas pela FNRP. Por um lado, isso acontece pelo discurso reconciliador adotado por Zelaya no contexto do acordo de Cartagena das Índias e, por outro, pelo descontentamento de parte da resistência, que não concordou com os rumos apontados pelo ex-presidente e tampouco ficou contente com a brecha que se abriu aos movimentos políticos criados pelos dissidentes do Partido Liberal. Estes atuam de forma distinta à FNRP, centrando sua ação política na luta eleitoral. A hegemonização da Frente Ampla/Partido Libre por esses setores – que serão mais influenciados pela agenda capitalista – comprometeria o caráter classista da frente.

Sob este argumento, alguns movimentos sociais, principalmente os que lutam em defesa dos povos originários, como o COPINH e OFRANEH, retiraram-se da FNRP e passaram a se articular em torno da organização *Convergencia Refundacional*, defendendo a “construcción y toma del poder para la refundación nacional por la vía del socialismo”<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Trecho extraído de entrevista concedida à autora e publicada no Jornal Brasil de Fato, em Honduras, 2011.

<sup>68</sup> <http://convergenciarefundacional.org> . Acesso em: 10 de setembro de 2015.

Outras organizações, no entanto, como os operários e sindicatos, decidiram participar na construção do partido *Libre* e compor também a luta pela via eleitoral. Juan Barahona, líder operário, explica o porquê dessa decisão:

Hubo un cambio en la visión de la conquista del poder. Es decir, que ya no se trata solamente de la lucha para reivindicaciones sociales y económicas, como por ejemplo los sindicatos luchando para la negociación colectiva, el magisterio para defender el Estatuto del Docente, los campesinos luchando para recuperar un pedazo de tierra. Este proceso nos llevó a comprender que sin la conquista del poder político no vamos a poder solucionar muchos de los problemas a los que nos venimos enfrentando desde hace años. Y que, para cambiar esta situación en Honduras, tenemos que gobernar fuera del modelo neoliberal. Tenemos que cambiar el modelo económico y el sistema.<sup>69</sup>

Com essa nova conjuntura e as divergências internas, abre-se uma nova etapa na luta da resistência hondurenha. O movimento de resistência passa a disputar a brecha de poder aberta pelo golpe de Estado por duas frentes principais: desde a via eleitoral, através do partido *Libre*<sup>70</sup> e, desde o campo popular, por meio dos movimentos sociais autônomos, com destaque para os que se organizaram na *Convergencia Refundacional*.

Apesar das divergências e dissidências, é possível afirmar que as duas frentes continuaram, de alguma maneira, caminhando juntas na luta maior contra o golpismo, a partir de uma perspectiva anti-oligárquica e anti-imperialista, sobretudo, unidos pela pauta da Assembleia Nacional Constituinte, principal proposta de campanha da candidata Xiomara Castro, esposa de Zelaya, que disputou as eleições pelo partido *Libre* em 2013 obtendo 28,78% dos votos.

### **4.3 Padrões de violações de Direitos Humanos durante o golpe de Estado**

Como analisado anteriormente, a repressão aos movimentos sociais também alcançou um novo patamar no período pós-golpe, onde foram combinadas motivações ideológicas com crimes de ódio. A *Comisión de Verdad* (CdV) identificou alguns padrões de violações aos direitos humanos ocorridos no processo do golpe, sistematizados em três categorias no relatório final: a repressão às manifestações públicas, a repressão seletiva ou dirigida e a

---

<sup>69</sup> Trecho extraído de entrevista concedida à autora e publicada no Jornal Brasil de Fato, em Honduras, 2011.

<sup>70</sup> Mesmo unidos pela opção da disputa eleitoral, o partido *Libre* já nasce com distintas correntes internas que defendem diferentes visões sobre a questão do poder e a da luta popular.

“disfuncionalidade” institucional em função das necessidades do regime imposto após o golpe (2012, p.99).

O primeiro e o mais proeminente deles diz respeito à repressão às manifestações públicas, principalmente as ocorridas logo após o 28 de junho, no calor do golpe de Estado e expulsão do presidente Zelaya, que deixou centenas de pessoas feridas e tirou a vida do jovem Isy Obed Murillo, a primeira vítima da repressão.

Para reprimir a los manifestantes, las Fuerzas Armadas y la Policía Nacional utilizaron gran cantidad de bombas lacrimógenas, balas tanquetas blindadas, bombardeo con helicóptero, golpes con garrotes o toletes de metal, golpes con cadenas, así como de mangos de hachas y azadones, chorros de agua con químicos, entre otros (CdV, 2012, p.100).

A violência cometida contra as mulheres durante essas manifestações chamou a atenção da CdV. De acordo com o relatório, os policiais “priorizaram” na agressão contra as manifestantes parte de seus corpos que as identificavam como mulheres, como quadris, bustos e glúteos. As organizações feministas documentaram, nos primeiros 6 meses do golpe, 10 violações sexuais ocorridas depois das manifestações ou durante os toques de recolher. (2012, p.100)

Ainda dentro deste padrão de violação, foi identificada a militarização de universidades e escolas, alvos de ataques com bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água com produtos químicos. A comissão contabilizou 10 casos de criança que sofreram agressões nas escolas, dois deles feridos com projétil de arma de fogo (2012, p. 101).

Tratamento diferente foi dado pelo governo de Micheletti às manifestações públicas realizadas pelos setores que foram a favor da destituição de Zelaya. Estas contaram inclusive com a proteção do exército e da polícia, de acordo com o relatório final da CdV.

A prisão de líderes e de manifestantes também foi recorrente nesse período. Entre os dias 28 de junho a 12 de julho, foram executadas 1029 prisões. Quando chegou outubro, o número alcançou a cifra de 3.033. Já os dados oficiais da Secretaria General de Seguridad, revelam que entre 29 de junho e 15 de agosto, 213 pessoas foram presas por “delitos e faltas” e 3.430 por “violar o toque de recolher”. (2012, p.102).

O segundo padrão de violação aos direitos humanos identificado pela CdV é a “repressão seletiva”, ocorrido principalmente durante o governo de Porfírio Lobo Sosa, dirigido a “neutralizar” líderes de oposição e pessoas que poderiam colocar em risco o governo. Os números levantados pela CdV mostram que os mecanismos utilizados nesse padrão resultaram na morte – “em circunstâncias que apontam a uma execução política”<sup>71</sup> – de 13 professores, 10 defensores de direitos humanos, 4 sindicalistas e 25 jornalistas<sup>72</sup>. (2012, p. 103-104). Outros mecanismos como sequestros, torturas, ameaças e vigilância também foram aplicados.

Os números revelam que, apesar do discurso de “reconciliação” que permeou o governo de Porfírio Lobo Sosa, a repressão contra os movimentos sociais que se autoproclamavam “em resistência” continuou na ordem do dia, até mesmo depois que Zelaya retornou ao país. O sociólogo Victor Meza, identificou nesse padrão de violação “seletivo” características similares às praticadas nos anos 1980, durante a implantação da chamada Doutrina de Segurança Nacional no país. Segundo ele, essas características se resumem a três categorias.

A primeira é de carácter preventivo, ou seja, orientada a impedir que os movimentos populares adquiram mais força e maior hegemonia. A segunda é de carácter seletivo, onde escolhem quadros específicos, preferencialmente líderes intermediários, o que chamamos de 'novos líderes emergentes'. E a terceira é de carácter clandestino, extrajudicial, mas que opera com o consentimento e a tolerância do Estado.<sup>73</sup>

Líderes que optaram pelo exílio logo após o golpe de Estado, em 2009, por conta de ameaças e perseguições contínuas, ainda não se sentiam seguros para regressar ao país no ano de 2011. Um exemplo é o padre Fausto Milla, membro da *Comisión de Verdad*, que exilou-se na Nicarágua. Outro caso que chama atenção é o de Renê Amador, ator que ficou famoso ao protagonizar as peças publicitárias da campanha pela realização da Quarta Urna na televisão. Renê regressou a Honduras em 2011, no mesmo avião que Zelaya, após meses de exílio na Espanha. Um mês depois, diante de novas ameaças, se viu obrigado a sair do país novamente e buscou abrigo em El Salvador. Na ocasião, em entrevista à autora, declarou: “Volto ao exílio porque dentro de Honduras a situação está insustentável. Respira-se o mesmo ambiente

---

<sup>71</sup> É importante pontuar, no entanto, que num país com um alto índice de violência, como é o caso de Honduras, é difícil diferenciar o assassinato por motivos políticos do assassinato cometido pela delinquência comum.

<sup>72</sup> Os nomes de todos os mortos constam no relatório final da CdV.

<sup>73</sup> Entrevista concedida à autora por ocasião de reportagem para o Jornal Brasil de Fato (2011)

de perseguição, a estrutura golpista está intacta dentro do governo e não estão cumprindo os acordos. A paz começa por julgar os culpados”.

O terceiro padrão seria o que a CdV chamou de “disfuncionalidade das instituições”, que foram usurpadas de suas funções para servir às necessidades do regime imposto pelo golpe de Estado. Isso aconteceu particularmente com as instituições relacionadas à administração da justiça, mas para o objetivo deste trabalho, analisamos principalmente a instrumentalização do Congresso Nacional para favorecer aos interesses da elite no início deste capítulo.

O sistema de justiça foi transformado, de acordo com a análise da CdV, numa extensão do poder executivo, perdendo sua imparcialidade e independência. Dessa maneira, nenhum dos recursos de inconstitucionalidade reivindicados ante a Suprema Corte de Justiça contra as ações que destituíram Zelaya foram aceitas. Tampouco foram investigadas as centenas de denúncias de violações de direitos humanos cometidas contra membros da resistência. Pelo contrário, expedientes investigativos infundados, baseados em falsas denúncias contra líderes populares e manifestantes foram levantados nesse período.

En conclusión, los agentes estatales responsables de la investigación, la acusación y el juzgamiento han dejado de cumplir con sus funciones en complicidad con el régimen de facto. Para esta Comisión resulta claro que la Dirección de investigación criminal, el Ministerio Público, que comprende la Fiscalía de Derechos Humanos, y el Poder Judicial, que conforman la estructura de la administración de justicia en sentido amplio, negaron el derecho de las víctimas de violaciones de derechos humanos y de sus familiares a conocer la verdad de lo acontecido en el marco del golpe (2012, p. 112).

Esses padrões de violações de direitos humanos certamente não estão desvinculados do crescimento da militarização do país a partir do golpe de Estado. Na opinião de Silvina Romano (2013), desde e a crise de 2009, Honduras se transformou no epicentro da luta contra o “crime organizado” sob a liderança do *Comando Sur* estadunidense. Um dado impactante trazido pela pesquisadora ilustra esta tese: Honduras superou a Colômbia e o México na compra de armas dos EUA, países que dedicaram maior orçamento para defesa e segurança nos últimos 10 anos. De U\$ 9,597,745 milhões gastos em compras de armas em 2008, o país passou a gastar U\$ 1,391,219,958 bilhões em 2011 (p.118).

Além disso, em 2011, uma nova base militar foi inaugurada no país, a Base Naval de Guanaja, financiada em sua totalidade pelos EUA (2 milhões de dólares). No marco da luta

contra o narcotráfico, foi dotada de alta tecnologia para exercer controle sobre todo o Atlântico.

Todos esses esforços em aumentar o aparato militar não poupou Honduras de ocupar o posto de país mais violento do mundo, com uma taxa de homicídios de 90.4 por cada 100.000 habitantes<sup>74</sup>. No entanto, os propagandeados investimentos do governo em matéria de segurança funcionam como um recado de “estabilidade” ao investimento privado estrangeiro, por um lado, e um recado de “mano dura” para a militância em resistência, por outro.

#### **4.4 Âmbito internacional da crise: o “espectro do bolivarianismo” ronda a América Latina**

Na introdução deste trabalho, procuramos caracterizar o atual momento geopolítico vivido no continente, a partir da ascensão de governos progressistas, no qual se insere o golpe de Estado em Honduras. Ao longo deste trabalho, vimos como esse cenário externo influenciou internamente na instalação da crise hondurenha, principalmente com a inserção de Honduras nos organismos multilaterais alternativos como a Alba e o Petrocaribe. Pretendemos agora fazer o movimento contrário, ver como o evento movimentou as relações políticas intercontinentais, analisando o comportamento de grandes e médias potências a partir do dia 28 de junho de 2009.

A condenação inicial ao golpe foi praticamente unânime e o continente pôde disfrutar de um consenso político pouco comum, que em outras instâncias e em outros eventos era praticamente impossível de alcançar. Ao contrário do comportamento dos Estados Unidos no caso do golpe contra Hugo Chávez em 2002, por exemplo, o presidente Barack Obama apoiou de maneira contundente as medidas punitivas aprovadas na Organização dos Estados Americanos (OEA) contra os que perpetraram o golpe.

Além de unânime, as respostas, de diferentes graus de impacto, foram rápidas. A assembleia geral da OEA convocou uma sessão especial no mesmo dia do golpe e, poucos dias depois, aplicaria o artigo 21 da Carta Democrática Interamericana para suspender

---

<sup>74</sup> Fonte: Informe global de Homicidios 2013, da Organização das Nações Unidas (ONU), disponível em: <[http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014\\_GLOBAL\\_HOMICIDE\\_BOOK\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf)>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Honduras. Foi a primeira vez que se invocou essa medida, desde a criação da OEA em 1948. Soma-se a isso outras respostas coletivas de organismos multilaterais como a Alba, o Grupo do Rio e a União Europeia e medidas unilaterais vindas de diversos países.

A *Comisión de la Verdad y la Reconciliación* avalia que a rápida resposta internacional encontra explicação também nas feridas ainda abertas ocasionadas por golpes de Estado militar na região em tempos recentes.

El presidente Lula da Silva, las presidentas Michele Bachelet y Cristina Kirchner e, incluso, el secretario general de la OEA, José Miguel Insulza, tuvieron duras experiencias en el pasado. Estas vivencias compartidas contribuyeron a crear una percepción colectiva a favor del imperativo de actuar rápidamente antes de que el presunto gobierno golpista pudiera consolidar su poder (2011, p. 246).

No entanto, estas medidas e esforços não resultaram na restauração do mandato do presidente Zelaya. E, com o passar do tempo, o consenso multilateral conseguido dentro da OEA foi minado pela exacerbação da polarização histórica inicialmente recolhida ou abafada. Com a entrada em jogo de atores da sociedade civil e de líderes políticos, ocorreu um fenômeno denominado pela CVR como a “transnacionalização da polarização” da crise hondurenha.

En efecto, un proceso complejo y transnacional de polarización se vio centrado en la crisis hondureña involucrando a un gran número de actores de la sociedad civil y política, de tal manera que se volvió imposible hablar de manera particular sobre la respuesta internacional a los eventos del 28 de junio como solamente un juego intergubernamental (2011, p. 246).

Tal transnacionalização da polarização não se deu somente entre os países envolvidos ou atentos ao desenrolar da crise, senão que também ocorria no interior desses países. No Brasil, por exemplo, a crise hondurenha e a atuação da diplomacia brasileira no caso virou material de disputa política interna, alimentando brigas entre governo e oposição. Um editorial da Folha de São Paulo, de 29 de setembro de 2009, ilustra essa polarização interna, na qual o jornal tem posicionamento claro:

O envolvimento do Brasil na crise hondurenha foi além do razoável, e provavelmente o Itamaraty já perdeu a capacidade de mediar o impasse. É preciso dar um passo atrás e recuperar a equidistância em relação seja à intransigência de um governo ilegítimo, seja a uma plataforma, dita

bolivariana, descompromissada com a democracia. (...) Outra posição cada vez mais estranha do Brasil é a recusa absoluta de negociar com o governo interino de Roberto Micheletti. Tal intransigência contraria a tradição diplomática do Itamaraty, não contribui para a dissolução do impasse e cai como uma luva para o objetivo do chavismo - interessado em prolongar a desestabilização política em Honduras.<sup>75</sup>

Assim, apesar do suposto consenso entre os estados membros da OEA em condenar o golpe, houve um importante número de vozes, a nível internacional, entre a sociedade civil e atores políticos que questionavam os acordos e as medidas tomadas. De um lado, declarações de líderes como Hugo Chávez e Fidel Castro despertavam certo “medo” de uma “revolução bolivariana”; por outro, líderes congressistas estadunidenses e articulistas como Vargas Llosa, aumentavam a certeza, para a esquerda, de que Honduras teve sua “revolução social” interrompida por um golpe de Estado.

Uma vez que a suspensão de Honduras na OEA não surtiu o efeito esperado, decidiu-se por tentativas de negociação, mediadas pelos governos vizinhos centro-americanos, por meio do diálogo entre as partes interessadas. O presidente da Costa Rica, Óscar Arias, foi designado como facilitador das “negociações de San José”, ocorridas entre 2 a 9 de julho. No entanto, “uma falta de vontade de ambas as partes”, na opinião da CVR, levou o diálogo ao fracasso.

O processo de diálogo foi retomado somente em outubro e, graças à visita de última hora de uma delegação estadunidense liderada por Thomas Shannon, se alcançou um acordo em 30 de outubro que ficou conhecido como *Diálogo Guaymuras*. No entanto, novamente, os principais pontos do acordo, como a restituição de Zelaya, fracassaram. Um dos poucos resultados alcançados foi a criação da *Comisión de la Verdad y Reconciliación*, ainda que esta não tenha contado com a colaboração posterior de Zelaya.

Na avaliação da CVR, os fracassos se deram por uma incompatibilidade de interesses, já que a prioridade número um do governo de Micheletti era evitar, a qualquer preço, a restituição de Zelaya, ao passo que a prioridade de Zelaya era justamente voltar ao seu governo. Ignorando os diálogos, Zelaya tentou ingressar em Honduras por meios alternativos por três vezes: 5 de julho, por avião; em 23 de julho, justo em cima do Diálogo de San José,

---

<sup>75</sup> Editorial “Um passo atrás”, Folha de S.Paulo 29/09/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2909200901.htm> (acessado em 28/01/2016)

por meio da fronteira com a Nicarágua; e em 21 de setembro, quando finalmente conseguiu entrar no país e refugiar-se na embaixada brasileira.

Na medida em que o tempo foi passando, a estratégia de Micheletti, de ganhar tempo e segurar o governo até a realização de novas eleições, ia ganhando força. O presidente deposto, Manuel Zelaya, contudo, rechaçou firmemente a proposta de Micheletti de converter as eleições de 29 de novembro em uma solução para a crise e pressionou a comunidade internacional a não reconhecer o pleito.

Desse modo, o reconhecimento ou não das eleições se tornou a mais importante carta de negociação da comunidade internacional para incentivar Micheletti à ceder nas negociações. Vários países começaram a ameaçar não reconhecer as eleições, inclusive os EUA.

Porém, no início de novembro, Thomas Shannon deu a entender em uma entrevista concedida à CNN que os EUA reconheceriam as eleições, mesmo que Zelaya não retornasse ao país – o que afetou definitivamente os esforços multilaterais. Segundo a avaliação da CVR,

lo certo es que, en un instante, Shannon socavó el acuerdo por el que trabajó arduamente. Ahora, a sabiendas de que era razonable esperar el reconocimiento estadounidense de las elecciones, las autoridades de Micheletti procedieron a ignorar por completo la parte del Acuerdo de Guaymuras que refería el regreso de Zelaya (2011, p. 258).

Em 2014, uma nova informação veio à tona, adicionando novas repercussões ao jogo geopolítico em torno do caso Honduras. Neste ano, Hillary Clinton, então secretária de Estado do governo de Barack Obama em 2009, admitiu em seu livro de memórias, intitulado *Hard Choices*, que operou desde o início para que a resolução do conflito se desse por meio de eleições, levando a crer que a restituição de Zelaya no cargo de presidente de Honduras não foi tratada como prioridade pelos EUA. Ela escreveu que poucos dias após o golpe, em reunião com a secretária de Relações Internacionais do México, Patricia Spinoza, “nós pensamos um plano para restaurar a ordem em Honduras e garantir eleições livres e justas que seriam executadas rápida e legitimamente, o que tornaria a questão de Zelaya discutível e daria ao povo hondurenho a chance de escolher o seu próprio futuro”<sup>76</sup>. Curiosamente, essa

---

<sup>76</sup> Original: "We strategized on a plan to restore order in Honduras and ensure that free and fair elections could be held quickly and legitimately, which would render the question of Zelaya moot and give the Honduran people a chance to choose their own future".

declaração e as duas páginas que tratam do caso do golpe de Estado de Honduras foram retiradas nas edições seguintes do livro de Clinton<sup>77</sup>.

Tais processos revelaram os limites reais da ferramenta favorita da OEA: o diálogo. Os acordos não foram respeitados e não foram capazes de reverter a crise e a situação inconstitucional na qual o país se encontrava. Além disso, o processo de negociações apoiado pela comunidade internacional se mostrou altamente elitista, buscando resolver a crise por meio de um acordo intra-elite, ignorando as propostas e reivindicações da população que se manteve nas ruas durante todo o processo.

De qualquer modo, foram realizadas eleições presidenciais em Honduras, em novembro de 2009, sem a participação de candidatos alinhados à resistência popular contra o golpe, com uma forte campanha de boicote às eleições por parte da FNRP e com um país convulsionado, em estado de sítio e sob constantes toques de recolher. À véspera das eleições, Zelaya e a resistência previam 62% de abstenção, o mesmo número que o TSE declarou ser de participação<sup>78</sup>. Oscar Estrada relata o clima do dia 29 de novembro em seu livro “*Honduras, crónicas de um pueblo golpeado*” (2013):

Lo que vimos fueron jornadas completas de mesas vacías, especialmente em las zonas más pobres del país. Reportes de delegados y testigos hablan de hasta um 80% de abstencionismo em algunas zonas como em los departamentos de Santa Bárbara, Olancho y El Paraíso (p.3077).

Foi eleito Porfirio Lobo Sosa, do Partido Nacional, defendendo a pena de morte e prometendo “*mano dura*” contra a criminalidade. Estados Unidos, Colômbia, Peru, Panamá, Guatemala e Costa Rica, prontamente reconheceram a legitimidade do novo governo, ao contrário dos demais países do continente americano que só reconheceram depois do acordo de mediação que levou Zelaya de volta ao país, após dois anos de exílio na República Dominicana.

A *Comisión de Verdad* (CdV) deu destaque no relatório final para uma possível ingerência externa de ordem hegemônica no golpe, presumível por conta da relação estreita existente entre os militares hondurenhos e os estadunidenses e da suspeita escala que o avião que deportou Zelaya fez na base militar de Soto Cano (Palmerola), controlada pelos EUA.

---

<sup>77</sup> Ver “Hillary Clinton Response to Honduran coup was scrubbed from her paperback memoirs”, Huffington Post. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/entry/hillary-clinton-honduras-coup-memoirs\\_us\\_56e34161e4b0b25c91820a08](http://www.huffingtonpost.com/entry/hillary-clinton-honduras-coup-memoirs_us_56e34161e4b0b25c91820a08)

<sup>78</sup> Nas eleições anteriores, em 2005, a abstenção foi, de acordo com o TSE, de 44%.

Para investigar esse possível envolvimento do país no golpe, a CdV apresentou mais de 200 solicitações a distintas entidades do governo dos EUA amparando-se na *Freedom of Information Act* (FOIA). Até o fechamento do relatório final, foram entregues poucos documentos à Comissão, contendo escassas informações. Ainda assim, a Comissão acredita que

Es difícil creer que miembros de las fuerzas armadas de los EEUU basados en Honduras, no estaban enterados del golpe y de poseer registros sobre esta actividad militar. Para la Comisión, también es difícil creer que todos los registros de entradas y salidas de vuelos a la Base de Soto Cano (Palmerola) cercanos a los días del golpe de Estado han sido destruidos, como han respondido agentes de las fuerzas armadas (2012, p.64).

De fato, existe uma relação que ultrapassa a simples diplomacia entre a embaixada estadunidense e os governantes hondurenhos, como mostram alguns exemplos citados ao longo deste trabalho. A própria Comissão da Verdade “oficial”, a CVR, admite que a influência que exerce o embaixador no país tem “historicamente restringido o campo de manobra em matéria de política exterior de Honduras” (2011, p.90).

Entrevistas de assessores próximos à Zelaya e do próprio ex-presidente à CdV, dão conta de que o então embaixador dos EUA em Honduras, Charles Ford, entregou à Zelaya, quando de sua posse como presidente da República, uma lista de nomes de pessoas que seriam aceitáveis, para sua embaixada, como ministros do gabinete presidencial. Seria mais um exemplo da influência “sem pudores” que a embaixada tentava impor e que seria “freada” no decorrer do mandato de Zelaya.

O ex-presidente relatou ainda uma reunião que sustentou com George W. Bush, onde este insistiu para que Zelaya rompera sua relação com Hugo Chávez. “Era una obsesión que Honduras no se incorporara al Bloque Bolivariano” afirmou. Outro assunto que supostamente incomodou a embaixada, de acordo com a CdV, foi a proposta de utilização comercial da base militar de Palmerola por parte do governo hondurenho (2012, p.65).

Apesar do esforço investigativo, a CdV (2012) conclui que não existe possibilidade de saber se o *Comando Sur* ou a CIA jogaram um papel importante no planejamento do golpe. Consideram “curioso”, porém, o fato de Charles Ford ter iniciado trabalho no Comando Sur imediatamente após deixar o cargo de embaixador de Honduras.

Não é nosso objetivo neste trabalho provar uma possível participação direta dos Estados Unidos no golpe. O que quisemos destacar, contudo, é que o golpe mostra a importância do papel do Estado para a acumulação e reprodução do capital em um contexto de crise e sendo os países em desenvolvimento peça chave nesse processo, aos olhos do país hegemônico, ao proporcionarem as melhores condições para a acumulação via espoliação.

A partir da sistematização da teoria marxiana sobre Estado, David Harvey destaca a ideia de que o Estado sempre esteve presente como agente central no funcionamento das sociedades capitalistas e que ele desempenha tarefas básicas imprescindíveis para o funcionamento do modo de produção capitalista. A saber, preservar a liberdade de troca, o direito à propriedade, garantir que os contratos sejam cumpridos, preservar a mobilidade do capital e do trabalho, regular aspectos anárquicos da competição capitalista e servir de árbitro para os conflitos de interesse entre frações dentro do capital para o “bem comum” do capital (HARVEY, 1982).

O comportamento do Estado hondurenho no período posterior ao golpe é revelador do caráter mítico da ideia de “mercado autorregulado” e “Estado mínimo” apregoados pela teoria liberal e potencializado pela hegemonia do neoliberalismo. Como explica Atilio Boron,

El papel del Estado en el establecimiento, consolidación y reproducción del capitalismo ha sido de fundamental importancia. Sin su presencia coercitiva no hubiera habido acumulación originaria y, posteriormente, sin su capacidad de articular un consenso social en torno a un proyecto de “reformismo keynesiano” el capitalismo difícilmente hubiera superado la crisis de 29 (BORON, 2003, p.137).

É a partir da desconstrução desse suposto antagonismo que Boron conclui que o dilema neoliberal não é entre mercado e Estado e sim entre democracia e mercado. Isso porque as propostas do neoliberalismo são uma resposta conservadora à crise do capital: restauração de um “darwinismo social” e o dismantelamento de um Estado Keynesiano, agudizando ainda mais o sofrimento das vítimas do mercado e sufocando qualquer tentativa de resistência e luta por um aprofundamento da democracia. O discurso de “liberdade” oriunda do mercado seria, como sintetiza Atilio Boron, “liberdade para a iniciativa privada; opressão para o manejo da coisa pública”.

Mais do que garantir a reprodução do capital, a “recuperação” de um Estado, que antes encontrava-se nas mãos de um governo “desenvolvimentista” (se assim pudermos classificar o

governo de Zelaya), para transformá-lo em um Estado neoliberal típico, o golpe significou em Honduras o benefício de empreendedores, da atividade financeira e a reconfiguração da classe alta no país, como prevê a teoria de David Harvey:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (2008, p.56).

As elites temiam que a nova Constituição proposta por Zelaya poderia impor barreiras para a acumulação, já que ela poderia prever, por exemplo, que os recursos naturais do território hondurenho não poderiam ser entregues a outros países. Por outro lado, um governo disposto a aplicar as reformas neoliberais obedientemente é muito mais vantajoso para a elite. Como explica David Harvey,

O estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de auto-regeneração do ambiente. O segundo campo de vícios vem do fato de que, em caso de conflito, os estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população (2008, p.80).

Se somarmos ao contexto de crise do capitalismo o contexto de estremecimento de uma hegemonia neoliberal na América Latina, a partir da ascensão de governos progressistas, e se considerarmos que a elite hondurenha é, desde o século XX, altamente atrelada e dependente do capital internacional, podemos observar a importância da análise do golpe de Estado de Honduras na chave geopolítica, extrapolando as disputas internas de poder. Tanto as motivações internas como as externas demonstram uma tentativa de impedir qualquer possibilidade de mudança no país, ainda que as medidas implementadas durante o governo Zelaya não significassem uma ruptura com o sistema político e econômico vigente.

## CONCLUSÃO

O golpe de Estado de 2009 mostrou que Honduras continua sendo peça-chave na disputa imperialista por localização estratégica, recursos naturais, mão-de-obra barata e oportunidades de aplicação de capital excedente. Diante da ascensão de governos de orientação progressista no continente, as elites nacionais em aliança com as elites estrangeiras, com apoio militar e midiático, trataram de barrar um governo que minimamente ousou ampliar suas relações políticas e pensar novas formas de superação da pobreza para fazer frente às mazelas causadas pelo modelo hegemônico neoliberal.

Passados mais de seis anos do fatídico 28 de junho de 2009, a situação do país aponta para um quadro desolador. Honduras foi considerada, de acordo com dados do Banco Mundial (2015), o país mais desigual da América Latina, com uma taxa de pobreza que atinge 64,5% da população<sup>79</sup>. A violência continua atingindo índices alarmantes. Um candidato da extrema direita, Juan Orlando Hernández, venceu as eleições de 2013 (também controversas), promovendo ainda mais militarização e benefícios ao capital internacional. Envolvido em denúncias de corrupção, Hernández enfrentou em 2015 massivas mobilizações de rua (que ficaram conhecidas como as *marchas de las antorchas*). Porém, conta com uma aliada inexorável, a embaixada dos EUA em Honduras, que declarou, no auge das manifestações, que “las relaciones entre Estados Unidos y Honduras son quizá las mejores en la historia”.<sup>80</sup>

A formação econômico-social e política de Honduras, marcada pela colonização ibérica, ingerência hegemônica, instabilidade política e militarização certamente constitui a origem desse quadro. Como vimos ao longo do segundo capítulo, desde a independência, a economia agroexportadora na mão de empresas estrangeiras que pouco contribuíram para a arrecadação fiscal do Estado, que influenciaram nas decisões políticas ao sabor de seus interesses, que saquearam os bens naturais e que superexploraram o trabalho humano, não permitiu que o país se desenvolvesse plenamente. No entanto, a crise social e econômica oriunda do golpe de Estado e todo o retrocesso e o conservadorismo que dela resultou contribuíram para o agravamento da situação historicamente desigual deste pequeno país do

---

<sup>79</sup> Fonte: “Banco Mundial: Honduras, el país con mayor desigualdad en Latinoamérica”, El Heraldo, 10/03/2016. Disponível em: <http://www.elheraldo.hn/pais/938523-466/banco-mundial-honduras-el-pa%C3%ADs-con-mayor-desigualdad-de-latinoam%C3%A9rica>

<sup>80</sup> Fonte: The New York Times: “La lucha contra la corrupción en Honduras es una farsa” 16/02/2016. Disponível em: <http://www.nytimes.com/es/2016/02/16/la-lucha-contra-la-corrupcion-en-honduras-es-una-farsa/?smid=fb-share-es>

istmo centro-americano, sintetizado pelo sociólogo hondurenho Victor Meza (2012) como “abençoado por Deus e amaldiçoado pela história”.

Tentamos destacar neste trabalho a existência de uma *continuidade histórica* do papel estratégico do *Gran Caribe*, por um lado, e das lutas de resistência da população, por outro. Continuam os interesses geopolíticos numa região que é geograficamente bem posicionada, rica em recursos naturais e que ainda pode funcionar como uma barreira territorial que impediria o avanço dos “ventos de mudança” do sul rumo ao norte. Ao passo em que seguem as experiências emancipatórias influenciadas pelas velhas lutas centro-americanas, mas revigoradas com novos tipos de organizações e pautas de luta.

Continua também a disputa por modelos de integração para o continente. De um lado, está o esquema pan-americanista calcado nos Tratados de Livre Comércio, na competição, na relação de dominação-subordinação entre países latino-americanos e potências hegemônicas e na “imposição” de um inimigo comum: o terrorismo e o narcotráfico, no que parece ser uma reedição da Doutrina Monroe. Por outro lado, reivindicando o legado de Simón Bolívar, está o esforço integrador de países progressistas sob outra lógica, a que pretende uma relação de solidariedade, complementariedade e unidade. A que conseguiu derrotar a proposta da Alca e construir novos organismos multilaterais sem a participação dos países do Norte.

Essa polarização continental respingou no cenário político hondurenho quando o presidente Manuel Zelaya, entusiasta da inserção de Honduras em iniciativas como a Alba e o Petrocaribe, foi taxado de “comunista” e “bolivariano” pela elite local, cujos laços com o capital internacional, principalmente o estadunidense, foi construído desde a chegada de empresas mineradoras e depois as bananeiras no país, no século XIX. Todo o debate sobre democracia participativa e funções do Estado que poderia ter surgido com a crise institucional que se instalou no país às vésperas do golpe foi minado pelo discurso único e simplista da “luta contra o comunismo”, que no século XXI, no nosso continente, é representado pelo “bolivarianismo chavista”.

Como observamos durante o trabalho, o movimento inverso também ocorreu: um fenômeno descrito pela *Comisión de la Verdad y la Reconciliación* como “transnacionalização da polarização” mostrou que a crise interna influenciou o cenário geopolítico internacional. Não por acaso, organismos multilaterais posicionaram-se imediatamente contra o golpe de Estado e tentaram estabelecer processos de mediação da

crise, através do diálogo e acordo entre as partes envolvidas. Por todos estes fatores, uma análise da crise hondurenha em chave geopolítica se tornou inevitável.

No âmbito interno, mostramos que o pós-golpe de Estado posicionou a luta de classes em Honduras em um patamar inesperado mesmo para a esquerda e funcionou como um gatilho para a mudança de conjuntura que se seguiu. No entanto, procuramos ressaltar que também contribuíram para esta mudança o acúmulo de insatisfação popular com o bipartidarismo ineficiente e com os custos sociais do neoliberalismo, além das experiências organizativas de velhos e novos movimentos sociais. Portanto, ao contrário do que se fez parecer, o aguerrido movimento de resistência contra o golpe de Estado não foi uma aglutinação espontânea de pessoas que queriam somente a restituição do presidente Zelaya, mas sim um movimento de resposta aos problemas estruturais de Honduras, calcado em bases e experiências de lutas históricas.

Outra constatação é que o movimento de resistência ganhou ainda mais amplitude e legitimidade ao receber novos movimentos sociais - conjugando posicionamento de classe e demandas identitárias – mas também os ajudando a aprofundar um processo de politização de suas lutas em torno do tema da refundação do país.

Buscamos também neste trabalho mapear as forças que compõem esta contraofensiva e as diferentes etapas pelas quais ela passou desde o golpe. Trata-se de um movimento ideologicamente diverso, sem uma liderança única (apesar do importante papel desempenhando por Zelaya) e tampouco conta com um consenso interno a respeito de temas importantes como a questão do poder. No entanto, demonstrou grande capacidade de mobilização ao longo de vários anos e seu capital político converteu-se em apoio e votos para o partido Libre garantindo, a despeito da derrota nas eleições de 2013, espaço dentro do atual sistema político.

Durante o terceiro capítulo desta dissertação, observamos que, apesar da participação destacada e até “atrapalhada” dos militares no desfecho do golpe em Honduras, a judicialização do processo com base em argumentos rasos, a falsa carta de renúncia apresentada em um burlesco rito de julgamento na Assembleia Nacional e o silêncio cúmplice dos meios de comunicação, são elementos que apontam para uma nova metodologia de golpe, onde os militares não são mais os protagonistas e as elites se mostram dependentes do poder judiciário para dar ares constitucionais a um ato antidemocrático. Procedimentos similares

podem ser observados no caso do golpe do Paraguai, em 2012, e no processo de impeachment que tenta destituir a presidenta Dilma Rousseff, no Brasil.

Apesar de Manuel Zelaya ser a vítima-símbolo do desfecho da crise, o golpe real, como o próprio nome sugere, foi dado contra as instituições do Estado. Capturou-se o aparato estatal para que este funcionasse em favor da perpetuação do privilégio de poucos em detrimento da eficiência que deveria garantir o bem-estar da maioria. Neste sentido, como analisamos no capítulo 4, os militares recuperaram cotas de poder no âmbito estatal, perdidas durante o período democrático, mas, sobretudo, as elites econômicas foram as mais beneficiadas.

Todos os esforços em derrocar o presidente Manuel Zelaya resultaram no fortalecimento de um Estado neoliberal; na supressão de barreiras que pusessem obstáculos à exploração de recursos naturais por empresas nacionais e estrangeiras; em medidas legislativas que beneficiassem o capital industrial e o capital financeiro em detrimento do bem-estar da população; na expulsão de camponeses de suas terras para dar lugar ao agronegócio e à especulação; e na garantia do monopólio da violência destinada principalmente à repressão dos movimentos sociais.

A despeito dos indícios e da forte participação da embaixada estadunidense na vida política de Honduras, não se pode afirmar com total certeza que os EUA interviram diretamente no golpe. No entanto, é possível constatar que a elite hondurenha cumpriu a função a ela designada historicamente, de estar a serviço do projeto imperialista, de garantir que o país continue desempenhando um papel dependente e periférico em relação aos países centrais e de conter a todo custo novas visões de mundo, por mais incipientes que sejam - o que veio a ocorrer justamente em um momento de crise capitalista e de giro à esquerda na correlação de forças do continente americano.

Tentamos aqui apresentar um panorama analítico do golpe de Estado de 2009 em Honduras, mas são muitas as questões que este trabalho deixa em aberto. Se considerarmos que, como vimos no primeiro capítulo da pesquisa, governos como o de Manuel Zelaya, em Honduras, adotaram uma política reformista e uma postura de conciliação de interesses que, em nenhum momento, pretendeu romper com o atual modelo de acumulação capitalista, como podemos avaliar a forte reação da elite nesses países? Por outro lado, por que as organizações da classe trabalhadora em Honduras não conseguiram reverter o golpismo e construir uma correlação de forças capaz de sustentar transformações mais radicais, como aconteceu na

Venezuela, por exemplo? Além disso, por que os mediadores internacionais que assinaram o acordo de Cartagena perderam o interesse por Honduras e não acompanharam o período pós-golpe? Uma “reconciliação” nacional apregoada por este acordo e expressada no documento final da CVR seria realmente possível?

Essas e outras questões suscitadas ao longo deste trabalho apontam para a necessidade de novos estudos e até mesmo de uma continuidade desta pesquisa, aprofundando-a a partir da comparação com outros golpes de Estado ou tentativas de derrocamento de governos mais alinhados com o “bolivarianismo” do que com o pan-americanismo, como foi o caso do rito sumário que destituiu Fernando Lugo, no Paraguai, e na tentativa de golpe contra o governo de Chávez, na Venezuela.

Ao mesmo tempo em que este trabalho era finalizado, alguns eventos vieram sinalizar o tamanho do desafio que a América Latina ainda tem de enfrentar no caminho até uma sociedade mais justa, igualitária e minimamente democrática. No Brasil, uma ofensiva conservadora nas ruas e no Congresso Nacional, aliada a uma perseguição jurídica e midiática a líderes de esquerda, compõem um movimento que pede a destituição da presidente da república, Dilma Rousseff, antes da conclusão de seu mandato constitucional.

Já em Honduras, uma das principais líderes da resistência hondurenha, Berta Cáceres, foi assassinada em circunstâncias que indicam motivações políticas e represália à luta que ela promovia contra empresas multinacionais do setor de energia em territórios indígenas. Em uma entrevista a um meio de comunicação da Argentina em 2015, Berta fez uma análise dos mecanismos jurídicos e militares da repressão levada a cabo em Honduras nos governos pós-golpe, enquanto denunciava mais uma morte de um companheiro do COPINH. Ela concluiu que: “Toda essa situação faz parte desse plano de contra-insurgência – agora não nomeamos assim, mas é disso que se trata: na América Central, essa estratégia de contra-insurgência nunca foi suspensa. E ela serve pra isso: para decapitar os movimentos sociais que lutamos em nossos territórios contra o capitalismo”<sup>81</sup>.

Depois dos eventos de 2009, a sociedade hondurenha não é mais a mesma. No entanto, continua com o seu papel de economia primário-exportadora na divisão internacional do trabalho, contribuindo para a acumulação por espoliação do “novo” imperialismo. O aguerrido povo em resistência não conseguiu derrotar o golpismo por nenhuma das vias a que

---

<sup>81</sup> Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R7vrgwbS074>

se propôs – nas ruas e nas urnas - até o momento. Este é um desafio que está posto, não só para a resistência hondurenha, mas para as esquerdas latino-americanas.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Carlos G. “Cómo y por qué del Golpe de Estado en Honduras?”. *Revista Realidad*, núm. 121, Universidad Centroamericana José Simón Cañas, jul-sep, 2009, pp 699-707.
- BARAHONA, Marvin. **Honduras en el siglo XX: una síntesis histórica**. Tegucigalpa: Guaymuras, 2005.
- BARBÉ, Carlos. “Golpe de Estado”. In: BOBBIO, Norberto et.al. **Dicionário Político**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BATAILLON, Gilles. **Génesis de las guerras intestinas en América Central (1960-1983)**. México: FCE, 2008.
- BOERSNER, Demetrio. **Relaciones internacionales de América Latina. Breve historia**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.
- BORON, Atilio. “Hegemonia e imperialismo en el sistema internacional.” In: BORGIANNI, Elisabete e et al (org). **Coyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencias y movimientos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano, in: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- CECEÑA, Ana Esther (Org). **El Gran Caribe, umbral de la geopolítica Mundial**. Ciudad de Mexico: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Hegemonias e emancipações no séc. XXI”; “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias e emancipações no séc. XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación”. In: CECEÑA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et alli. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CHESNAIS, Francois. “Mundialização: el capital financiero en el comando”. In: MONTAÑO, Carlos e BORGIANNI, Elisabete (orgs). **Coyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencias y movimientos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CHOCANO, Guillermo Molina (2012). “Transición política, modernización económico-institucional y movilización de la sociedad civil en Honduras (1870-2010)”, In: FRASSINETTI, Antonio Murga; CASTELLANOS, Julieta (orgs.). **Tres décadas de transición política en Honduras**. Tegucigalpa: Editorial Universitária, 2012, pp 37-82.

CORONADO, Jaime Preciado. “La nueva gramática democrática frente a la integración autónoma latinoamericana y caribeña”. In: MESSENBURG, Débora; BARROS, Flávia Lessa de; PINTO, Júlio (Orgs.). **Dossiê Desafios da consolidação democrática na América Latina. Revista Sociedade e Estado**, Vol.29, Num.1. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2014.

DE GORI, Esteban. “Zelaya: del palácio a la plaza”. In: DE GORI, Esteban (ed.). **Honduras 2013 - Golpe de Estado, elecciones y tensiones del orden político**. Buenos Aires, Serie Academica, 2013, pp. 53-61.

ESTRADA, Oscar. **Honduras, crónicas de un pueblo golpeado**. Casasola Editores, E-book, 2012.

EURAQUE, Darío. “Los Recursos Económicos del Estado Hondureño, 1830-1970.” In:, TARACENA, Arturo PIEL, Jean (Orgs). **Identidades Nacionales y Estado Moderno en Centroamérica**. San José: EDUCA, 1995, pp. 135-150.

\_\_\_\_\_. **El capitalismo de San Pedro Sula y la historia política hondureña (1870-1972)**. Tegucigalpa: Guaymuras, 1997

FUNES, Lucila. Empresarios y partidos políticos. In: Centro de Documentación de Honduras. **Golpe de Estado: Partidos, Instituciones y Cultura Política**. Tegucigalpa: Lithopress Industrial, 2010, pp.57-103.

HARVEY, David. **O Capitalismo Tardío**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo – fase superior do capitalismo**. 4 ed, São Paulo: Global, 1987.

MARINI, Rui Mauro. “La crisis del desarrollismo”. In: MARINI, Rui Mauro e MILLÁN, Mária (orgs.). **La Teoría Social Latinoamericana – Tomo II Subdesarrollo y Dependencia**. México DF: Ediciones El Caballito, 1994.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MEZA, Víctor. “Política, políticos y dependencia externa”. In: Centro de Documentación de Honduras. **Golpe de Estado: Partidos, Instituciones y Cultura Política**. Tegucigalpa, Lithopress Industrial, 2010, pp.1-22.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela e PERUZZO, Juliane. “O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina”. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NOVION, Jacques de. “Integración económica y seguridad continental: la lucha armada en América Latina y el Caribe en perspectiva histórica, comparada y marco-regional”. **Taller** (Segunda Epoca), Vol.3, núm. 3, Enero, Buenos Aires, 2013.

\_\_\_\_\_. **Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión**. Tese de doutorado. Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

PIRKER, Kristina (2013). “La politización de la diversidad y la construcción de un nuevo enemigo interno”, en DE GORI, Esteban (ed.). **Honduras 2013 - Golpe de Estado, elecciones y tensiones del orden político**. Buenos Aires: Serie Académica, 2013, pp. 103-111.

POSAS, Mario. “Institucionalidad democrática”. In: FRASSINETTI, Antonio Murga; CASTELLANOS, Julieta (orgs.), **Tres décadas de transición política en Honduras**. Tegucigalpa: Editorial Universitaria, 2012, pp 141-170.

REGALADO, Roberto. “Leciones del golpe de Estado en Honduras”. **Revista Contexto Latinoamericano**, núm.12, Ocean Sur, 2010, pp. 7-12.

RIVAS, Edelberto Torres. “Honduras: la transición permanente?”. In: FRASSINETTI, Antonio Murga; CASTELLANOS, Julieta (orgs.). **Tres décadas de transición política en Honduras**. Tegucigalpa: Editorial Universitaria, 2012, pp 19-36.

RODRÍGUEZ, Mireya. “Sistema político y partidos políticos”. In: FRASSINETTI, Antonio Murga; CASTELLANOS, Julieta (orgs.). **Tres décadas de transición política en Honduras**. Tegucigalpa: Editorial Universitaria, 2012, pp 115-140.

ROMANO, Silvina. “Democracia para la seguridad de quiénes?” In: DE GORI, Esteban (ed.). **Honduras 2013 - Golpe de Estado, elecciones y tensiones del orden político**. Buenos Aires, Serie Académica, 2013, pp. 112-120.

ROZOS, Alberto Prieto. **Centroamérica en revolución**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEIN, Eduard et al. **Para que los hechos no se repitan: Informe de la Comisión de la Verdad y la Reconciliación**. San José: Editorama, 2011.

VITORINO, Juliana e AGUILAR, Aguilar. **Entre o Norte e o Sul: a América Central na periferia do sistema internacional**. 37º Encontro anual da Anpocs (2013). Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=8617&Itemid=459](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8617&Itemid=459)

WINER, Sonia. El papel de Estados Unidos em Honduras. In: DE GORI, Esteban (ed.). **Honduras 2013 - Golpe de Estado, elecciones y tensiones del orden político**. Buenos Aires, Serie Academica, 2013, pp. 142-153.

YODER, Elsie Monge et al. **Informe de la Comisión de Verdad: la voz más autorizada es la voz de las víctimas**. Tegucigalpa, 2012.